

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

THÁRSYLA BARRETO RODRIGUES

**Acesso e permanência de estudantes das classes populares no
ensino superior: uma análise no curso de Pedagogia da
UFRRJ – Campus Seropédica**

SEROPÉDICA – RJ

2025

THÁRSYLA BARRETO RODRIGUES

**Acesso e permanência de estudantes das classes populares no
ensino superior: uma análise no curso de Pedagogia da
UFRRJ – Campus Seropédica**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação Agrícola, Área de
Concentração em Educação
Agrícola da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Educação.

Orientadora: DR^a. Amparo Villa
Cupolillo

Coorientador: DR. Cláudio Oliveira
da Gama

SEROPÉDICA – RJ

2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696a Rodrigues , Thársyla Barreto, 19/07/1997-
 Acesso e permanência de estudantes das classes
 populares no ensino superior: uma análise no curso de
 Pedagogia da UFRRJ – Campus Seropédica / Thársyla
 Barreto Rodrigues . - Seropédica, 2025.
 134 f.

Orientadora: Amparo Villa Cupolillo.
Coorientador: Cláudio Oliveira da Gama.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA , 2025.

1. Acesso. 2. Permanência. 3. Classes Populares.
4. Ensino Superior. I. Cupolillo, Amparo Villa , 1963
, orient. II. Gama, Cláudio Oliveira da , -,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA . IV.
Título.



MÍNISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO | nº 33/2025 - PPGEA (11.39.49)

|º do Protocolo: 23083.029138/2025-80

Seropédica-RJ, 05 de junho de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGROOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

THÁRSYLA BARRETO RODRIGUES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 28/05/2025

AMPARO VILLA CUPOLILLO, Dra. UFRRJ

MIRIAM MORELLI LIMA, Dra. UFRRJ

CLÁUDIO OLIVEIRA DA GAMA, Dr. UFRPE

MARCO ANTONIO SANTORO SALVADOR, Dr. UERJ

(Assinado digitalmente em 05/06/2025 16:13)
AMPARO VILLA CUPOLILLO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepTPE (12.28.01.00.00.00.00.24)
Matrícula: #0022289

(Assinado digitalmente em 05/06/2025 19:14)
MIRIAM MORELLI LIMA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepTPE (12.28.01.00.00.00.00.24)
Matrícula: #0099581

(Não Assinado)
MARCO ANTONIO SANTORO SALVADOR
ASSINANTE EXTERNO
CPF: #000.000.127-#0

(Assinado digitalmente em 07/06/2025 20:43)
CLÁUDIO OLIVEIRA DA GAMA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: #000.000.117-#0

Documento assinado digitalmente
MARCO ANTONIO SANTORO SALVADOR
Data: 16/06/2025 16:54:39-0300
Verifique em <https://validar.cti.gov.br>

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 33, ano: 2025, tipo:

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, data de emissão: **05/06/2025** e o código de verificação:
d356e69ce3

Agradecimentos

Agradeço a Deus por estar sempre ao meu lado, por ser minha força e minha coragem.

Agradeço à minha mãe Andréa Miranda Barreto, que me criou de forma solo, sempre me apoiando, apoiando minhas escolhas e decisões. Agradeço por me incentivar a estudar, a estar no lugar que desejo. É muito gratificante ter apoio de pessoas importantes em nossas vidas. Agradeço ainda à minha família que me estimulou estar aqui, chegar até o fim, e esteve comigo em cada decisão. Agradeço meu esposo, Lucas dos Santos Gomes, meu companheiro de vida, que sempre me estimulou a estar no Mestrado. Agradeço por toda ajuda, por todo incentivo e por sempre acreditar em minha capacidade. Gostaria de agradecer meus irmãos e meus sobrinhos por sempre torcerem por mim, por estarem ao meu lado sempre que necessário.

Sou muito grata à minha orientadora profa. Amparo Villa Cupolillo, uma Mulher incrível. Admiro muito por ser uma docente empenhada, que sempre esteve disponível a minhas dúvidas, e em todo momento fez questão de caminhar ao meu lado. Obrigada por cada orientação, por cada ajuda, por me incentivar e ser motivo de inspiração. Agradeço ao meu coordenador, o prof. Cláudio Oliveira da Gama, que com todo empenho fez parte dessa pesquisa. Faltam palavras para agradecer por toda ajuda, atenção e dedicação.

Agradeço imensamente meus amigos/ companheiros de turma que partilharam 2 anos de suas vidas junto comigo. Agradeço por cada sentimento trocado, pela empatia e união. Esse tempo juntos foi muito importante. Compartilhamos muitos momentos e conhecimentos. Aos docentes que durante esse tempo se empenharam em mediar os conhecimentos mais distintos, por nos motivar em sermos Mestres que acreditam na educação.

Agradeço a banca que irá avaliar essa pesquisa, por todo comprometimento e dedicação. A todos os funcionários dessa Universidade que sempre estiveram fazendo parte do meu percurso, aos que me ajudaram de qualquer forma, mesmo que não saibam.

Agradeço aos meus colegas e amigos que até aqui estiveram comigo, me apoiando e acreditando em mim. Aos estudantes cotistas do curso de Pedagogia e à coordenação do curso, que tiveram um papel essencial para essa pesquisa. Agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especialmente ao Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, por todo aprendizado e por esse título de Mestre.

Em memória ao meu pai, Carlos Alberto Rodrigues, que não teve as mesmas oportunidades que eu tive, mas que se orgulhou do caminho que percorri.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Epígrafe

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida -liberdade.*

(Conceição Evaristo)

Resumo

RODRIGUES, Thársyla Barreto. Acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior: uma análise no curso de Pedagogia da UFRRJ – Campus Seropédica. 2025. 134 folhas. Dissertação de Mestrado em Educação. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025

O acesso e a permanência de sujeitos oriundos das classes populares no ensino superior, problemáticas centrais desta pesquisa, constituem desafios historicamente invisibilizados, estando associados às múltiplas dificuldades enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade social. O objetivo deste trabalho é identificar e analisar os principais desafios enfrentados por esses sujeitos em seus percursos formativos na universidade. A metodologia utilizada nesta dissertação foi de caráter qualitativo, fazendo uso de questionários como instrumentos de coleta de dados, sendo classificada como pesquisa de campo/ pesquisa exploratória. Para a leitura e discussão dos dados coletados utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2010). Houve a aplicação de um questionário a cinco estudantes cotistas do curso de Pedagogia da UFRRJ- Campus Seropédica. Os resultados do estudo apontam que após as análises foi possível compreender que as desigualdades sociais são múltiplas e impactam diretamente na formação superior de estudantes cotistas. Existem diversos fatores que contribuem para o afastamento das classes populares do espaço de formação superior, principalmente os de ordem financeira e a falta de educação básica de qualidade, fatores que limitam os sujeitos pertencentes a esse grupo social vivenciarem a universidade da mesma forma que sujeitos de classes sociais privilegiadas. A política de cotas e a assistência estudantil colaboram para que esses estudantes possam acessar e permanecer na universidade. Porém, as dificuldades atreladas às desigualdades sociais provocam a exclusão e a falta de oportunidades e, segundo nossas análises, as políticas públicas de acesso e permanência, embora venham minimizando este desequilíbrio social, ainda não deram conta da problemática. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em Pesquisa da UFRRJ, sob o parecer número 78191824.9.0000.0311/ 2024.

Palavras-Chave: Acesso. Permanência. Classes Populares. Ensino Superior

Abstract

RODRIGUES, Thársyla Barreto. Access and retention of students from the working classes in higher education: an analysis in the Pedagogy program at UFRRJ – Seropédica Campus. 2025. 134 pages. Master's Dissertation in Education. Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

The access to and permanence of individuals from working-class backgrounds in higher education—central issues of this research—constitute historically invisible challenges, associated with the multiple difficulties faced by students in situations of social vulnerability. The aim of this study is to identify and analyze the main challenges faced by these individuals throughout their educational trajectories at the university. The methodology used in this dissertation was qualitative in nature, employing questionnaires as data collection instruments, and is classified as field research/exploratory research. For the reading and discussion of the collected data, we used Bardin's (2010) content analysis. A questionnaire was administered to five quota students enrolled in the Pedagogy program at UFRRJ – Seropédica Campus. The results of the study indicate that, after the analyses, it was possible to understand that social inequalities are multiple and directly impact the higher education experience of quota students. There are several factors that contribute to distancing the working classes from higher education spaces, mainly financial issues and the lack of quality basic education—factors that limit individuals belonging to this social group from experiencing university in the same way as individuals from privileged social classes. The quota policy and student assistance help these students to access and remain in the university. However, the difficulties associated with social inequalities lead to exclusion and a lack of opportunities and, according to our analyses, public policies on access and permanence, although they have been mitigating this social imbalance, have not yet fully addressed the issue. The research was approved by the Research Ethics Committee of UFRRJ, under opinion number 78191824.9.0000.0311/2024.

Keywords: Access. Retention. Working-Class. Higher Education

Lista de Imagem

Imagen 1: Nuvem de palavras- Etapa de Codificação----- 63

Lista de Quadros

Quadro 1: Categoria I-----	69
Quadro 2: Categoria II-----	69
Quadro 3: Categoria III-----	69
Quadro 4: Categoria IV-----	69
Quadro 5: Categoria V-----	70
Quadro 6-----	71
Quadro 7-----	73
Quando 8-----	78
Quadro 9-----	84

Lista de Tabelas

Tabela 1: Coleta inicial do número de vagas ofertadas pelo curso de Pedagogia entre os anos 2021.1 a 2023.1----- **60**

Tabela 2: Número de matrículas ativas coletadas no mês de outubro de 2024----- **61**

SIGLAS E ABREVIATURAS

- CC- Conselho de Curadores
CEPE- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSU- Conselho Universitário
CTUR- Colégio Técnico da UFRRJ
DGV- Divisão de Guarda e Vigilância
EAD- Ensino a Distância
ESAMV- Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
IA- Instituto de Agronomia
ICBS- Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
ICE- Instituto de Ciências Exatas
ICHs- Instituto de Ciências Humanas e Sociais
ICSA- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IE- Instituto de Educação
IF- Instituto de Florestas
IM- Instituto Multidisciplinar- Campus Nova Iguaçu
IQ- Instituto de Química
IT- Instituto de Tecnologia
ITR- Instituto Três Rios
IV- Instituto de Veterinária
IZ- Instituto de Zootecnia
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PET- Programa Educacional Tutorial
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROUNI - Programa Universidade para todos
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	19
2. CAPÍTULO I: POLÍTICAS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS-----	22
2.1 Capitalismo-----	22
2.2 Classes Sociais-----	26
2.3 Políticas sociais: igualdade e equidade-----	29
2.4 Política social e as desigualdades presentes nas universidades: classe social e política de cotas-----	31
3. CAPÍTULO II: UNIVERSIDADE E CLASSES SOCIAIS-----	34
3.1 A Universidade e a formação acadêmica-----	35
3.2 REUNI e seus desdobramentos-----	37
3.3 Acesso às universidades federais: a política de cotas-----	40
3.4 A permanência nas universidades federais: desafios institucionais-----	45
3.5 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)-----	47
3.6 A UFRRJ-----	49
3.7 O PNAES na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-----	51
3.8 O curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Campus Seropédica-----	53
4. CAPÍTULO III: METODOLOGIA-----	54
4.1 Análise de conteúdo em termos teóricos-----	54
4.2 Procedimentos: Etapas da Coleta de dados-----	57
4.3 Aspectos éticos-----	59
4.4 Análise de dados-----	60
5. CAPÍTULO IV: ANÁLISES, CATEGORIAS E SUAS INSERÇÕES DOS PARTICIPANTES-----	61
5.1 Resultados do estudo-----	62
5.2 Caracterização do grupo social do curso de Pedagogia Campus Seropédica---	63
5.3 Categorização dos estudantes participantes da pesquisa-----	64
5.4 Procedimentos, pré-análise e criação das categorias-----	67
5.5 Acesso e Permanência: A voz dos estudantes cotistas no Curso de Pedagogia- Categoria 1: Política de cotas-----	68
Categoria 1: Política de cotas-----	70
Categoria 2: Assistência Estudantil-----	74
Categoria 3: Dificuldades Acadêmicas-----	78
Categoria 4: Permanência-----	84
Categoria 5: Falta de oportunidade a um ensino de qualidade-----	86
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	90
7. REFERÊNCIAS-----	94
Anexo-----	104
Parecer Comitê de ética-----	120
TCLE-----	125

TRAJETÓRIA ACADÊMICA E A RELEVÂNCIA DA ESCOLHA DO TEMA

A escolha dessa temática tem relação com minha trajetória acadêmica como estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica. Em 2016, ingressei no curso de graduação em Pedagogia, sendo a primeira pessoa da minha família a estar em uma universidade. Ainda no ensino médio não sabia bem qual graduação cursar, mas tinha o desejo de ser professora. Quando conheci o curso de Pedagogia me identifiquei e desejei ser estudante desse curso. Com 18 anos ingressei na universidade e a escolha pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi feita por ser mais próxima da minha residência que fica localizada na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Precisei trabalhar durante minha formação de nível superior e o curso de Pedagogia por ser no período noturno, facilitou minha entrada no mundo do trabalho, entretanto, me afastou durante um tempo das atividades da universidade. Durante o primeiro semestre de graduação pude observar que a graduação era muito mais que o ensino dentro da sala de aula e comecei a entender que a pesquisa e a extensão deveriam fazer parte efetivamente da minha formação. Por mais que eu tentasse vivenciar a universidade, participando de atividades além da sala de aula, foi desafiador porque as demandas eram muitas e complexas. O curso noturno acaba afastando o estudante desse espaço de construção, já que muitos trabalham e só estão nesse ambiente durante o período das aulas.

Tive a oportunidade de me inscrever para participar do “Programa Educacional Tutorial (PET) Educação do Campo e Movimentos Sociais”, pois o trabalho estava me afastando muito do espaço acadêmico e não era dessa forma que eu desejava vivenciar a universidade. Ao ser selecionada pude perceber que o Programa fez com que a minha permanência fosse garantida e que as minhas vivências na universidade acontecessem de maneira intensa, podendo participar de grupos de pesquisas e projetos de extensão.

A permanência era algo que me preocupava muito, já que precisava de recursos financeiros para continuar cursando minha graduação. Estar em uma universidade federal sempre foi um grande objetivo e quando ingressei me senti muito realizada. Entretanto, a partir do momento em que consegui ingressar na instituição e vivenciar uma rotina acadêmica, percebi que, inicialmente, minha permanência não foi garantida junto ao acesso. Por mais que existam políticas públicas de assistência estudantil, nem todos os alunos são assistidos da mesma forma. Durante a graduação alguns colegas de turma

abandonaram o curso por questões financeiras e por outras oportunidades, como emprego. Durante a minha participação no grupo PET foi possível observar que a bolsa que os estudantes recebiam fazia diferença em suas vidas, e contribuía para formação de cada um. Minha participação no PET mudou a rotina acadêmica e minha formação. Durante o período que participei do programa pude vivenciar diversas experiências dentro e fora da universidade. Desenvolvi alguns projetos frente a minha formação e participei de projetos de pesquisa e extensão em outras universidades. Além da minha permanência, foi garantido uma formação completa frente ao que uma universidade busca oferecer a seus estudantes. Por mais que a formação tenha passado por algumas dificuldades em relação a localidade em que eu morava e a localização da universidade, durante toda a formação busquei meios para me manter ativa e me formar em 8 períodos. O PET foi um programa fundamental para que eu pudesse permanecer na universidade.

Antes de ingressar no PET fui contemplada com uma bolsa de assistência estudantil destinada ao transporte, e essa bolsa ajudou em parte no valor gasto para que eu pudesse acessar a universidade durante os meus períodos de aula. O gasto com passagem para o meu deslocamento até a universidade era muito grande, então decidi residir em Seropédica para ficar mais próxima da universidade. Durante esse período em que morei próximo à UFRRJ, participei de muitas ações envolvendo a universidade, como seminários, apresentações de trabalhos, jornadas pedagógicas, cursos de curta duração, encontros do grupo de pesquisa, reuniões sobre as temáticas do PET. Residir na cidade de Seropédica- RJ, foi muito importante pois fez com que eu estivesse em mais contato com a universidade, podendo frequentá-la em tempo integral. No começo da jornada de formação vivenciai outras experiências fora do ambiente universitário e isso foi se modificando com apoio da bolsa que recebia do programa e a bolsa de assistência estudantil. Durante a minha participação no programa participei de algumas viagens para apresentar trabalhos em outros estados, e foram viagens importantes para a formação acadêmica.

Vivenciar outras experiências em outras universidades colaborou completamente para minha formação e fez com que eu percebesse que o valor financeiro que recebia estava possibilitando o meu contato com a universidade. Ao chegar o período de escolher o tema da minha monografia, decidi então falar do PET em Educação do Campo e Movimentos Sociais, e a transformação que o programa causava na vida dos estudantes bolsistas. A temática que desenvolvi foi sobre juventude, como uma categoria social dentro do espaço universitário. Realizei entrevistas com quatro bolsistas, no intuito de

compreender a importância do programa na permanência dos graduandos em seus cursos de graduação. Essas entrevistas visibilizaram como esses estudantes lidavam com sua rotina acadêmica e os desafios encontrados para se manterem dentro da universidade. Em geral o maior desafio encontrado e relatado por esses estudantes era a permanência, ligada à questão financeira, pois o deslocamento até a universidade foi uma das grandes questões que emergiram. Antes de possuírem a bolsa eles relataram que contavam com a ajuda de familiares e trabalhos autônomos, e com a ajuda da bolsa essa situação se modificou, trazendo mais independência e fazendo com que esses sujeitos pudessem estar mais ligados e imersos ao espaço acadêmico. Ao longo da escrita da monografia, minha preocupação com a permanência dos estudantes no curso de graduação foi se intensificando, à medida que percebia tratar-se de uma dificuldade não apenas pessoal, mas também compartilhada por diversos colegas naquele espaço de formação. Com o passar do tempo, tornou-se evidente que, embora o acesso à universidade estivesse sendo ampliado, a permanência desses sujeitos não estava garantida, resultando em altos índices de abandono e evasão no curso de licenciatura.

Ao realizar o processo seletivo para o mestrado decidi trazer esse tema para ser aprofundado, agora especificamente com os estudantes cotistas, a fim de colaborar com a universidade na ampliação de um olhar mais atento para esses estudantes, que necessitam de um apoio financeiro para permanecer cursando a graduação ou até mesmo um curso de pós-graduação, pois essa é uma realidade que está ligada diretamente a todos os tipos de formação. A universidade pública, mais precisamente a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que é trazida neste trabalho, conta com políticas públicas de assistência estudantil, mas que infelizmente não conseguem contemplar a totalidade dos estudantes que precisam de apoio - frente a condições para permanecerem estudando. A escolha por esse tema, portanto, toca profundamente a minha formação enquanto estudante egressa do curso de graduação noturno, em uma universidade pública federal, sendo pertencente à classe popular e moradora da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Ter vivenciado todas as experiências no ambiente universitário fez com que eu compreendesse o quanto esse espaço contribui para uma formação completa e não só uma formação profissional. A universidade é capaz de promover diversos tipos de aprendizagem e uma delas é aprender a lidar com os desafios encontrados durante a formação acadêmica. A minha preocupação hoje na pós-graduação, é saber como os estudantes do curso de graduação em Pedagogia estão lidando com a sua permanência no curso frente aos desafios encontrados. Investigar quais são esses desafios é essencial para

compreendermos como as políticas públicas são capazes de contribuir efetivamente para que os estudantes, principalmente os cotistas, tenham a garantia da sua formação.

Desta forma, espero que esse trabalho possa impactar diretamente os sujeitos de forma positiva dentro da universidade e possa trazer reflexões acerca dos desafios encontrados relativos ao acesso e a permanência de estudantes no curso de nível superior.

1- INTRODUÇÃO

A vida humana, sendo social e culturalmente condicionada e referenciada tem na transformação ao longo da vida algumas circunstâncias que podem ser guiadas por escolhas e oportunidades. Tratando-se de estudantes de graduação das universidades públicas, em particular, suas características socioculturais vão sendo modificadas e influenciadas de acordo com particularidades do espaço e do grupo de convívio, uma vez que sujeitos desse grupo começam a vivenciar novas experiências e desafios, passando por muitas, rápidas e necessárias adaptações e transformações. As problemáticas encontradas pelos estudantes de graduação são as mais distintas, e as desigualdades sociais estão expressas fortemente no contexto universitário, já que o espaço acadêmico é um local em que predomina a diversidade, com destaque as de caráter cultural, social e econômico. Consta-se, tanto na literatura científica quanto pelo senso comum, que os grupos que mais enfrentam a questão das desigualdades são aqueles marginalizados, que na maioria das vezes deixam de ter oportunidades por pertencerem a esferas que não recebem oportunidades e condições adequadas de vida.

Embora já se possa observar avanços, em relação a uma nova realidade vivenciada por sujeitos em situação de vulnerabilidade, ao longo das décadas, as classes populares ainda enfrentam cotidianamente inúmeras dificuldades, e, por mais que o acesso ao espaço acadêmico seja uma conquista valorosa para esse grupo, a permanência está ligada diretamente às desigualdades sociais encontradas dentro e fora do espaço acadêmico e, portanto, com maior dificuldade de solução.

Com a escolha desse tema busca-se evidenciar como os estudantes de classes populares enfrentam as dificuldades dentro das universidades, como esses sujeitos, no caso deste estudo estudantes cotistas do curso de licenciatura em Pedagogia, lidam com essa questão. Além disso, é importante dar visibilidade à temática, considerando que o problema pode ser extrapolado para outras populações e grupos universitários de diferentes regiões do país.

Esse tema é importante também por dar continuidade às pesquisas desenvolvidas pela autora na graduação, em particular, como discente do curso de Pedagogia e integrante do grupo de bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) Educação do Campo e Movimentos Sociais. A vivência no programa PET oportunizou diversas experiências dentro e fora do espaço acadêmico e, a partir dela, percebeu-se que a universidade deve promover e estimular cada vez mais recursos que garantam efetivamente a permanência

dos estudantes oriundos das classes populares, que precisam de uma rede de assistências para continuar seus estudos.

Os sujeitos geradores da problemática dessa pesquisa são estudantes cotistas do curso de Pedagogia, um grupo social bastante diverso em termos de origem e características socioculturais.

O acesso à educação superior por indivíduos pertencentes às classes populares foi por muito tempo na história do Brasil sistematicamente negado. (Dias e Silva, 2018, p. 1999). Sobrinho (2010) afirma que é necessário esclarecer que a “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. É imprescindível que sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, ou seja, que esses sujeitos consigam ocupar o espaço acadêmico sem ter que lidar com a exclusão acadêmica.

O acesso ao ensino superior, mais especificamente às universidades públicas, pelos jovens das camadas populares representa uma mudança de paradigma, do privilégio de alguns, para a chance igualitária de todos a esse direito, tendo em vista que as oportunidades não acontecem da mesma forma para todos os sujeitos. É necessário que além de democratizar o acesso haja uma preocupação com a permanência desses estudantes dentro das universidades, garantindo o sucesso de aprendizagem e o desenvolvimento intelectual dos discentes, conforme indicam as autoras Cupolillo, Majerowicz e Silva, 2011.

As políticas de acesso não têm garantido e sustentado a permanência dos estudantes de classe popular nas universidades públicas.

O Brasil reconheceu – embora tardivamente e ainda enfrentando resistência – que, ao longo de sua história, o acesso ao ensino superior representou um momento que reitera ou reforça o privilégio. As universidades públicas brasileiras sempre foram espaços dominados pela elite econômica, não obstante a natureza pública que nos leva à premissa básica de um investimento promovido por toda a sociedade e que deveria lhe servir de forma geral, sem exclusão de quaisquer grupos. (Bersani, 2018, p. 386).

A condição financeira é um dos obstáculos enfrentados por sujeitos marginalizados para se manterem nas instituições de ensino superior, e por mais que haja políticas que buscam incluir sujeitos menos favorecidos no ensino superior, ainda há muitos obstáculos enfrentados por esses estudantes, que em algumas situações precisam conciliar diferentes atividades para permanecerem na universidade.

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar os principais obstáculos para o acesso e a permanência de estudantes no curso de Pedagogia da UFRRJ Campus Seropédica, tentando compreender, através dos relatos dos estudantes cotistas, as desigualdades sociais encontradas dentro do espaço institucional, compreendendo como os sujeitos das classes populares do referido curso lidam com suas dificuldades no espaço institucional. Problematizar o acesso e a permanência desse grupo social tem se tornado fundamental no atual cenário de desigualdades, oferecendo à universidade elementos que possam fazê-la repensar suas políticas internas, visando a permanência desse grupo social em seu ambiente.

A metodologia utilizada neste trabalho é de caráter qualitativo, com o uso de pesquisa bibliográfica a fim de contribuir para o entendimento dos conceitos apresentados. Além disso, utilizamos instrumentos de coleta de dados (questionários) com estudantes cotistas do curso de Pedagogia do campus Seropédica da UFRRJ, buscando compreender como as questões desenvolvidas são importantes para a construção da formação, pessoal e acadêmica, desses estudantes, visibilizando os enfrentamentos frente ao acesso e à permanência no curso de graduação. A análise de conteúdo segundo Bardin (2010) foi utilizada na leitura, análise e discussão dos dados.

Esta proposta de estudo, portanto, transcende a análise do acesso, uma vez que seu escopo se estende para a questão da permanência dos jovens pertencentes a esse grupo dentro do ambiente acadêmico. Ao realizar tal investigação, busca-se enriquecer o entendimento deste segmento proporcionando um espaço propício para o diálogo centrado nas desigualdades sociais.

No presente trabalho serão apresentados alguns conceitos fundamentais para a compreensão do que será analisado. A partir das perspectivas apresentadas, o presente trabalho foi organizado em três capítulos.

No capítulo I busca-se traçar questões ligadas às políticas sociais e às classes sociais, contextualizando como as desigualdades estão presentes em nossa sociedade, para que possamos compreender como tal problemática influencia diretamente na formação das classes populares. Neste capítulo evidenciamos como o sistema econômico está ligado às diferenças sociais presentes nas classes sociais, dando ênfase às classes populares.

O capítulo II apresenta de forma geral a universidade, a fim de compreender seu contexto, papel e a relação com as classes sociais, tendo como enfoque as dificuldades vivenciadas pelas pessoas marginalizadas e que são negligenciadas socialmente.

Em seguida, o capítulo III traz a metodologia desenvolvida nesta pesquisa, caracterizando os sujeitos do curso de Pedagogia e o percurso metodológico da investigação. Utilizamos, para a análise dos dados, o método de Bardin, ou seja, a análise de conteúdo. Os dados foram coletados utilizando-se de questionários, um mais geral e outro com perguntas semiestruturadas, contanto com a participação dos estudantes cotistas do curso de Licenciatura em Pedagogia.

2- CAPÍTULO I: POLÍTICAS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos fundamentais que norteiam a pesquisa. Considerando que a compreensão das classes sociais, conceito central deste estudo, exige uma análise de suas origens, iniciamos com uma breve conceituação do sistema capitalista.

O capitalismo, sistema econômico no qual vivemos, é o principal responsável pelas desigualdades sociais encontradas em nossa sociedade. Compreender como o capitalismo funciona é de suma importância para refletirmos sobre quais posições sociais as classes populares ocupam e como isso influencia diretamente no acesso e na permanência desses sujeitos nas universidades.

Alguns pensadores importantes, como Karl Marx e Max Weber, são trazidos nesse capítulo apresentando conceitos fundamentais para compreendermos a dinâmica e estruturação do sistema capitalista, apresentando suas origens históricas, sociais, econômicas e políticas, e assim, observando que as desigualdades encontradas em nossa sociedade, refletem-se diretamente no ensino superior. Esse sistema econômico é responsável também por limitar o acesso de estudantes oriundos das classes populares, já que ele é um dos influenciadores das diversas desigualdades sociais.

Os conceitos de classe social são apresentados com objetivo de compreendermos a estrutura social, visibilizando as desigualdades e os privilégios vivenciados pelas diferentes camadas sociais. As reflexões sobre as políticas sociais são trazidas neste capítulo para que possamos compreendê-las como ações necessárias para minimizar as desigualdades, buscando a equidade social.

2.1- Capitalismo

O capitalismo é um sistema econômico em que uma parte pequena dos indivíduos ou das empresas privadas possuem a tomada de decisão de acordo com o que desejam

produzir, como querem produzir e para quem essa produção será destinada. Essa tomada de decisão pode ser determinada de acordo com o objetivo do produtor, sobre a demanda e oferta de tal produto, ou seja, quem deseja/pode adquirir o que está sendo ofertado. No meio capitalista essa oferta visa principalmente o lucro, tentando atingir o maior retorno financeiro possível através do que está sendo produzido. A economia capitalista visa diretamente o faturamento, a riqueza e o progresso econômico para quem domina os meios de produção na sociedade, ou seja, uma parcela minoritária da sociedade.

Pode-se considerar que o capitalismo surgiu no início da Idade Moderna¹, momento em que o sistema de comercialização se dava entre a troca de mercadorias entre a classe social dos comerciantes. Os comerciantes tinham uma ligação direta com os produtores das mercadorias e os consumidores, já que serviam como ponte entre o produto e o consumidor. Essa relação direta fez com que os comerciantes passassem a acumular capital e a possuir um poder aquisitivo maior em razão do enriquecimento dado através dessa intermediação, logo, surgindo os bancos com objetivos ligados aos interesses dos comerciantes.

Para guardar dinheiro dos ricos comerciantes, surgiram os bancos. Estes passaram a emprestar recursos para pequenos produtores empresariais. Deste modo, a economia começou a se expandir rapidamente. O capital acumulado pelos comerciantes serviu para financiar os estados nascentes em suas atividades internas e nas incursões externas (Junior, 2020).

Existem teorias que buscam esclarecer o que é capitalismo e seus desdobramentos, entre essas teorias, duas vertentes são evidenciadas e apresentadas por Max Weber e Karl Marx. O ponto de vista de Max Weber considera mais as questões de cunho cultural e Karl Marx debruça-se sobre a perspectiva histórica e econômica. Essas correntes nos levam a reflexões sobre as perspectivas do capitalismo. Essas duas perspectivas serão apresentadas de forma breve neste estudo, evidenciando como esse sistema reflete diretamente nas desigualdades encontradas em nossa sociedade.

Para Max Weber (apud. Catani, 1980) o capitalismo se constitui a partir da herança de um modo de pensar as relações sociais, ou seja, através das interações entre os sujeitos, fundamentais para construção social, mas que definem qual tipo de atuação

¹ A idade moderna representou uma ruptura com as estruturas sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais da Idade Média. Com a Modernidade desaparece a sociedade de ordens que negava o exercício das liberdades individuais e favorecia os grandes organismos coletivos. Nesse período ocorre a laicização econômica e política da Europa, além das mudanças nas concepções de autonomia e favorecimento da razão humana (Silva, 2017).

social cada sujeito ocupa em uma comunidade. A valorização do trabalho é o principal fator desse modelo de pensamento. O acúmulo de riqueza a partir do trabalho é visto como uma resultante fundamental para definir a qual grupo social o indivíduo pertence.

Karl Marx define o capitalismo de forma um pouco distinta, de um olhar histórico e econômico. Essa teoria enxerga o trabalhador também como uma mercadoria. Segundo Catani (1980) a corrente defendida por Marx define capitalismo como sendo um determinado modo de produção de mercadorias. Nessa corrente, para que o capitalismo se reproduza, é fundamental que existam dois tipos de classes sociais, uma que tenha a concentração de propriedades e outra que venda sua força de trabalho em troca de valor que permita a sua sobrevivência. No capitalismo o valor de um produto/serviço está ligado ao tempo dedicado para produzi-lo. Ao pensarmos na troca de produtos, como acontecia no passado, podemos compreender que o valor de um determinado produto era levado em consideração de acordo com os outros produtos oferecidos no processo de troca. O valor do dinheiro se deu a partir desse processo histórico de troca entre produtos, pois a partir do surgimento do dinheiro foi possível compreender de forma mais direta o valor de um determinado produto e o valor do dinheiro.

Segundo Catani (1980) no sistema capitalista, a força de trabalho humana é uma mercadoria, e como todas as coisas tornam-se mercadorias ao serem trocadas por produtos de igual valor, a força de trabalho, torna-se também mercadoria ao ser trocada por dinheiro. Pensando nessa perspectiva, entendemos que o sujeito é uma moeda de troca. Ao oferecer sua força de trabalho, o seu serviço, espera pela valorização desse serviço prestado, resultando na troca do trabalho pelo dinheiro. Compreender a força de trabalho como uma forma de mercadoria é entender que a classe trabalhadora atende às suas necessidades a partir do valor que consegue com a venda de seu próprio trabalho.

Segundo Singer (1993) outra forma de encarar esta faceta do capitalismo é constatar que a concorrência pelo dinheiro, que é universal, é conduzida pelos que já tem dinheiro, ou seja, pelos donos do capital, fazendo com que outros sujeitos de classes sociais menos favorecidas busquem meios para obter o que desejam e assim fortalecendo a lucratividade das grandes empresas que disputam o poder e, principalmente, a competição pelo capital.

Assim, a classe detentora de poder utiliza a mão de obra da classe dominada a fim de aumentar seu capital, uma vez que essa mão de obra é vista também como uma mercadoria que vende seu serviço em troca de dinheiro e que nunca recebe valor equiparado ao volume de esforço/trabalho despendido para a produção de mercadorias.

Muitos conceitos descrevem o capitalismo como um sistema que busca favorecer uma determinada classe social enquanto uma outra classe social marginalizada² oferece seu trabalho como mercadoria.

Em geral, podemos afirmar que o capitalismo é um sistema econômico ligado especialmente aos interesses das classes políticas e econômicas dominantes dentro de uma sociedade. Por sua própria condição de organização, este sistema econômico e social é gerador de inúmeras contradições, desigualdades, competitividade exacerbada, individualismo e grande exclusão, principalmente entre a classe trabalhadora. Os interesses de lucro desse sistema político e econômico tendem a exacerbar grandes desigualdades, já que as classes que não dominam as condições de produção acabam por terem como único meio de sobrevivência a venda de sua força de trabalho àqueles que detém o poder da geração de bens e produtos a serem comercializados e consumidos.

A mais-valia, termo empregado por Marx para definir a diferença entre o valor gerado por um determinado tipo de bem a ser comercializado e consumido e o salário destinado ao trabalhador como forma de pagamento pela produção de produto, indica que o valor da força de trabalho exercida pelo trabalhador quase sempre não equivale ao trabalho empregado na produção. No sistema capitalista, essa disparidade na relação entre a força de trabalho e seu valor torna-se evidente. Ainda de acordo com Sandroni (1982), o trabalhador vende a sua força de trabalho por um valor, mas o que essa força de trabalho produz é quase sempre maior do que o valor pago: a diferença é apropriada pelo capitalista, sendo chamada por Marx de mais-valia.

Segundo Saviani (1992) apud Santos; Santos; Lopes (2024) no capitalismo há uma tendência de tornar o conhecimento propriedade privada exclusivamente da classe dominante. A educação de qualidade, no capitalismo, é oferecida aos sujeitos que possuem maior poder aquisitivo, enquanto sujeitos de menor poder econômico não recebem o mesmo tipo de ensino. Isso interessa diretamente a classe dominante que se mantém no domínio das decisões sociais, excluindo sujeitos de outras classes sociais para que estes não consigam acessar o conhecimento, e permaneçam em suas condições sociais de origem, dificultando-lhes ultrapassar barreiras. O capitalismo é a peça-chave,

² Indivíduo mais ou menos improdutivo, indigente, subempregado ou que como trabalhador, embora amparado pela legislação trabalhista, não tem condições de manter uma família, vivendo por isso à margem da sociedade. Disponível em: [Marginalizada - Dicio, Dicionário Online de Português](#). Acesso em: 10/11/2024.

principalmente, das desigualdades sociais, pois os interesses sociais se constroem de acordo com os desejos das classes favorecidas.

Nunez e Almeida (2024) afirmam que a educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de qualquer sociedade. Porém, em sociedades capitalistas o desenvolvimento humano pela via da educação formal não é igual para todos os sujeitos.

De acordo com Santos; Santos; Lopes (2024) é imprescindível reconhecer a educação como um campo de disputas e resistências, no qual se travam batalhas pela garantia de uma formação crítica e de qualidade para todos. Ela deve ser capaz de defender a emancipação humana, propondo a construção de uma sociedade justa e igualitária.

2.2- Classes Sociais

As classes sociais podem ser definidas como sendo grupos de indivíduos que possuem características sociais, econômicas e culturais similares. Esses grupos estão divididos, geralmente, pela renda, pelo nível de escolarização, que é um fator importante para a caracterização de cada grupo social, pelo poder aquisitivo e outras características que definem a classe a qual cada sujeito pertence.

O conceito de classes sociais foi desenvolvido por diferentes autores clássicos e contemporâneos. Karl Marx e Max Weber desenvolveram teorias distintas sobre “classe”. Mattoso (2004) afirma em uma de suas pesquisas os conceitos de classes sociais na sociologia e na antropologia, teorias que possuem relevância para estudos sobre tal temática.

A noção de classe se desenvolveu na teoria social com a destinação principal de caracterizar e explicar os sistemas de desigualdade socioeconômica. A elaboração do conceito representa um legado importante da sociologia clássica, particularmente das obras de Karl Marx e Max Weber, que deram origem a duas influentes tradições de análise de classe. Em Marx, as classes fincam raízes no modo como a produção social é organizada e os seus resultados são apropriados. Na sociedade capitalista, as relações entre trabalhadores assalariados e possuidores dos meios de produção formam o eixo de estruturação do sistema de classes. Na visão de Weber, mais nuancada, as situações de classe emergem e afetam as oportunidades de vida em decorrência da posse e do uso de recursos com valor no mercado, em uma economia em que as interações econômicas são racionalizadas. O conceito de classe, na teoria social, tem se organizado em torno de diferentes questões ou agendas (Santos, 2010).

Marx associa a noção de classe ao capitalismo, se referindo a dois tipos de classes: a classe dominante, que é a classe capitalista - dona dos meios de produção - e a classe trabalhadora, os que vendem sua força de trabalho em troca do dinheiro.

A teoria de Marx sobre “classe” tinha um sentido mais amplo, em que apenas duas eram consideradas – a classe capitalista e a operária. Para ele, a natureza destrutiva do Capitalismo era embasada no aumento do proletariado, que se oporia naturalmente à classe capitalista. Dessa oposição, emergiria uma nova sociedade caracterizada pela ausência de classe. (Edgell, 1993 apud Mattoso, 2004).

Mattoso (2004) afirma que Max Weber desenvolveu a teoria de “classe” num contexto bem mais amplo que o de Marx, o que ficou conhecido como estratificação social, que pode ser definido pelas características que cada grupo social possui, ou seja, a sua identidade. Os estratos sociais estão ligados aos valores sociais, como profissão, escolarização e outros fatores. Weber classifica as classes sociais de acordo com o poder aquisitivo dos indivíduos.

Weber referia-se à “classe” como qualquer grupo de pessoas que compartilhassem uma situação comum de classes, que ele definiu como: A oportunidade típica para o suprimento de bens, condições externas de vida e experiências pessoais; com relação a isso, as chances são determinadas pela quantidade e tipo de poder, ou falta de, para dispor de bens ou habilidades para fins de renda numa ordem econômica (Weber, 1961). Para Weber, o tipo de oportunidade no mercado é decisivo para o destino de um indivíduo. Nas bases dessa definição, Weber distingua dois tipos de classes privilegiadas: as classes proprietárias (donos de terras, prédios, pessoas, etc) e as classes comerciais (pessoas que possuem bens, serviços e habilidades que podem ser oferecidas no mercado, como banqueiros, mercantilistas, etc). As classes desprivilegiadas podiam ser divididas em três: as qualificadas, semiqualificadas e sem qualificação. Entre as privilegiadas e as desprivilegiadas, Weber notou a existência de várias classes médias formadas por agricultores, carpinteiros, funcionários públicos e particulares, profissionais liberais e trabalhadores com habilidades excepcionais. Ele percebia quatro classes: a classe trabalhadora, a pequena burguesia, a especialista e a classe privilegiada. (Weber, 1961 apud Mattoso, 2004).

Ao pensarmos em uma sociedade dividida em classes sociais podemos compreender que essas divisões são feitas de acordo com a categorização de sujeitos que ocupam posições socioeconômicas semelhantes, o que gera uma identidade para esses sujeitos. Esses lugares ocupados por cada grupo ou classe social condicionam, em larga medida, as oportunidades e a trajetória social, profissional, cultural e econômica de cada sujeito. Sair dessa condição, migrar de uma classe social para outra não é tarefa individualmente fácil.

Em decorrência da natureza dos poderes e direitos exercidos sobre os recursos produtivos, a pessoa enfrenta uma estrutura de oportunidades, dilemas e opções nas esferas do trabalho e do consumo. Em um sistema de produção pensado em termos sociais relacionais, o que a pessoa *tem* condiciona o que ela deve *fazer* para conseguir o que *obtém*. As relações de classe geram um conflito social baseado nas assimetrias entre o que as pessoas *têm* e o que *fazem com o que têm*. A noção de exploração pretende oferecer um diagnóstico do processo por meio do qual as desigualdades de recompensa são geradas por desigualdades nos direitos e poderes sobre os recursos produtivos. A exploração caracteriza-se pelo fato de um grupo se beneficiar economicamente à custa de outro pela apropriação dos frutos do trabalho do grupo explorado (Santos, 2008).

As classes populares fazem parte de uma esfera social que enfrenta diversos tipos de problemas sociais e lidam com dificuldades ligadas a pouco acesso à escolarização, a falta de moradia, segurança, saúde, saneamento básico, cultura e, portanto, dificuldades de acesso à universidade.

Segundo Lopes, Louçã e Ferro (2017) as classes populares constituem-se e reconfiguram-se através da sua existência concreta e não pelas idealizações que a seu respeito constroem. Segundo Rolemberg (2024) as classes sociais e as pressões de classes têm seu lugar determinado pelas estruturas econômicas, políticas e ideológicas das formações econômicos-sociais e definem-se nas lutas de classes.

Para o capitalismo, a divisão de classes é fundamental pois através das estruturas socioeconômicas criadas, estas ocupam posições distintas e com isso a detenção do poder se concentra nas mãos de sujeitos detentores de riquezas, enquanto classes sociais em situação de vulnerabilidade ocupam esferas sociais precarizadas sendo reféns de um sistema econômico que opprime e causa múltiplas desigualdades.

A divisão social de classes é fundamental nas sociedades capitalistas para manter a acumulação do capital, que necessita de algumas condições que permitam a sua manutenção e reprodução. Estas condições incluem a contínua produção e reprodução da pobreza e dos pobres, sendo que estes últimos formam um exército de reserva cuja existência é essencial para a exploração capitalista. Assim como a manutenção dessas pessoas em determinados espaços que perpetuam e reforçam a situação em que elas se encontram, impedindo-as de ter acesso à cultura, ao lazer e à educação de qualidade. Brito; Pedroso (2023).

Para compreendermos como o capitalismo está relacionado a formação de sujeitos pertencentes às classes populares apresentaremos, no tópico a seguir, como esse sistema se reorganiza formalizando políticas sociais que garantem a sua própria reprodução, ainda

que ofereçam possibilidades de melhorar a qualidade de vida de indivíduos, visando o bem-estar social.

2.3- Políticas Sociais: igualdade e equidade

Segundo Silva, Jaccoud, Beghin (s/d), a participação social tem sido reafirmada no Brasil como um fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos sociais. A igualdade busca promover as mesmas condições a todos os sujeitos, garantindo que todos consigam de forma igual alcançar os objetivos traçados. A equidade está ligada ao senso de justiça, buscando de forma justa corrigir as desigualdades que existem na sociedade. A igualdade e a equidade são ações distintas, mas que possuem relevância no que tange a desigualdade social.

Igualdade e equidade substantivas, com suas sutis diferenças de entendimento, são princípios fundamentais para a identificação de sociedades que se querem justas⁴. Contemporaneamente, sem descurar do princípio da liberdade substantiva⁵, igualdade e equidade constituem valores essenciais para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e da solidariedade. Isto porque, quando grupos e indivíduos têm seus destinos entregues ao livre jogo do mercado, a tendência é o crescimento das diferenças sociais, do egoísmo possessivo e das mazelas características da sociedade capitalista. (Azevedo, 2013).

As políticas sociais atuam exatamente na melhoria das condições de vida das pessoas e na redução das vulnerabilidades. Um sujeito que está à margem da sociedade lida com conflitos socioeconômicos ligados a riscos sociais determinados por sua desproteção. Os sujeitos que fazem parte do grupo de vulnerabilidade, raramente conseguem acessar espaços sociais que promovam uma melhoria de vida e não possuem uma garantia de que seus direitos estão assegurados.

A adoção de políticas de igualdade e de equidade substantivas é o caminho para fazer prevalecer, em sentido axiológico, o espírito dos valores mais caros da humanidade e, também, para melhorar a vida em sociedade em todos os campos, a despeito das barreiras e óbices próprios do capitalismo (dos capitalistas) para a efetivação de políticas igualitárias (Azevedo, 2013).

Assim, as políticas sociais possuem um papel fundamental na busca da equidade, tentando promover as mesmas condições a todos os sujeitos independente da classe

social. As políticas igualitárias são fundamentais na tentativa de uma sociedade mais justa e igual.

A educação pública pode ser vista como uma política social, uma vez que a política é a arte de administrar o bem comum, e toda política, segundo Saviani (2007) é necessariamente social. Pensando desta forma devemos compreender que a política educacional está relacionada com as políticas sociais e que estas precisam estar relacionadas com o movimento de equidade que necessita existir no ensino superior.

A universidade contemporânea busca promover um espaço de igualdade, tentando oferecer aos sujeitos o mesmo tipo de tratamento e ensino, sem que haja as desigualdades latentes, entretanto, a universidade ainda não é um espaço de igualdade porque há diferentes tipos de perfis de sujeitos nesse espaço, que precisam ser alcançados com as políticas sociais que possam promover artifícios para que esses estudantes se sintam pertencentes a esse espaço. A universidade e o sistema educacional, em sua totalidade, devem promover a equidade dentro da academia, assegurando um equilíbrio justo entre as diferentes esferas encontradas no ensino superior.

O contexto social brasileiro é permeado por desigualdades sociais que se reverberam na política educacional em desigualdades de acesso à educação, de distribuição de insumos e de realização de processos, além de influenciar no resultado educacional de maneira geral. Nesse sentido, emerge, no debate público, a preocupação sobre o papel mais amplo da educação: o de promoção da justiça social a partir de princípios de justiça orientados pela equidade. O debate sobre equidade na educação não é algo novo na cena internacional, no entanto, no caso brasileiro, a transição para um olhar orientado pela equidade, para além de um princípio apenas igualitário, é recente e em construção, especialmente no que tange ao desenho e intencionalidade de políticas e programas educacionais como alguns estudos destacam (Ribeiro, 2012; Ribeiro et al., 2020; Santos et al., 2022 apud Melo; Gomes, 2024).

Segundo Rawls (1997), Crahay (2002) e Dubet (2004; 2008) apud Melo; Gomes (2024), os conceitos de igualdade e equidade possuem aspectos importantes, sendo relacionados aos princípios de justiça. Para os autores o princípio de justiça igualitária se baseia na garantia de condições iguais para todos, tendo como base a igualdade de tratamento e defendendo que todos possuem a mesma capacidade inicial. Dessa forma, se opõem à ideia de dons, tolerando resultados desiguais na educação desde que os alunos tenham igualdade de tratamento, ou seja, as mesmas condições de aprendizagem. Já para os mesmos autores, o princípio da justiça equitativa é baseado na produção do tratamento desigual para gerar igualdade real, ou seja, pautada na correção das desigualdades de

origem e no impedimento da reprodução das desigualdades sociais dentro do ambiente escolar, isto é, possui uma ênfase na priorização dos que mais precisam. A equidade busca a igualdade tanto na oferta do ensino quanto nos resultados: igualdade de base e igualdade de conhecimentos adquiridos. A equidade, no contexto acadêmico, deve ser vista como uma forma de tratar as desiguais de forma diferenciada, conforme suas necessidades, ultrapassando a ideia de igualdade no espaço de formação.

Visando amenizar os agravos sociais deste sistema na perspectiva de manter a sua própria estrutura, o Estado propõe políticas, chamadas políticas sociais. Outras vezes estas políticas são fruto de pressões exercidas pela sociedade civil organizada, como é o caso da política de cotas para as universidades. Elas se configuram de suma importância para toda a sociedade, especialmente para manterem o mínimo de bem-estar social aos sujeitos. Essas políticas objetivam, em sua maioria, minimizar desigualdades sociais geradas pelo próprio sistema.

A política social é uma política, própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. Ressaltamos que entendemos, por força de trabalho, todos os indivíduos que só têm a sua força de trabalho para vender e garantir sua subsistência, independente de estarem inseridos no mercado formal de trabalho. (Machado, Kyosen, s/d).

2.4- Política social e as desigualdades presentes nas universidades: classe social e política de cotas

As desigualdades sociais contemporâneas são múltiplas e os desafios para diminuí-las são diversos. Segundo Guzzo e Filho (2005), o sistema educacional, fruto de um processo histórico, configura-se no bojo das relações sociais e de produção, que dividiram e ainda dividem a sociedade em grupos econômicos e culturais distintos e, ainda mais, estabelece uma relação entre classes sociais antagônicas. Todo sujeito ocupa uma posição social frente ao seu poder econômico, tal poder que diferencia qual esfera aquele indivíduo pode ser inserido e o espaço social que pertence.

Ao tratar das classes sociais na esfera da educação podemos observar que desde a educação básica há distinções frente ao poder aquisitivo dos sujeitos e a educação que lhes é oferecida. O tipo de ensino que o estudante da classe popular recebe é diferente do ensino que os estudantes que possuem capital podem receber. Na maioria das vezes, os sujeitos que ocupam posições menos favorecidas desde pequeno estão inseridos em um espaço precarizado, em que a qualidade no ensino recebido, em geral, é de menor qualidade social e cultural. A escolarização desses sujeitos, se tratando da educação básica, precisa ser evidenciada como uma problemática fundamental ao se tratar do acesso futuramente em uma universidade.

Historicamente o ensino superior público brasileiro é marcado por duas características: pela grande concorrência em seus concursos vestibulares e por a maioria de seu público ser pertencente ao topo da pirâmide social. A isso se pode atribuir duas razões. A primeira é que os alunos que possuem maiores recursos financeiros para se preparar para os exames vestibulares acabam por ocupar as vagas nas universidades públicas. A segunda pode ser atribuída ao fato de que o sistema de educação pública nacional é marcado pela precariedade. (Souza; Brandalise, 2017).

As ações afirmativas são um instrumento de reparação das desigualdades presentes fora e dentro da universidade.

As políticas de cotas permitem que haja uma menor disparidade ao se tratar do acesso ao nível superior, já que os estudantes que possuem recursos financeiros conseguem garantir mais facilmente a sua vaga em uma universidade pública.

As ações afirmativas tomaram fôlego nos séculos XX e XXI por todo mundo, como um instrumento de reparação para minimizar as desigualdades latentes, sejam elas, raciais, sociais, de gênero, sexuais ou econômicas. Tais ações constituem-se como políticas públicas do Estado, ou também podem ser propostas pela iniciativa privada, com o intuito de combater as situações evidenciadas de racismo e discriminação, bem como discriminação de fundo cultural e estrutural que está enraizada na sociedade. (Rosa; Martins, 2021).

Brito (2024) afirma que a lei de cotas, enquanto uma modalidade da política de ações afirmativas, busca que a educação exerça a função de emancipação do sujeito, a partir da aquisição de direitos, e consequentemente que promova a redução da divisão de classes, o que seria o resultado da real democracia, colaborando para o acesso ao ensino superior de forma igualitária. A lei de cotas ao promover uma ascensão social a estudantes

oriundos de classes sociais menos favorecidas, via formação superior, oferece espaço para que esses indivíduos possam ocupar outras esferas sociais. A garantia do acesso consegue evidenciar a democratização do ensino.

A igualdade social busca promover que todos os sujeitos, independente de classe social, tenham seus direitos garantidos e que todos os sujeitos possam receber as mesmas oportunidades. Segundo Patto (2015) apud Almeida, Oliveira (2024), a discussão sobre a igualdade de oportunidades que a Lei de Cotas trouxe não pode se reduzir apenas à garantia de acesso e permanência, mas se torna necessário analisar as demais interfaces que se relacionam com as desigualdades sociais e educacionais no contexto brasileiro, pois existem diversos impactos gerados na oferta de uma educação sem qualidade, que por sua vez atinge principalmente sujeitos em situação de vulnerabilidade.

O acesso à universidade por parte das classes populares, favorecido pela política de ações afirmativas, geram inúmeros desafios. Esses desafios durante o nível superior às vezes refletem diretamente na vida social e financeira desses estudantes, o que resulta em algumas situações na evasão acadêmica.

As ações afirmativas são políticas e práticas públicas e privadas, de caráter compulsório ou facultativo, que têm como objetivo corrigir desigualdades historicamente atribuídas e impostas a determinados grupos sociais e, por isso, caracterizam-se como compensatórias. Podem incluir negros, indígenas, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiências e outros grupos cujos direitos sociais tenham sido desconsiderados e não reconhecidos em função do tratamento desigual dado à suas diferenças. As ações afirmativas visam à promoção da diversidade cultural e da justiça social e procuram corrigir as profundas distâncias entre negros e brancos em nossa sociedade. (Mayorga; Souza, 2012).

A autonomia dos sujeitos e a diminuição das desigualdades sociais são fatores importantes ao falarmos de acesso e permanência no ensino superior, e a lei de cotas tem um papel fundamental na garantia de que sujeitos de camadas sociais vulneráveis estejam na universidade. Brito (2024) ressalta um aspecto importante sobre a lei de cotas que é o papel das instituições de ensino superior enquanto agentes que podem contribuir na redução das desigualdades sociais e para a emancipação do sujeito, assim modificando a realidade de muitos das classes populares. O acesso à universidade pelas políticas de cotas é resultado de muitas lutas pela diminuição das desigualdades sociais e educacionais.

Dessa forma, observa-se que as políticas de ações afirmativas, especialmente a Lei de Cotas, desempenham um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior, promovendo a inclusão de estudantes historicamente marginalizados. A

discussão apresentada ao longo deste capítulo evidencia que, embora o ingresso na universidade seja um avanço significativo, a permanência ainda enfrenta desafios decorrentes de desigualdades sociais e econômicas persistentes. Assim, a efetivação dessas políticas deve ir além do simples acesso, contemplando medidas de suporte acadêmico e social que garantam a continuidade dos estudos e a redução das barreiras estruturais que dificultam a ascensão educacional e profissional das classes populares. Dessa maneira, a ampliação e o aprimoramento das ações afirmativas representam, além de um mecanismo de reparação histórica, também um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

3- CAPÍTULO II: UNIVERSIDADE E CLASSES SOCIAIS

Neste capítulo apresento brevemente o papel da universidade frente a formação acadêmica e social, evidenciando a importância das instituições de nível superior e os seus desdobramentos. A universidade será relacionada com as classes sociais, trazendo a perspectiva do surgimento das universidades e seu objetivo em atender as classes dominantes, que possuíam capital e poder, afastando as classes populares desse espaço que por muito tempo foi elitizado.

Neste contexto, as políticas de cotas são implementadas como uma medida para promover a inclusão de estudantes pertencentes a grupos marginalizados, que historicamente não tiveram acesso aos espaços de formação. As políticas de cotas causaram um impacto relevante frente a sociedade e as universidades, e através desta, muitos estudantes tiveram a possibilidade de acesso ao nível superior e a uma formação superior, e segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), número de ingressos na educação superior federal por meio de ações afirmativas aumentou 167% em dez anos.

O PNAES (Programa de Assistência Estudantil) é um programa criado para garantir a permanência de estudantes que não possuem recursos necessários para permanecer na graduação. O acesso e a permanência são evidenciados como ações complementares. O acesso se dá através da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e as políticas de cotas possibilitam esse acesso ao estudante que se identifica com algum tipo de ação afirmativa. Ao ingressar na universidade esse estudante começa a lidar com outros desafios e dificuldades ligados à sua formação, por isso, a

permanência é entendida como um elemento importante no sentido de garantir que esse estudante receba apoio para permanecer nesse espaço de formação. O capítulo apresenta o PNAES na UFRRJ, relacionando os tipos de assistências estudantis que são ofertadas aos estudantes.

O REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) é apresentado de forma objetiva, sendo apontado como um programa que possuiu o objetivo de ofertar mais vagas nas instituições de ensino superior, possibilitando que outros sujeitos pudessem acessar a universidade.

Busco apresentar de forma breve uma contextualização histórica sobre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, trazendo como referência principal o trabalho de Otranto (2009), fazendo uso, ainda, como referencial teórico o artigo de Coutinho: “A história da UFRRJ e as marcas deixadas na educação pública de Seropédica”, UFRRJ, s/a.

O curso de Pedagogia da UFRRJ (Campus Seropédica) é apresentado de forma sucinta neste capítulo, com informações gerais sobre esse curso, foco da presente pesquisa.

3.1- A Universidade e a formação acadêmica

A universidade tem um papel fundamental no que tange a formação acadêmica e social dos indivíduos, entretanto, por muito tempo esse espaço não foi acessível para todos os tipos de pessoas.

A história do ensino superior no Brasil tem se confundido com a memória da interdição de pessoas das classes populares neste segmento educacional. Não por acaso, as instituições de ensino superior aparecem no cenário brasileiro como um dos espaços de demarcação de grande desigualdade social. Por vezes, os discursos da convivência com as diferenças são esvaziados com práticas de intolerância, desrespeito aos saberes construídos pelos estudantes em suas comunidades, movimentos sociais e outros espaços de produção de conhecimentos, resultando na desvalorização da cultura dos jovens de classes populares. Em grande medida, a memória do fazer universitário reporta à cultura dos grupos historicamente privilegiados. (Borghi, 2013).

A Universidade se configura como um ambiente de muitas transformações, adaptações e descobertas. A graduação proporciona a vivência do tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesse espaço não há limitações somente aos conteúdos ligados ao curso de escolha, pode-se participar das inúmeras atividades promovidas pela instituição, o que faz com que se perceba que ser um estudante é muito mais do que meramente ir para a

sala de aula, é se descobrir enquanto sujeito e se identificar com causas e lutas que são próprias desse ambiente.

As universidades surgiram em conjunto com a sociedade, na ótica de sua dimensão política. Como parte de uma totalidade, de um processo social amplo, de uma problemática mais geral do país. São palco de discussões sobre a sociedade. Espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para a solução de problemas. (Gomes, 2014).

A graduação é uma etapa que muitos sujeitos veem como a qualificação e acesso para o mundo do trabalho. O mundo do trabalho está cada vez mais criterioso e exigente em relação a qualificação e a procura por um bom emprego está diretamente relacionada a se qualificar, em acessar uma instituição de nível superior. De acordo com Gomes (2014) a relevância das universidades no meio social é notável quando seus egressos levam à sociedade seus aprendizados.

A educação superior no Brasil surgiu para suprir determinadas necessidades ligadas aos interesses das classes superiores. Com o passar do tempo o perfil dos estudantes foi se modificando, e, lentamente, diferentes classes sociais começaram a ocupar esse espaço. Porém, por mais que a democratização do ensino superior venha crescendo, as desigualdades encontradas nesse espaço são múltiplas.

A educação superior no país se caracteriza como uma educação para poucos e não poderia ser diferente. A problemática não se situa, unicamente, no âmbito educacional, ainda que seja verdadeiro que existe uma opção pela transmissão da cultura dominante o que dificulta sobremaneira o acesso e a permanência de grande parte dos alunos. A raiz do problema se encontra na sociedade que se divide entre aqueles que têm capital econômico, social e cultural e aqueles que não o possuem. (Gisi,2005).

Segundo Borghi (2013) a ausência de pessoas das classes populares nos espaços universitários ganhou tom de legitimidade. Isto permite pensar que, se o espaço das IES não era acessível a todos, não se estranhava a ausência de jovens pobres no ensino superior, essa ausência estava ligada diretamente às desigualdades sociais enfrentadas por esses sujeitos.

A educação voltada para as classes trabalhadoras deveria ter como papel precípicio o de correção das desigualdades sociais, eximindo a centralidade do Estado da responsabilidade pelo desenvolvimento econômico e social, que deveria atuar como regulador do mesmo numa dinâmica solidária com o mercado pela abertura às suas ofertas de eficiência e eficácia de serviços. (Lima, 2009).

O capital econômico, ao longo da história da sociedade brasileira, sempre foi o divisor que possibilitava que pessoas pertencentes à classe dominante estivessem inseridas nos espaços de educação superior, enquanto era negado aos sujeitos marginalizados a ocupação deste local.

Na história do ensino superior brasileiro, os espaços estiveram situados na complexa relação entre ter capital econômico e poder frequentar a academia, em consequência, a falta do capital econômico e cultural resultava na impossibilidade de acesso à Universidade [...] em linhas gerais, a posse de maior ou menor capital econômico e cultural define os espaços e os bens públicos e privados que as pessoas podem acessar. Portanto, a ausência de jovens pobres na educação superior representa uma forma de distribuição dos sujeitos sociais, nos espaços sociais de acordo com o seu capital econômico. O que se tornou uma construção social aceitável. (Borghi, 2013).

O Brasil é caracterizado como um país marcado por desigualdades sociais, comprovadas pelo seu alto nível de concentração de renda – característica que se reflete em políticas públicas sem a abrangência devida, que intensificam o processo de exclusão social. O campo da educação não difere desse panorama, cujo tratamento dispensado por longos anos acentuou as diferenças de oportunidades, evidenciando um sistema de ensino elitizado. (Baqueiro, 2015).

Ainda que existam inúmeras dificuldades enfrentadas antes desse estudante cursar o ensino superior, podemos enxergar que uma formação superior faz toda diferença na vida de um indivíduo que não teve oportunidades e vê na educação uma chance de mudar sua vida para melhor. Buscar melhores condições sociais a partir do ensino superior é a principal opção de muitas pessoas de classes sociais menos favorecidas.

A percepção de possibilidades de obtenção de um diploma de ensino superior, e a consciência das dificuldades colocadas pelas condições de vida, convivem, contraditoriamente, nas aspirações de segmentos crescentes da juventude das classes populares das áreas urbanas. O ingresso nos cursos é difícil. A competição nos exames de acesso é intensa e seleciona jovens escolarmente mais preparados. Especialmente nas grandes metrópoles, a frequência às aulas, no período noturno, impõe sacrifícios. As mensalidades pesam bastante no orçamento, mesmo em escolas menos dispendiosas, instaladas com vistas ao atendimento de um alunado de poucos recursos econômicos. A escolha do curso também envolve dificuldades. Em muitos casos, as duras condições impostas pela realidade só viabilizam um leque de alternativas não compatíveis com as aspirações do estudante. O penoso enfrentamento dessas e de outras dificuldades encontra apoio na percepção, socialmente generalizada, da escolaridade como fator de melhoria nas condições de vida. A busca da ascensão social, nestas condições, realiza um tema clássico nos estudos sociológicos sobre as progressivas transformações observadas na sociedade capitalista, quando a ação coletiva voltada para a emancipação da classe dominada é progressivamente substituída pela busca individual de melhoria das condições de vida. (Beisiegel, 2018).

Segundo Schwartzman, Filho e Coelho (2021) nunca existiu um modelo ideal de universidade, e esse espaço passou por diversas mudanças organizacionais. Com o surgimento das universidades foi possível visibilizar as diferenças sociais que implicavam e implicam diretamente no acesso de estudantes a esse espaço. Essa desigualdade está ligada diretamente à condição de classe desses sujeitos.

Nas sociedades capitalistas avançadas há um discurso dominante: o da igualdade. Trata-se da igualdade de oportunidades, ou seja, da garantia do acesso do cidadão a certos bens e serviços na qualidade de cidadão e que por isso é chamado de acesso universal, isto é, sem discriminação de barreiras raciais, partidárias, físicas e religiosas. É o mínimo oferecido a todos. (Faleiros, 1991).

Ainda que muitos estudantes tenham dificuldade de acessar o nível superior em uma instituição de ensino público essa questão vem se modificando ao longo dos últimos anos. Ainda há muitos desafios para promover a inclusão e a ampliação de estudantes marginalizados em instituições de ensino superior. Além do aumento na oferta de mais vagas nas universidades, as políticas públicas de acesso ao ensino superior têm demonstrado ser uma garantia de oferta de vagas aos sujeitos que ocupam as classes sociais menos prevalecidas na sociedade, evidenciando sua importância para a inclusão da classe popular no nível superior. Segundo Heringer (2018) as políticas de ação afirmativa adotadas ao longo da década por instituições federais e estaduais de educação superior também contribuíram para esta ampliação do acesso, garantindo que a classe popular ocupasse essas vagas que por muito tempo lhes foram negadas.

3.2- REUNI e seus desdobramentos

O REUNI, Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo decreto nº 6. 096 no dia 24 de abril do ano de 2007, pertenceu a uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo responsável pelo processo da construção de novos espaços acadêmicos, possibilitando a oferta de novas vagas em cursos de graduação.

Educação e desenvolvimento são conceitos que caminham juntos num processo de transformação da sociedade. Nessa perspectiva, existem regiões onde se faz necessário um maior olhar devido à carência histórica de políticas públicas. Essas regiões, as periferias, encontram-se em paralelo a áreas desenvolvidas espalhadas pelo território brasileiro. Nesse processo de expansão universitária algumas dessas

regiões receberam campi de universidades e institutos federais, assim como a Baixada Fluminense, periferia no limiar do século XXI. (Almeida, 2016).

Esse programa caracterizou-se por ter sido uma política pública que visou atender sujeitos que estavam fora da universidade em diferentes regiões do país, notadamente as mais distantes do eixo sul-sudeste onde se localizam a maior parte das instituições de ensino superior no Brasil. Conseguimos notar o efeito causado não só na vida formativa de diferentes populações, mas também na conceituação do que seja o espaço público de direito de todos é importante para toda a sociedade.

O REUNI tem como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior” (grifos nossos). As metas globais do REUNI são “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (§ 1º do art. 1º do Decreto nº 6.096), cabendo ao MEC a definição dos parâmetros de cálculo desses indicadores. (Tonegutt, Martinez s/d, p. 1).

A ampliação de vagas possibilitou a expansão física, acadêmica e pedagógica de Instituições de Ensino Superior. Os cursos noturnos de graduação foram contemplados, aumentando as vagas, possibilitando que outros sujeitos tivessem acesso ao ensino superior. Essa expansão beneficiou diretamente a classe popular, oportunizando a entrada desses sujeitos na universidade.

O REUNI mostra a sua importância para a sociedade como um todo, uma vez que há a reestruturação da expansão universitária temos algumas características que vão além da extensão do acesso às vagas nas instituições de ensino superior público, uma vez que esse programa pautado é uma política pública que visa atender aquele sujeito que está fora do espaço acadêmico em diferentes regiões do país, notadamente as mais distantes do eixo sul-sudeste onde se localizam a maior parte das instituições de ensino superior no Brasil. Conseguimos notar o efeito causado não só na vida formativa de diferentes populações, mas também na conceituação do que seja o espaço público de direito de todos. (Rodrigues, 2020).

A permanência é um dos objetivos referentes a criação do REUNI, e até os dias atuais é visto como uma questão fundamental que precisa ser assegurada a todos os estudantes, sendo uma das grandes problemáticas vivenciadas por muitos estudantes,

inclusive pelos que pertencem a classe popular e precisam garantir sua conclusão de curso.

Esse Programa é bem recente, possui apenas 17 anos, e já conseguiu alcançar diferentes sujeitos em nossa sociedade que antes não teriam muitas chances de acessar uma universidade pública, s que viviam longe desse espaço sem ter a noção que deveriam/poderiam ocupar um espaço de formação superior. O REUNI é a prova que há como instaurar dentro das instituições de educação superior pública projetos que visem o bem coletivo, garantindo que sujeitos pertencentes a diferentes classes sociais estejam compartilhando do mesmo espaço de formação.

3.3- Acesso às universidades federais: a política de cotas

A política de cotas é uma lei que tem como objetivo destinar um percentual de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior a sujeitos que tenham estudado em escolas públicas, candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e a deficientes. Essa política, ainda recente, busca diminuir as desigualdades econômicas, sociais e educacionais que podemos encontrar entre pessoas de diferentes etnias raciais e pertencentes às classes menos favorecidas economicamente.

A Lei número 12.711 foi sancionada em 29 de agosto de 2012 e desde então possibilita o acesso de sujeitos que por muito tempo tiveram seus direitos negados em relação ao acesso ao nível superior de escolarização. (MEC, 2022).

O conceito de reparação reporta-se à busca de recuperação de algum dano. Os sujeitos incluídos na política de cotas são os que, em algum momento, já tiveram seus direitos negligenciados socialmente, o que causa uma grande reflexão, já que a história da UFRRJ nos permite comparar a existência de uma cota às avessas ao contexto atual, a 'cota do boi'³. Essa cota, diferente do objetivo das cotas atuais, assegurava a vaga para filhos de grandes fazendeiros a alguns cursos de nível superior na instituição mencionada. Essa reflexão nos faz pensar em como o papel da universidade foi se modificando ao longo do tempo, e como atualmente o acesso ao ensino superior possui uma nova conjuntura.

³ Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968 que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-norma-pl.html>. Acesso em: 30/06/2025.

Nunes; Gomes; Rangel (2024) explicam que a expansão de programas de ação afirmativa está pautada na normatização de política de reservas de vagas, como uma tentativa de ajuste na elaboração dos mecanismos que promovam a inclusão, amparada por legislação específica, objetivando alcançar o caminho da igualdade de oportunidades a partir da educação. As ações afirmativas são capazes de proporcionar a inclusão de diferentes sujeitos no ensino superior.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a Lei de Cotas determina o mínimo de aplicação das vagas para essa inclusão, mas as universidades federais têm autonomia para, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares. Essas vagas que são reservadas a esse grupo reafirmam o compromisso que a educação deve ter com a parcela da sociedade que foi e é negligenciada. (MEC, 2018).

No ano de 2022 completaram-se 10 anos da instituição da política de cotas, e essa Lei mudou a conjuntura da educação superior pública em nosso país. Antes da política de cotas o perfil acadêmico era completamente diferente do que podemos observar nos dias atuais. Hoje temos uma universidade mais diversa, com diferentes sujeitos, de diferentes etnias e pertencente a diversos espaços socioculturais. Essa lei possibilitou não só a entrada de um grupo social negligenciado no espaço acadêmico, mas reafirmou a importância de um olhar mais atento às demandas sociais de nosso país.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2011, a população de pretos e pardos representava 11% de um total de 8 milhões de matrículas nas universidades. Em 2016, ano do último censo, esse percentual subiu para 30%. A Lei de Cotas prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade é destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo per capita. A distribuição das vagas da cota racial e deficiência é feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência do Estado onde está situada a universidade ou instituto federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a instituição da Lei, as instituições poderiam distribuir o percentual de cotas anualmente, de maneira gradativa até alcançar os 50%. (Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC, 2022).

Atualmente o acesso às Universidades Federais acontece pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o número de cotas é calculado de acordo com a quantidade de vagas ofertadas. Ao realizar o exame, os estudantes com perfis relacionados às cotas oferecidas podem optar em usar uma das políticas de cotas. Nem sempre esses estudantes

que ingressam por essas políticas conseguem garantir sua permanência na Universidade e, nesses casos, a assistência estudantil é fundamental para que possam permanecer na graduação.

As políticas afirmativas têm o objetivo de recuperar as desigualdades históricas resgatando direitos que foram negligenciados pelo poder público. Nesse contexto, adensa o princípio legal da equidade, propugnando restaurar a igualdade de direitos e superar as lacunas que ocasionaram o cenário de desigualdade de oportunidades (Baqueiro, 2015).

A cota racial é uma das cotas existentes e é fundamental para reparação histórica e social do Brasil. A população negra nunca ocupou a universidade, em função do racismo e das desigualdades enfrentadas por esse grupo social. A população negra carrega até hoje marcas dessas desigualdades e do preconceito criado frente à cor de sua pele. A cota racial busca reparar parte dos danos vividos por esta população no que tange a precarização da escolaridade oferecida.

A implementação do sistema de cotas raciais para o ingresso de estudantes negros no ensino superior e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial são, hoje, os principais temas colocados pela população negra na pauta de discussão da sociedade brasileira.

É notória a existência de desigualdades a serem enfrentadas pelos negros que, nesta sociedade, possuem - na média geral - menos escolaridade, salário, saúde, emprego e moradia que os brancos e asiáticos. Entremes, não é suficiente ancorar a luta contra o preconceito e a discriminação que atingem a população negra brasileira com um imperativo moral que se estabelece exaltando a particularidade. (Leite, 2011).

Além da cota racial há outras ações afirmativas de acesso à universidade, como a cota por renda familiar, que busca oportunizar uma vaga aos estudantes que não tiveram recursos para ter uma formação com maior qualidade cultural.

Para Castro (2001) apud Viela; Tachibana; Filho e Komatsu (2017), a extrema fragilidade do ensino fundamental e médio da rede pública faz com que as classes sociais passem literalmente por uma peneira, fato que resulta em uma sub-representação das classes de menor renda no ensino superior. Ao longo dos anos escolares, ocorre uma depuração social dos alunos. No final do ensino médio, sobram, em média, 20% dos que iniciaram. Na sua maioria, são os que tiveram melhores condições, o que mostra um processo que, de longe, não tem nada de aleatório, mas de intencional. Adicionalmente, os cursos mais concorridos são os que oferecem as carreiras mais promissoras. Neste caso, os estudantes com melhor formação têm mais chances de aprovação.

Ainda que haja uma preocupação sobre a educação básica precarizada, esta não está relacionada completamente às barreiras criadas em relação ao acesso de sujeitos de classes populares em universidades, embora existam sujeitos que são atingidos por essa precarização. A cota de escola pública reafirma, além de todas as fragilidades, as problemáticas baseadas na precarização do ensino geradas pela reprodução forte do sistema capitalista, que em sua estrutura necessita de sujeitos que estejam no mercado de trabalho, afastando-os do ensino superior. A precarização do ensino na educação básica pública está ligada aos interesses capitalistas, que ajudam a promover as desigualdades sociais.

A cota de escola pública acaba contemplando também quem é afetado pela renda per capita familiar. O estudante que cursou seu ensino médio em escola pública pode optar por essa ação afirmativa ao ingressar no curso de graduação. As cotas de renda e escola pública se integram em uma das ações disponíveis aos estudantes, e como já supracitada essas ações se complementam, tendo em vista que ambas estão relacionadas às dificuldades para o acesso desses estudantes no ensino superior.

Aos alunos egressos das escolas públicas, somam-se outras parcelas da população tradicionalmente sub-representados nas universidades brasileiras, das quais se destacam as chamadas minorias ou grupos mais vulneráveis à discriminação, como a população negra. Segundo César (2003) apud Viela; Tachibana; Filho e Komatsu (2017), apenas 2% das vagas do ensino superior do país são preenchidas por afro-brasileiros. Isto reflete um quadro de desigualdades que se confunde com a própria história da educação em nosso país. Diante desses agravantes, novas medidas que ajudem a diminuir o distanciamento entre populações historicamente marginalizadas e o acesso ao ensino superior têm sido implantadas. Dentre elas, destacam-se os cursos preparatórios ao vestibular e as cotas de participação, sendo essas últimas alvo de intenso e polêmico debate. (Viela; Tachibana; Filho e Komatsu; 2017).

Sobrinho, (2013) apud Silva; Duvernay, (2024) afirma que as políticas de cotas e os mecanismos de democratização do acesso à educação possibilitaram ao Brasil uma grande conquista, que foi mudar o perfil historicamente elitizado do ensino superior, que eram espaços tradicionais da classe média alta e das elites. As instituições de ensino superior tiveram os perfis de discentes modificados, recebendo todos os tipos de classes sociais nesse espaço. As cotas possibilitam que exista a diversidade de indivíduos no ensino superior.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que é a instituição trazida nesta pesquisa, implementou as políticas de cotas raciais, e, segundo Souza, 2019, p. 35,

“passou a contar com um banco de dados privilegiado, que poderá ser utilizado para a elaboração e implantação de políticas institucionais de

democratização de acesso e de permanência no ensino superior. Através de debates foram criados mecanismos efetivos de promoção da inclusão social, possibilitando discussões sobre a redução dos índices de desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e geracionais diretamente vinculadas à democratização do acesso da população a um ensino público e de qualidade”.

Com isso podemos afirmar que a UFRRJ vem traçando desde a inclusão das cotas raciais uma ação de acesso e permanência.

O acesso ao ensino superior é o principal fator para um estudante iniciar sua vida acadêmica. Corbucci (2014) afirma que as condições socioeconômicas, em particular a renda, têm sido apontadas como fator de alta correlação com o desempenho educacional dos estudantes, o que influencia diretamente no acesso desses estudantes ao ensino superior.

As ações afirmativas foram e são a garantia para que muitos estudantes oriundos de classes populares possam ocupar uma vaga em uma instituição de nível superior. No entanto, outros programas também contribuíram diretamente para o acesso, como o PROUNI⁴ e o REUNI.

O acesso ao nível superior vem se transformando com o passar do tempo e esse acesso antes tão afastado da juventude periférica vem sendo modificado com apoio de políticas de ampliações de vagas criadas entre os anos de 2002 e 2010, como o PROUNI (Programa de Universidade para Todos, 2004), o REUNI (Reestrutura e 21 Expansão das Universidades Federais, 2007) e a aprovação da política de cotas sociais e étnico-raciais pela Lei n. 12.711/20125. O trajeto acadêmico lida com desejos e anseios para a construção de uma carreira profissional que não se limita apenas à sala de aula, e oferece outros espaços de ensino-aprendizagem, como por exemplo, laboratórios, aulas externas, estágios e outras experiências. A academia “trabalha” com diversos trajetos e diversos perfis de formação, e com isso as experiências vividas por esses jovens conseguem transformar a universidade em um espaço para todos, e esse espaço é de suma importância para identidade desses estudantes. (Rodrigues, 2020).

A maioria das universidades garantem o acesso dos estudantes através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que funciona como um processo seletivo tendo como objetivo selecionar estudantes para que possam ocupar vagas nos cursos de graduação. O acesso sendo garantido através das políticas sociais desperta a preocupação diante da permanência desses estudantes durante o curso de graduação.

⁴ COSTA, FERREIRA, 2017. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n1/1982-5765-aval-22_01-00141.pdf Acesso em: 19/11/2024.

3.4- A permanência nas universidades federais: desafios institucionais

A permanência é uma ação que busca garantir que o sujeito continue frequentando um determinado lugar. Em relação ao ensino superior, a permanência está ligada à continuidade da formação dos estudantes. Existem alguns tipos de apoio estudantil que contribuem para que os estudantes consigam concluir seus cursos de graduação, entretanto, nem todos que não possuem condições de se manter em uma universidade, mesmo sendo pública, são contemplados pelas políticas de assistência estudantil.

A permanência não está ligada somente ao capital, às questões econômicas, mas também a vários outros fatores que influenciam que o estudante continue no seu curso de graduação.

[...] a permanência universitária pode ser compreendida para além de políticas sociais com ações relacionadas à assistência estudantil, apontando um sentido mais amplo que se refere às dificuldades dos estudantes. Tais dificuldades podem ser oriundas de diferentes causas (econômicas, sociais, culturais, psicológicas e pedagógicas), o que implica considerar o olhar dos estudantes para elaborar uma proposta de permanência mais condizente com a realidade de cada universidade. (Gimenez; Maciel, 2016 apud Mattos, 2020).

Paula (2017) apud Mattos (2020) discute a insuficiência do apoio econômico para a permanência estudantil e ressalta que após a implantação do PNAES, em 2007, não houve aumento significativo nos índices de estudantes concluintes na graduação. Assim, pode-se afirmar que por mais que haja políticas de assistência estudantil, que visam colaborar com os estudantes durante seu percurso formativo, ainda não são suficientes para garantir que aqueles que necessitam desse apoio consigam concluir seus cursos de graduação.

Os estudos da autora indicam que existem outros fatores impactantes na permanência dos estudantes que deveriam estar inclusos nas ações das instituições. A política assistencialista que tem sido implementada pelas universidades federais brasileiras baseia-se sobretudo no suporte financeiro aos estudantes carentes, ainda muito aquém da demanda, deixando em plano secundário as suas necessidades de ordem acadêmica, simbólica e existencial, relacionadas a sentimentos de não pertencimento a um ambiente ainda elitista e pouco propício à inclusão (Paula, 2017, p. 312 apud Mattos, 2020).

O PNAES é o principal programa estudantil ligado à permanência dos estudantes em seus cursos de graduação. A assistência estudantil está ligada aos tipos de recursos que são direcionados aos estudantes na tentativa de colaborar para que possam concluir seu curso de graduação, assegurando que os desafios que serão encontrados podem ser amenizados por estas políticas.

A principal finalidade do PNAES é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, a partir da democratização das condições de permanência; da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; da redução das taxas de evasão e retenção; e da contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010 apud Araújo; Andriola; Cavalcante; Chagas, 2019).

Segundo Germano (2024) a assistência estudantil não se limita apenas ao apoio financeiro, mas engloba uma variedade de benefícios e iniciativas que visam garantir um ambiente acadêmico acessível, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. É fato que muitos estudantes necessitam de apoio financeiro para permanecer na universidade, mas é necessário afirmarmos que existem outros aspectos que colaboram diretamente para desistência de estudantes de seus cursos de graduação.

Santos; Ayres; Rocha; Reis; Conceição, (2024) afirmam que as políticas de reserva de vagas impõem às instituições educacionais a necessidade de ir além das determinações legais que garantem o acesso de grupos historicamente excluídos, colocando-as diante do desafio de implementar ações de permanência, compreendendo que a garantia do acesso não é o único fator importante ao promover a inserção de sujeitos cotistas no ensino superior.

Borges, Gouvêa e Barbosa (2022), relatam que um dos grandes desafios é a superação de uma visão limitada que compreende a permanência como uma extensão da assistência social. A dimensão pedagógica do problema muitas vezes é subestimada ou deixada em segundo plano em detrimento das ações voltadas aos auxílios financeiros.

Leonardi; Rosa; Andreazza (2025) reforçam a necessidade de implementar uma política de permanência estudantil que seja de fato uma política de Estado, com garantias jurídicas, institucionais e orçamentárias, que possa ser mais consistente e que chegue a quem precisa.

Segundo Prado (2022) apud Menda, Melo (2024) há muitos desafios na promoção de condições para que haja a permanência. A assistência estudantil é fundamental para a permanência de estudantes que pertencem a classes sociais vulneráveis em instituições de ensino superior.

O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, nas festas organizadas pela turma, entre outras circunstâncias. Vários estudantes se sentem à margem de muitas atividades mais diretamente relacionadas ao que se poderia chamar

investimentos na formação (congresso, conferências, material de apoio). (Zago, 2006).

É indiscutível que a Assistência Estudantil está fortemente presente dentro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e que cada vez mais os discentes necessitam fazer uso dos seus serviços prestados. Além disso, reconhecemos que aquelas pessoas que estão há um tempo maior afastadas do processo de escolarização, ao ingressarem na universidade, necessitam de um suporte para seu desenvolvimento neste espaço (Dias 2023).

3.5- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

A Lei 14.914, de 3 de julho de 2024 versa sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No Art. 1º fica instituída a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos. (Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2024).

Mas como esse Programa contribui com as Instituições Federais que recebem esse grupo social? O PNAES age em algumas assistências, e podemos encontrar tais informações no site do Ministério da Educação, apresentados abaixo:

Das informações gerais:

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) auxilia a permanência de estudantes com baixa renda em cursos presenciais de graduação nas instituições federais de ensino superior.

De acordo com o decreto que estabeleceu o plano, os objetivos são:

- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- reduzir as taxas de retenção e evasão;
- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O recurso é repassado para as universidades, que têm autonomia para selecionar quais estudantes serão beneficiados e quais os valores do benefício.

Os líderes indígenas e quilombolas avaliarão, junto às suas comunidades, a possibilidade de recurso do PNAES ser depositado diretamente na conta dos estudantes, assim como é

realizado no Programa Bolsa Permanência. A intenção é fortalecer a governança e dar mais transparéncia ao programa.

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Política de Assistência Estudantil em vigência, define os princípios e as diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão do curso dos estudantes com vista à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria de desempenho acadêmico e o bem-estar biopsicossocial. Essas ações são viabilizadas com recursos financeiros oriundo de dotação orçamentária do MEC e previsto em rubrica específica na matriz orçamentária, sendo viabilizado mediante as diretrizes aprovadas e obedece, prioritariamente, ao critério de vulnerabilidade socioeconômica. (Baqueiro, 2015).

De acordo com Imperatori (2017) o PNAES foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público. Oportunizar que todos os estudantes estejam em um espaço de formação superior, tendo recursos necessários para permanecer nesse espaço, é um ganho para a sociedade e para os sujeitos que pertencem a grupos sociais vulneráveis.

Macedo alerta que é necessário pensar que existem outras necessidades sociais que esse indivíduo possui fora da academia.

Outra questão importante sobre as ações do PNAES nessa IFES é verificar que as ações nesse âmbito devem contemplar outros aspectos das necessidades sociais desses estudantes, superando o mero repasse de benefícios pecuniários, como as ações que promovam cultura e lazer, e o fortalecimento da garantia dos seus direitos, buscando a sua emancipação e plena expansão dos seus direitos sociais. (Macedo, 2017).

Leonardi; Rosa; Andreazza (2025) dizem que o PNAES trouxe a ideia da permanência estudantil com qualidade como um direito, e é essa relevância que deve existir em um programa que busca auxiliar na permanência de estudantes em seus cursos de graduação. Assim, é fundamental que esse programa receba mais atenção para conseguir contemplar mais sujeitos.

3.6- A UFRRJ

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é uma instituição de ensino superior que passou por muitas transformações desde o seu ano de criação até os dias atuais, o que possibilitou novos olhares e novas inserções. Sua origem remonta à criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) até a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ocorrida no ano de 1910, pelo Presidente da República Nilo Peçanha, através decreto nº 8.319, direcionando regras do ensino agronômico no país. Durante muito tempo a ESAMV foi o que prevaleceu como ensino superior para a área agrícola-pecuária, e só em 1968 a UFRRJ passou a ser de autarquia Federal, tendo uma estrutura aprovada para acompanhar o que foi denominado como Reforma Universitária. Em 1970, após a aprovação do estatuto da universidade, a UFRRJ ampliou suas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, fatores primordiais para se constituir como uma universidade, contribuindo para as demandas sociais.

No período da ditadura militar a UFRRJ vivenciou desafios em seu processo da autonomia universitária. Os Institutos e Departamentos foram sendo criados de acordo com a inclusão de cursos na instituição e a administração da universidade passou a contar efetivamente com os órgãos de deliberação coletiva, o Conselho Universitário (CONSU), o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) E O Conselho de Curadores (CC), cada um desenvolvendo papéis essenciais para manutenção da instituição (Otranto, 2009, p. 93 a 115), contribuindo diretamente para o seu desenvolvimento.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é formada por três campi situados em Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios, todos no Estado do Rio de Janeiro. A Estrutura Institucional é composta pela Reitoria, as Pró- reitorias, os Institutos, Departamentos e outros órgãos e conselhos. A Reitoria é o órgão superior da administração da instituição, havendo um Reitor auxiliado por um Vice- Reitor. A Reitora conta também com os Assessores Especiais, Secretarias, Gabinetes e Órgãos Colegiados. A administração central também é responsável pelo Campus de Campos dos Goytacazes, o Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR), a Prefeitura Universitária e a Divisão de Guarda e Vigilância (DGV). A universidade conta com 14 institutos: Instituto de Agronomia (IA), Instituto de Geociências (IGEO), Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS), Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHs), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Instituto de Educação (IE), Instituto de Florestas (IF), Instituto de Química (IQ), Instituto de Tecnologia (IT), Instituto de Veterinária (IV),

Instituto de Zootecnia (IZ), Instituto Multidisciplinar (IM) - Campus Nova Iguaçu, Instituto Três Rios (ITR) – Campus Três Rios. A UFRRJ oferece 56 cursos de graduação distribuídos em 4 turnos, tendo o matutino, vespertino, noturno e integral, nos 3 campi e 2 cursos na modalidade EAD (Ensino a Distância). É uma universidade que se concentra na Baixada Fluminense, com dois campi nessa região, e um campus no interior do Rio de Janeiro. A sua localização é de difícil acesso para muitos estudantes que hoje ocupam uma vaga de graduação nessa instituição de ensino. A Graduação conta com Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão que são essenciais para a formação dos discentes. A UFRRJ oferece pós-graduação, sendo especializações, mestrado e doutorado. A universidade é uma grande protagonista em relação à comunidade acadêmica, oferece diversas atividades e ações ligadas ao ensino, até a extensão que é levada a outros espaços da comunidade externa. A instituição possui um site contendo todas as informações referentes ao ensino oferecido e demais informações acadêmicas e administrativas.

A universidade conta com um complexo de alojamentos estudantis no Campus Seropédica, tanto femininos, quanto masculinos, com um número relevante de quartos. Os alojamentos podem ser considerados de grande ajuda na manutenção da permanência de parte dos alunos na instituição, já que há um grande índice de alunos que deixam suas casas e cidades para estudarem e o alojamento é uma das principais opções para que esses sujeitos possam continuar no seu curso de graduação.

A Universidade é referência na área da Agronomia e, atualmente, após o processo de expansão, por mais que carregue o nome “Rural” há contextos socioeconômico e cultural bastante diferenciados, já que houve um significativo aumento de cursos relacionados as áreas de humanas, com forte destaque para as Licenciaturas. A região é urbanizada e conta muito com a agricultura local, e a agricultura familiar é muito evidenciada dentro do espaço acadêmico, sendo incentivada pela própria instituição que conta com as feiras agroecológicas, no intuito de trazer a comunidade para dentro do espaço de formação, sem se distanciar da população que vive ao redor. São oferecidas diversas atividades que contam com o auxílio dos discentes e dos programas de formação, atendendo tanto às necessidades básicas dos moradores.

Segundo Coutinho s/a, p. 7:

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atualmente, vem se consolidando no campo do magistério, deixando de ser uma instituição exclusivamente voltada para as questões do campo, e buscando,

também, atender às demandas da região urbana, que por sua vez, amplia-se muito devido à própria expansão do campus universitário.

Como o próprio nome já diz, a universidade é um universo de possibilidades, onde há produção, troca e difusão de vários tipos e áreas de conhecimentos capazes de transformar muitas vidas.

3.7- O PNAES na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

A UFRRJ oferece bolsas e auxílios para os estudantes de baixa renda. Segundo a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, em seu site, a assistência dada aos estudantes refere-se a:

Programa de Bolsa de Permanência do MEC; Bolsa Apoio Técnico; Auxílio não Financeiro Alimentação; Auxílio não Financeiro à Moradia (Alojamento Universitário); Auxílio Financeiro ao Transporte; Auxílio Financeiro à Moradia; Auxílio Financeiro à Alimentação; Auxílio Financeiro à Acessibilidade; Auxílio Didático-Pedagógico e Auxílio Creche. (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2015).

Segundo o portal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a bolsa de permanência é uma política pública voltada a concessão de auxílio financeiro que se direciona aos quilombolas e aos indígenas matriculados nas instituições federais de ensino superior e tem como objetivo contribuir para a permanência e a formação desses estudantes.

A Bolsa Apoio Técnico é destinada aos estudantes dos cursos de graduação, modalidade presencial, e contempla sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, e oferece oportunidades que colaboram para o desenvolvimento acadêmico. A bolsa está vinculada ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Auxílio não Financeiro de Alimentação tem como objetivo oferecer alimentação gratuita durante o período letivo, os estudantes contemplados são aqueles que possuem renda baixa e devem estar matriculados em cursos presenciais para terem acesso ao Restaurante Universitário. O Auxílio não Financeiro à Moradia também conhecido como Alojamento Universitário concede vagas inteiramente gratuitas para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.

Em relação às bolsas e auxílios oferecidos pela UFRRJ, é ofertado também aos estudantes o Auxílio Financeiro ao Transporte, no qual é destinado um valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, depositado na conta corrente em nome do estudante,

a ser pago nos meses letivos, observando os critérios previstos em Edital para renovação semestral, segundo o portal da instituição. O estudante para ser contemplado deve pertencer ao perfil de baixa renda. O Auxílio Financeiro à Moradia tem por finalidade auxiliar os estudantes de baixa renda com as despesas direcionadas aos gastos com moradia. Este auxílio corresponde ao crédito de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, observando os critérios previstos em Edital para renovação semestral. O Auxílio Financeiro à Acessibilidade contempla estudantes com deficiência e que precisam dessa assistência para garantir sua permanência no ambiente acadêmico. Alguns estudantes recebem o Auxílio Didático- Pedagógico que tem por finalidade auxiliar no custeio das despesas com a compra de material didático e pedagógico em única parcela, tendo como referência de pagamento o mês da assinatura do termo de compromisso. E por fim, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro oferece o Auxílio Creche que tem por finalidade subsidiar o custeio parcial das despesas com creche/educação infantil dos filhos dos estudantes e é destinado aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial, com baixa renda.

Os dados da universidade fornecidos segundo o portal da UFRRJ, indicam o número de estudantes contemplados em cada modalidade:

- Auxílio Alimentação Financeiro: 200 estudantes com bolsa de R\$ 400,00.
- Auxílio Transporte: 650 em Seropédica, 450 em Nova Iguaçu e 130 em Três Rios, com bolsa de R\$ 300,00.
- Auxílio Moradia: 530 em Seropédica, 200 em Nova Iguaçu e 130 em Três Rios, com bolsa de R\$ 250,00.
- Auxílio Didático-Pedagógico: 280 em Seropédica, 250 em Nova Iguaçu e 150 em Três Rios, com uma parcela anual de R\$ 250,00.
- Auxílio Alimentação não-financeiro: 1400 em Seropédica e 350 em Nova Iguaçu.
- Auxílio Creche: 30 estudantes em todos os campus, com bolsa de R\$ 400,00.

A UFRRJ não consegue dar apoio institucional ou assistência financeira a todos os estudantes, já que a assistência estudantil é limitada e não consegue contemplar todos que precisam. A bolsa auxílio, por exemplo, é destinada a alunos que possuem baixa renda, e é necessário que haja uma seleção para que se determine os alunos que irão receber esse auxílio, não conseguindo alcançar todas as pessoas que têm necessidade, sendo contemplado quem possui mais necessidade e/ou está em situação mais vulnerável.

3.8- O curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Campus Seropédica

O curso de Pedagogia foi criado no ano de 2007 e atualmente funciona no turno noturno, facilitando a inclusão de pessoas que possuem outras atividades durante o dia. O curso surgiu com diferentes objetivos, sendo o principal deles a formação de docentes para atuação na educação básica. Ligado ao Instituto de Educação (IE/UFRRJ), por muito tempo contou com uma conjuntura bem específica referente ao endereçamento de vagas de acesso, no caso pessoas mais velhas, que durante o dia trabalhavam e não tinham condições de maior envolvimento no espaço acadêmico fora do horário das aulas. Com o passar dos anos isso foi mudando e atualmente o curso de Pedagogia vem modificando seu perfil, principalmente pela atual conjuntura política brasileira. Os estudantes de licenciatura da UFRRJ apresentam destaque nas questões políticas e assim não é diferente no curso de Pedagogia. Os novos ingressantes são mais jovens, muitos são engajados com Programa de ensino, e com outras ações dentro do espaço acadêmico⁵.

Segundo uma reportagem disponível no site da Nova Escola, s/d12, o perfil de estudantes de licenciatura demonstra grande avanço em relação à diversidade. “O que temos hoje é alguém procedente das classes populares, com uma representação maior de pardos, negros e indígenas” (pg. 1)⁶. Desta forma podemos evidenciar que a classe popular que consegue vivenciar o espaço acadêmico está diretamente relacionada aos cursos de licenciatura. Segundo Cupolillo, Majerowicz e Silva (2011) os jovens das camadas menos favorecidas que ingressam no ensino superior ocupam, em sua maioria, os cursos de menor concorrência (área de humanas) e que se concentram no período noturno, na tentativa de conciliar estudo e emprego.

A proposta de implantação do curso de Pedagogia de Seropédica é uma das mais veementemente fundamentadas. Algumas expressões retiradas do seu processo de criação (4.504/2004) revelam uma queixa reprimida pelo fato de a concretização da oferta deste curso ter se dado com quase trinta anos de atraso: ‘curso de demanda histórica’, ‘atender aos gigantescos clamores, historicamente construídos’, ‘quitar uma dívida socioeducacional para com a comunidade loco-regional’, ‘a lacuna do curso de Pedagogia na UFRRJ precisa ser preenchida com urgência e em caráter inadiável’; ‘o Instituto de Educação não pode mais se manter indiferente ou insensível à recalcitrante demanda’. (Silveira (2011, p. 163 apud Gomes, 2021).

⁵ O curso dispõe de um blog onde contém informações, disponível em:
<https://pedagogiadaufrrj.blogspot.com/> Acesso em: 20/07/2023.

⁶ Nova Escola, s/a. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18064/quem-estuda-para-ser-professor-no-brasil> Acesso em: 27/07/2023.

O curso de Pedagogia surge como uma necessidade em promover a formação de professores que já lecionavam, na região de Seropédica, mas não possuíam o ensino superior. A criação desse curso indica que se deu, principalmente, por uma razão de ruptura social, levando para o interior da universidade docentes que, mesmo já atuando no chão da escola, não possuíam formação superior compatível com as tarefas político-pedagógicas exigidas e necessárias ao fazer escolar.

A graduação em Pedagogia do campus Seropédica recebe estudantes das diversas regiões, o que imprime grande desafio à Instituição, em seu objetivo de oferecer condições de permanência aos seus estudantes.

Diante do referencial teórico apresentado nos capítulos supracitados, podemos observar que várias são as problemáticas que sustentam as afirmações das múltiplas desigualdades que encontram-se frente ao acesso e a permanência de sujeitos pertencentes a classes populares.

4- CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Neste capítulo são trazidas as discussões acerca da metodologia utilizada neste estudo. Para esta pesquisa, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo, conforme Bardin (2010). Esse método permite uma interpretação aprofundada dos dados obtidos por meio da coleta realizada com estudantes cotistas.

Este capítulo apresenta, de forma concisa, a metodologia utilizada na pesquisa, fundamentando-se teoricamente para explicar o funcionamento do método e sua aplicabilidade.

4.1- Análise de conteúdo em termos teóricos

A análise de conteúdo baseou-se na metodologia de Bardin (2010), fazendo uso de outras referências que nortearam o processo da análise, tendo as seguintes etapas: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

Esse método possui algumas etapas que serão apresentadas de forma concisa para que possamos compreender como analisamos os dados obtidos durante as etapas da coleta de dados.

Para analisarmos os dados coletados fazendo uso da análise de conteúdo são necessárias seguir as três etapas definidas por Bardin (1977, p. 95 apud Gil, 2008) : a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos dados, inferência e interpretação.

- A pré-análise é a fase de organização, inicia-se geralmente com os primeiros contatos com os documentos (leitura flutuante). A seguir, procede-se à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise.
- A exploração do material constitui, geralmente, uma fase longa e fastidiosa que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria).
- O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. Para tanto são utilizados procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas. À medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa.

A Pré- análise é uma etapa fundamental que se divide em 5 fases:

Leitura flutuante - Nessa fase o pesquisador deve fazer uma leitura do documento. Essa leitura possibilita a compreensão das respostas dadas, conseguindo separar previamente o que será usado para análise, possibilitando que o pesquisador conheça o material que será analisado, ainda que esse material seja previamente elaborado pelo pesquisador. A leitura flutuante cria uma relação entre o documento e o pesquisador;

Escolha dos documentos - A escolha dos documentos é fundamental para que o pesquisador consiga identificar o que irá analisar, sendo necessário que cumpra as seguintes regras:

[...] regra da exaustividade, que exige que nenhum documento deve ser deixado de fora; regra da homogeneidade, esta regra exige que a seleção dos documentos deva ter o mesmo tema para que permita a comparação e a última regra, que é a regra da pertinência que cobra que os

documentos devam guardar correlação com os objetivos da análise. (Urquiza; Marques, 2016);

Formulação das hipóteses e dos objetivos - Nessa fase as hipóteses são afirmações passageiras levantadas com intuito de verificar os procedimentos da análise, sendo que os objetivos da pesquisa são a base para a leitura dos documentos.

Elaboração de indicadores - Nesta etapa que há as operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de algumas das modalidades de codificação para o registro dos dados (Bardin, 2010, p. 126 apud Urquiza; Marques, 2016).

Preparação do material - Essa etapa é a última da pré-análise que busca organizar o material que será usado, fazendo os recortes necessários.

A exploração do material é a segunda etapa da análise de dados que também se divide em fases, sendo elas: *Codificação* - Nessa fase os dados são transformados em conteúdos, ou seja, “ocorre à descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido ao estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos” (Mozzato; Grzybovski, 2011, p. 73 apud Urquiza; Marques, 2016).

O processo de codificação delimita a escolha de unidades de registros, definindo qual recorte será dado à pesquisa. A *Unidade de registro* é uma fase dentro da etapa de codificação, que significa o que o pesquisador irá analisar, podendo ser uma palavra, um documento ou um tema, estando relacionado com os objetivos da pesquisa. A *Unidade de contexto* são unidades de compreensão para codificação da unidade de registro. Nessa fase o pesquisador precisa entender o contexto da palavra usada em uma frase. Exemplo: Em uma análise, a frase é unidade de contexto quando a palavra é a unidade de registro. Ao analisar a frase teremos uma informação completa, que a palavra sozinha não traria.

A Categorização é uma etapa presente na Exploração do material que tem por objetivo identificar as semelhanças encontradas nos elementos que serão analisados. Segundo Puglisi; Franco (2005) a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos.

Após explorar o material o pesquisador deve realizar (Bardin, 2010 apud Urquiza; Marques, 2016) a definição das categorias, classificando os elementos constitutivos de um conjunto caracterizados por diferenciação e realizando o reagrupamento por analogia por meio de critérios definidos previamente no sentido de propiciar a realização da inferência.

A caracterização se divide em critérios, sendo eles: *Semântico* - categoria por temas; *Sintático*- categoria definida por verbos e adjetivos; *Léxico* - pelo sentido e significado da palavra; *Expressivo*- pelas alternâncias na escrita e na linguagem. Esse processo se divide em duas etapas: *Inventário*: isolando os elementos iguais e *Classificação*: dividindo os elementos de acordo com uma organização estabelecida.

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação é a última etapa da análise de dados. Nessa etapa os dados são tratados com o objetivo de serem válidos. A inferência pode ser dada através de diferentes polos, podendo ser pelo emissor (quem produz a mensagem), pelo receptor (quem recebe a mensagem, fornecendo informações sobre o estudo), pela mensagem (o conteúdo analisado) ou pelo médium (o instrumento utilizado para analisar o código). A interpretação é feita de acordo com os resultados obtidos de acordo com os objetivos previstos. O pesquisador precisa usar seu referencial teórico para relacionar com os dados encontrados na análise.

A fase final da etapa de organização da análise é o tratamento dos resultados obtidos (em bruto) e sua interpretação. Nesta fase “os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos (<<falantes>>) e válidos.”. O pesquisador pode fazer operações estatísticas, simples ou até complexas, que possibilitem condensar e pôr em destaque as informações fornecidas pela análise (Bardin, 2010, p. 127 apud Urquiza; Marques, 2016).

4.2- Procedimento: Etapas da Coleta de dados

Para realização da coleta de dados da pesquisa foi necessário identificar os estudantes que poderiam participar dessa etapa, e para contatar os estudantes cotistas foi solicitado à Coordenação do curso de Pedagogia essa informação. Entretanto foi informado que não seria possível identificar quantos estudantes cotistas estão matriculados atualmente no curso e nem quais são esses indivíduos. Após algumas tentativas de encontrar esses estudantes cotistas, através da coordenação e da PROGRAD, a resposta obtida foi que após esses estudantes realizarem suas matrículas não há a denominação de quem entrou na universidade pela política de cotas. Portanto, após esses estudantes ingressarem na universidade, a instituição não consegue identificar o sujeito como cotista. Assim, pensando numa alternativa de levantar estes dados preliminares foi aplicado um breve questionário, utilizando a ferramenta *Google Forms*, com objetivo de identificar os estudantes cotistas do curso e através desse questionário convidá-los a participar de um questionário mais elaborado, compondo a segunda etapa deste trabalho.

O formulário foi disponibilizado para todos os estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica, dos períodos 2021.1, 2022.1 e 2023.1, no mês de julho do ano de 2024. Esse questionário foi enviado através de grupos de contatos das turmas, oriundos do aplicativo *WhatsApp*. Durante o acesso aos estudantes foram informadas todas as etapas da pesquisa, os objetivos e aspectos éticos, assegurando que todos os dados obtidos seriam usados exclusivamente para a pesquisa, a fim de contribuir diretamente com o desenvolvimento desse trabalho e ficou disponível para respostas durante dois meses.

O questionário aplicado via *google forms* apresentava quatro perguntas. A primeira pergunta foi feita para identificar o estudante que estava respondendo o questionário, o nome desse sujeito. A segunda pergunta foi sobre qual período o estudante ingressou no curso, já que essa pesquisa tem como um dos objetivos compreender a percepção dos estudantes de classes populares sobre a universidade, considerando os meios de permanência oferecidos pela instituição. Os estudantes pertencentes às classes populares, os cotistas, que ingressaram no curso entre os períodos de 2021.1 a 2023.1. Esses períodos foram escolhidos através da percepção de que essa pesquisa poderia contar com a contribuição de estudantes que estariam já na reta final da graduação e estudantes que ainda estão no início/ meio do curso. Foi feita uma outra pergunta para identificar os estudantes que ingressaram através de alguma política de cota, já que o intuito era contar com esses estudantes cotistas para participar da pesquisa. A última pergunta foi feita com objetivo de identificar quais estudantes cotistas gostariam de participar de uma outra etapa dessa pesquisa, que seria um questionário mais detalhado. Esse questionário foi de suma importância para esse trabalho e através dele foi possível dar voz aos estudantes que estão matriculados no curso e vivenciam diversas dificuldades para permanecer no ensino superior.

Infelizmente a aderência nessa etapa foi muito insatisfatória, muitos estudantes não desejaram participar mesmo sendo reforçado constantemente a importância da pesquisa e da participação dos estudantes no que tange a contribuição das suas vivências. Assim, foi pensado uma outra forma de tentar identificar o maior número possível de cotistas nesses períodos. Mesmo que nem todos os estudantes cotistas quisessem participar do segundo questionário, por motivos pessoais, foi levado em consideração saber o quantitativo de cotistas para que pudesse ser informado quantos estudantes que acessaram a universidade por alguma política de cotas ainda permanecem com sua matrícula ativa.

Seis (6) sujeitos cotistas responderam ao *Google Forms*, mas somente dois (2) estudantes responderam ao questionário por e-mail. Após uma busca ativa durante o mês de setembro de 2024, foi possível contatar mais dois (2) estudantes cotistas do curso. Nem todos os estudantes que se colocaram à disposição para participar da pesquisa, no primeiro contato responderam perguntas. No final de todo esse processo de identificação de cotistas, na tentativa de encontrar sujeitos que desejassem participar dessa etapa da pesquisa, somente quatro (4) estudantes responderam às perguntas no mês de outubro de 2024. Entretanto, um dos objetivos iniciais da coleta de dados era identificar o quantitativo de estudantes cotistas com a matrícula ativa. A alternativa encontrada foi a ida até a universidade de forma presencial, o que ampliou os contatos, sendo possível ter um retorno imediato. Mas, ainda assim, somente uma estudante desejou participar respondendo o questionário.

O questionário mais detalhado com perguntas subjetivas foi o principal instrumento de coleta de dados da pesquisa, que foi dividida em três partes, sendo duas partes objetivas e uma discursiva, ficando dividida da seguinte forma: *Dados pessoais; Dados sobre acesso e permanência; Questionário* (reunindo perguntas relacionadas a vida pessoal e acadêmica).

Antes de ser aplicado aos estudantes cotistas, o questionário foi enviado a pareceristas (professores da própria instituição- UFRRJ), para que cada docente pudesse contribuir com suas opiniões e pareceres acerca das perguntas que foram elaboradas. Após a análise dos docentes foram feitos os ajustes necessários para que pudesse ser aplicado aos estudantes. Dois estudantes responderam às perguntas previamente, antes da ida pessoalmente à universidade. Os estudantes responderam ao questionário no *Forms*, sinalizaram que gostariam de participar do segundo questionário mais elaborado e responderam por e-mail.

Por fim, somente cinco (5) estudantes desejaram participar dessa etapa da pesquisa, e contamos com esse quantitativo. Todos os participantes foram previamente informados sobre as etapas e a relevância da pesquisa. Após concordarem, assinaram o termo de consentimento, autorizando sua participação.

4.3- Aspectos éticos

O projeto foi submetido ao comitê de ética em pesquisa da UFRRJ (CEPE/UFRRJ) com anuência da coordenadora do curso de Pedagogia da UFRRJ, Campus Seropédica. Os estudantes convidados a participar da pesquisa preencheram o

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto foi analisado e aprovado pelo comitê sob o registro CAAE: 78191824.9.0000.0311, tendo o número de parecer: 6.773.404.

4.4- Análise dos dados

Utilizou-se como método para análise dos dados coletados a análise de conteúdo, desenvolvida por Bardin (2010).

A primeira etapa realizada para identificar o ‘quantitativo de estudantes cotistas (do campus Seropédica e dos períodos desejados) foi feita através de um levantamento de dados informados pela do curso de Licenciatura em Pedagogia- Campus Seropédica e pela Pró- Reitoria de Graduação (PROGRAD) – UFRRJ. Esse quantitativo foi essencial para estimar quantos estudantes são cotistas e possuíam matrícula ativa no curso de graduação.

As informações iniciais obtidas estão descritas na tabela abaixo:

Tabela 1: Coleta inicial do número de vagas ofertadas pelo curso de Pedagogia entre os anos 2021.1 a 2023.1

Ano Letivo	Vagas Ofertadas	Matrículas Ativas	Ampla Concorrência	Escola Pública	Escola Pública + Cota Racial	Escola Pública + Cota Racial + Renda ≤ 1.5 SM	Escola Pública + Renda ≤ 1.5 SM	Professor
2021.1	39	17	16	3	7	7	5	1
2022.1	41	30	15	6	7	6	6	1
2023.1	40	32	18	2	8	6	6	-

Fonte: Autoria própria de acordo com informações disponibilizadas pela PROGRAD.

Após o conhecimento inicial desse quantitativo preliminar identificou-se que o número de vagas ofertadas se difere do quantitativo de estudantes com a matrícula ativa no curso. Diante dos dados fornecidos foi possível compreender que o quantitativo geral incluía todos os estudantes desde os que ingressaram pela ampla concorrência e os que acessaram a universidade através da política de cotas. Segundo os dados supracitados, fornecidos pela instituição, houve uma mudança em relação ao quantitativo de estudantes com a matrícula ativa coletada no mês de outubro (ano 2024) sendo:

Tabela 2: Número de matrículas ativas coletadas no mês de outubro de 2024.

Ano Letivo	Vagas Ofertadas	Matrículas Ativas
2021.1	39	17
2022.1	41	30
2023.1	40	28

Fonte: Autoria própria de acordo com informações disponibilizadas pela PROGRAD.

É importante destacar que a coordenação do curso dispõe do número total de estudantes matriculados, porém não possui mecanismos para identificar com precisão quais ingressaram por meio de políticas de cotas. Consequentemente, não há um levantamento exato sobre a quantidade de cotistas com matrícula ativa. Além disso, o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) não disponibiliza essa informação de forma específica. Considerando que os cotistas representam o público-alvo desta pesquisa, sua participação foi fundamental.

Com base nas informações percebemos que há um número de vagas ofertadas que deixam de ser ocupadas, sendo uma grande problemática enfrentada pelo curso. Vale ressaltar que essa problemática influencia diretamente na caracterização desses indivíduos, tendo em vista que a desistência do curso pode estar ligada diretamente às dificuldades relacionadas à permanência desses estudantes.

5 – CAPÍTULO IV: ANÁLISES, CATEGORIAS E SUAS INSERÇÕES DOS PARTICIPANTES

Nesse capítulo serão abordados os resultados obtidos através da coleta de dados. As categorias são trazidas para salientarmos as discursões evidenciadas nas fundamentações dessa pesquisa.

Buscou-se também caracterizar os estudantes do curso de Pedagogia da UFRRJ-Campus Seropédica.

O perfil dos estudantes vem se transformando ao longo dos anos, resultando em uma configuração diferente daquela presente na criação do curso, em 2007. Atualmente, a licenciatura atrai um novo grupo social, composto por sujeitos com características distintas, ampliando a diversidade de interesses e perspectivas em relação ao curso.

A incorporação das vozes desses sujeitos é essencial para compreender as dificuldades relacionadas ao acesso e à permanência no ensino superior, especialmente à luz da trajetória acadêmica da autora.

Busca-se também estabelecer conexões com os capítulos anteriores, justificando as discussões apresentadas por meio dos questionários aplicados para a coleta de dados.

5.1- Resultados do estudo

Neste tópico abordaremos a análise de conteúdo da pesquisa realizada. A pré-análise se baseou na leitura dos questionários realizados com os estudantes cotistas do curso de Pedagogia da UFRRJ - campus Seropédica. Como já relatado a coleta de dados foi uma etapa de grande resistência estudantil, em que muitos estudantes não se colocaram à disposição para participar da pesquisa, e aos que puderam colaborar foi solicitado que pudesse explorar bem o que foi perguntado, na tentativa de desenvolver as problemáticas apresentadas. A leitura flutuante foi essencial para que conseguíssemos organizar a análise dos dados coletados, nos atentando ao que foi apresentado.

A codificação foi feita a partir dos aspectos mais mencionados pelos estudantes. Diante da análise e do que foi apresentado no questionário, foi criada uma nuvem de palavras para que pudéssemos observar, nesta etapa, quais foram as palavras mais mencionadas pelos estudantes em determinadas perguntas, tendo em vista que mesmo que as perguntas fossem diferentes determinadas palavras apareceram com mais intensidade, sendo elas:



Imagen 1: Nuvem de palavras - Etapa de codificação

Após a codificação foi realizada a criação das categorias, sendo elaboradas de acordo com as respostas dos estudantes cotistas.

Em seguida foi realizada a exploração do material, com apoio do referencial teórico utilizado nessa pesquisa, concretizando a análise de conteúdo

Sendo enquadrada na modalidade “pesquisa de campo/ pesquisa exploratória”, seu objetivo foi o de identificar as problemáticas relacionadas ao acesso e à permanência de estudantes cotistas no ensino superior, respeitando o processo de cada sujeito e contando com a participação colaborativa desses estudantes.

5.2- Caracterização do grupo social do curso de Pedagogia Campus Seropédica

O curso de Pedagogia tem passado por transformações significativas ao longo dos anos. Ao ingressar no curso de Pedagogia (em 2016) foi possível observar que os estudantes antigos possuíam um perfil etário mais avançado, ou seja, pessoas mais velhas em comparação aos outros cursos, e isso se deu principalmente pelo objetivo da criação do curso. Além da faixa etária existem outros aspectos que fazem parte da caracterização dos estudantes do curso de Pedagogia, e essa caracterização foi realizada através da coleta de dados para essa pesquisa. Após a coleta de dados foi possível perceber que os estudantes do curso de Pedagogia da UFRRJ, campus Seropédica, possuem uma faixa etária jovem.

Os estudantes em sua grande maioria são oriundos de escola pública, possuindo faixas etárias semelhantes, situando-se, em sua maioria, na casa dos vinte e poucos anos. Esse perfil já era esperado, considerando a transformação do perfil etário ao longo dos anos, resultando em um cenário distinto daquele observado nos primeiros anos de criação do curso de Pedagogia. Além disso, foi possível identificar a forma como esse grupo social se reconhece economicamente, predominantemente como pertencente à classe popular, o que reforça os desafios enfrentados no processo de formação desses indivíduos.

Segundo Gomes (2021) o perfil dos estudantes do curso de Pedagogia da UFRRJ-Campus Seropédica pode ser caracterizado da seguinte maneira:

Pessoas oriundas da classe popular; em grande número, mulheres trabalhadoras, que nutriam o desejo de alcançar uma graduação em uma instituição pública como possibilidade de mobilidade social, com uma significativa parcela que cursou a Escola Normal. Em relação ao contexto familiar, foram perceptíveis os fortes laços afetivos, as marcas dos sofrimentos e dificuldades, como as situações de separação dos pais, as doenças e dificuldades financeiras. A necessidade de trabalhar, antes mesmo de cursar uma graduação, revelou o retrato de nossa sociedade desigual, onde muitos possuem o direito de estar e aproveitar tudo que a universidade pode oferecer, em um tempo contínuo e livre, enquanto outros precisam empreender fortes sacrifícios para garantir uma sólida formação.

Assim, podemos compreender que o curso de Pedagogia da UFRRJ atende um público pertencente a uma camada popular da sociedade, sujeitos que buscam através da formação superior uma mudança de vida. Ainda que haja diversos obstáculos que contribuem para que esses estudantes pensem em desistir do curso, é necessário que a universidade busque estratégias para garantir que esse grupo social permaneça na universidade.

5.3- Categorização dos estudantes participantes da pesquisa

Dos cinco (5) estudantes que responderam perguntas referentes à vida pessoal, quatro (4) estudaram em escola pública e um (1) estudou em escola pública/ privada. Com essas respostas é possível afirmar que a educação pública é predominante entre os estudantes cotistas. Todos os estudantes se identificam como cisgênero, tendo três (3) estudantes que se identificam como brancos e dois (2) pretos. A diversidade racial é

presente entre esses estudantes e mostra que entre os cotistas não há uma raça predominante.

Foram elencados 4 tipos de classes sociais, de acordo com a renda mensal domiciliar. Os estudantes responderam como se identificam, 3 estudantes como sujeitos pertencentes a classes D/E: 50,7% (renda mensal domiciliar até R\$2,9 mil) e 2 estudantes como pertencentes a classe C: 33,3% (renda mensal domiciliar entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil). Com essa pergunta foi possível identificar que esses estudantes pertencem às classes populares, com menor poder aquisitivo. O quantitativo de sujeitos que residem com esses estudantes também contribui para que possamos compreender qual classe social esses sujeitos estão inseridos, tendo um (1) estudante que reside sozinho, ou seja, sendo responsável majoritariamente por sua renda mensal. Entre os outros cotistas, dois (2) residem com uma (1) pessoa; um (1) reside com duas (2) pessoas e um (1) estudante mora com quatro (4) ou mais pessoas.

Outra pergunta que contribuiu para essa afirmação foi a referente à região em que esses sujeitos residem. Dos 5 respondentes, 3 residem na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e 2 estudantes na Baixada Fluminense. Essa pergunta demonstra que estudantes cotistas moram em regiões menos favorecidas, vivenciando diversas dificuldades, inclusive em relação ao acesso à universidade.

Ocupar o espaço de formação é uma grande conquista, ainda mais para estudantes que não vivenciam uma realidade ligada ao ensino superior. Tendo em vista que a universidade ainda não é um espaço preparado para receber todo tipo de estudante e que somente depois de muitos esforços a classe popular foi incluída nesse espaço, foi perguntado aos estudantes quantas pessoas de seu núcleo familiar possuíam o ensino superior completo ou havia ingressado em instituições de ensino superior. Somente um estudante respondeu que é a primeira pessoa a cursar o ensino superior. Dos outros 4 (quatro) estudantes participantes do questionário um (1) respondeu que uma (1) teve/tem ligação com ensino superior; dois (2) estudantes responderam que duas (2) pessoas e um (1) respondeu que quatro (4) ou mais integrantes da sua família já estiveram ou estão no ensino superior.

A idade dos participantes também é um fator primordial no que tange a categorização desse grupo, e a faixa etária diz muito sobre qual estudante está inserido na universidade, se é um estudante que tem sua idade mais próxima a conclusão do ensino médio, ou se é um estudante mais velho. Vale ressaltar que a coleta de dados aconteceu no segundo semestre do ano de 2024 e contou com indivíduos dos períodos 2021.1 a

2023.1 e que suas idades relatadas nesse questionário têm a ver com a idade que esses estudantes tinham no momento do preenchimento da pesquisa, e não com a idade que ingressaram na instituição de ensino superior. Os cinco (5) estudantes possuem idades entre 23 e 27 anos, o que demonstra que essas pessoas são jovens, ainda que nenhum dos participantes do questionário tenha acessado o ensino superior logo após sair do ensino médio.

O pré-vestibular é uma alternativa que muitos estudantes buscam para se preparar para o vestibular, e somente um (1) estudante dos cinco (5) não fez, o que nos mostra que existe uma preocupação por parte da maioria em se preparar para acessar o ensino superior.

Estar na universidade além do seu período de aula é fundamental para que os estudantes participem de outras atividades que não estejam relacionadas somente ao ensino dentro da sala de aula. O curso de Pedagogia é um curso noturno e alguns estudantes não frequentam esse espaço além do horário de suas aulas. Dos participantes da pesquisa três (3) frequentam a universidade além do horário noturno e somente dois (2) fazem uso do restaurante universitário.

A assistência psicológica é essencial para os estudantes, tendo em vista que o ensino superior é uma etapa de muito desgaste emocional. A universidade disponibiliza esse tipo de assistência aos estudantes, entretanto somente uma (1) pessoa que participou do questionário faz uso da assistência psicológica. Existem diversos motivos que podem colaborar para que os outros estudantes não façam uso dessa assistência, entretanto não foi relatado por nenhum sujeito o motivo.

Identificar quem são esses sujeitos foi essencial para essa pesquisa e essas respostas ratificam as hipóteses da pesquisa, qual seja, a de que esses estudantes possuem o perfil de sujeitos das classes populares, reafirmando que estão inseridos em contextos múltiplos de dificuldades, não só ligadas ao ensino superior, mas principalmente a suas vidas fora da universidade, o que irá influenciar diretamente na graduação.

5.4- Procedimentos, pré-análise e criação das categorias

Após o procedimento descrito acima, o questionário final, contendo perguntas objetivas e discursivas, ficou por mais de 1 mês disponível aos estudantes. A intenção da coleta de dados, inicialmente, era realizar esse procedimento em um menor tempo e de maneira presencial, entretanto houve muita dificuldade em relação ao e as adversidades em contar com quem desejou participar da pesquisa. O tempo que ficou disponível, ainda que tenha sido um tempo relativamente grande, não foi suficiente para contar com o número de estudantes desejados.

A análise feita para compreender os dados obtidos foi fundamental para que pudéssemos conseguir inferir questões a partir das respostas apresentadas pelos estudantes e segundo Bardin (2011) apud Oliveira (2002), a Análise de Conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2011. p.48).

O material utilizado na análise de dados foi dividido em três partes, como já apresentados, sendo estas partes compostas por: Dados pessoais tendo 7 perguntas objetivas a fim de compreender de modo geral sobre a vida desse estudante cotista; Dados sobre acesso e permanência tendo 6 perguntas objetivas, no intuito de identificar questões ligadas ao acesso e a permanência desse estudante no ensino superior e o Questionário com 15 perguntas, sendo essas perguntas voltadas para as problemáticas encontradas durante o curso de graduação, fazendo ligação com as dificuldades mediante as demandas acadêmicas e pessoais. No total foram feitas 28 perguntas com objetivo de compreender de forma sucinta as problemáticas relacionadas aos estudantes e a universidade, buscando compreender como tais questões estão relacionadas.

Foram selecionadas algumas perguntas para análise, as que possuíram respostas mais relevantes. Deste modo foi feita a identificação da unidade de contexto e logo em seguida foi possível agrupar as unidades de registros para possibilitar a estruturação das categorias e a análise dos dados.

Foram selecionadas 5 perguntas, pois muitas perguntas foram respondidas somente com “sim” ou “não”, mesmo se tratando de perguntas discursivas, embora a

pesquisadora tenha solicitado que os estudantes explorassem bem suas vivências. Foram utilizadas as seguintes perguntas aos 5 estudantes:

1) Por qual tipo de cota você teve acesso à universidade?

Pergunta feita com objetivo de saber por qual tipo de cota o estudante acessou a universidade, já que essa pesquisa conta com estudantes cotistas.

2) Você recebe algum tipo de assistência estudantil? Se sim, qual?

Essa pergunta teve como objetivo identificar se esse estudante possui assistência estudantil frente ao seu processo de formação.

3) Você já pensou em desistir do curso de Pedagogia? Se sim, por quê?

Pergunta feita com intuito de verificar as dificuldades ligadas a permanência desse estudante, procurando entender se há fatores que contribuem para a desistência do curso.

4) Você trabalha? Se sim, você destina parte de sua renda para custear sua permanência na universidade?

Pergunta fundamental para entendermos quais são os desdobramentos vividos por esses estudantes para se manter na universidade, mesmo sendo uma instituição de ensino público.

5) Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?

Pergunta feita para entendermos as problemáticas encontradas desde o acesso ao ensino superior à permanência na universidade.

Após as respostas, foi feita a leitura flutuante, como supracitado, para que pudéssemos sistematizar os dados, estruturar as categorias e analisar os dados.

5.5- Acesso e Permanência: A voz dos estudantes cotistas no Curso de Pedagogia

Nesse tópico apresentamos os resultados do questionário aplicado aos estudantes, fazendo um recorte e utilizando 5 perguntas selecionadas a partir das falas mais direcionadas ao objetivo da pesquisa. Foram elaboradas 5 categorias, sendo elas:

- **1^a categoria – “Política de cotas (questão 1);**
- **2^a categoria – “Assistência estudantil” (questão 2);**
- **3^a categoria – “Dificuldades Acadêmicas” (questão 3 e questão 5);**
- **4^a categoria – “Permanência” (questão 4);**

- 5ª categoria – “Falta de oportunidade a um ensino de qualidade” (questão 5);

Quadro 1: Categoria I

Categoria I	Política de cotas
Pergunta do questionário	<i>Por qual tipo de cota você teve acesso à universidade?</i>

Quadro 2: Categoria II

Categoria II	Assistência estudantil
Pergunta do questionário	<i>Você recebe algum tipo de assistência estudantil? Se sim, qual?</i>

Quadro 3: Categoria III

Categoria III	Dificuldades Acadêmicas
Perguntas do questionário	<i>Você já pensou em desistir do curso de Pedagogia? Se sim, por quê? Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?</i>

Quadro 4: Categoria IV

Categoria IV	Permanência

Pergunta do questionário	<i>Você trabalha? Se sim, você destina parte de sua renda para custear sua permanência na universidade?</i>
--------------------------	---

Quadro 5: Categoria V

Categoria V	Falta de oportunidade a um ensino de qualidade
Pergunta do questionário	<i>Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?</i>

A construção desses quadros se refere às categorias temáticas criadas pela pesquisadora com o objetivo de identificar os conteúdos presentes nas respostas obtidas pelos participantes da pesquisa. Essas categorias possibilitaram a inferência e a interpretação dos dados coletados relacionados aos objetivos desta pesquisa. Os estudantes foram identificados como participantes A, B, C, D e E com intuito de preservar o anonimato segundo as questões éticas previstas.

Categoria 1: Política de cotas

A Política de cotas é uma política social que possibilita que sujeitos pertencentes às classes sociais menos favorecidas possam acessar o ensino superior. Essa política foi criada com o objetivo de garantir que sujeitos vindos, principalmente, das classes populares pudessem estar na universidade. Desta forma, a questão que buscou compreender sobre essa política de acesso ao ensino superior foi:

- 1) Por qual tipo de cota você teve acesso à universidade?

Os cinco estudantes ingressaram na universidade através das políticas de cotas, e essa informação foi um pré-requisito para que os estudantes pudessem participar respondendo o questionário. Todos os estudantes que participaram da pesquisa são

cotistas com matrícula ativa no curso de licenciatura em Pedagogia. As respostas foram dadas de acordo com o tipo de política de cotas que esses estudantes ingressaram na universidade.

A maioria dos estudantes acessaram a universidade através da cota socioeconômica.

As políticas públicas de ação afirmativa para a Educação Superior no Brasil são ações do Estado social com a função de distribuir um bem coletivo escasso. Com esta base elas seguem a argumentação pública de redistribuição de um bem para compensar uma desigualdade social empiricamente comprovada. Isto é, “qualquer desigualdade injustificada constitui de fato uma injustiça que potencialmente deve ser de alguma maneira mitigada pela ação estatal” (Feres Júnior; Campos, 2013, p. 86 apud Batista, 2018).

As respostas nos levam a compreender que muitos desses estudantes que acessam a universidade pela política de cotas fazem parte de um grupo social menos favorecido, que através dessas ações afirmativas puderam acessar a universidade e assim ter um ensino público de qualidade, ainda que pelo percurso encontrem dificuldades acerca da sua permanência.

Ainda que a maioria dos estudantes tenham acessado a universidade pela cota socioeconômica, outros estudantes cotistas fizeram uso de diferentes ações afirmativas, visibilizando que a política de cotas busca incluir todos os tipos de perfis menos favorecidos, como mostra o quadro a seguir, evidenciando o/s tipo/s de cota usada/s por cada estudante para acessar a universidade:

Quadro 6

Estudantes	Cota
A	Cota de renda e escola pública
B	Socioeconômica
C	Escola Pública + PPI
D	Racial e socioeconômica
E	Cota socioeconômica

A cota socioeconômica foi a cota mais usada para o acesso dos estudantes que responderam ao questionário e podemos salientar que essa cota se direciona especialmente para sujeitos que ocupam uma esfera econômica menos favorecida em nossa sociedade. No capítulo I desta pesquisa foi trazida uma discussão sobre o capitalismo, e como esse sistema econômico promove múltiplas desigualdades, dentre elas a desigualdade econômica que podemos encontrar em nossa sociedade. Tal sistema

está relacionado às problemáticas encontradas por muitos estudantes ao acessarem o ensino superior. A desigualdade social é uma questão muito latente em nossa sociedade e ao falarmos em ensino superior é importante compreender que a política de cotas é uma ação fundamental, que garante igualdade aos diferentes sujeitos ao acessarem a universidade.

[...] as políticas públicas de ação afirmativa para a Educação Superior na modalidade de cotas para grupos sociais excluídos, no atual contexto da sociedade brasileira, são bem-vindas e necessárias. A desigualdade social é, certamente, fruto de um modelo de sociedade que traz na sua gênese a concentração de renda e o acúmulo de capital como aspiração máxima. Contudo, as sociedades em suas especificidades incorporam elementos culturais ao modelo hegemônico que, no caso brasileiro, reforça os pilares da desigualdade social – vide a reprodução da exclusão dos negros, dos indígenas e dos brancos pobres do acesso aos bens sociais, econômicos e culturais, oriunda de relações sociais cunhadas ainda sob o regime colonial. (Batista, 2018).

A política de cotas visibiliza a necessidade de nossa sociedade reaver muitas injustiças e desigualdades. Ainda que essa política pública não alcance todos os estudantes que precisam e possuem direito sobre esse benefício, os indivíduos que acessam a universidade através das cotas representam uma parcela de sujeitos que precisam e devem ocupar esse espaço. A educação superior por muito tempo foi excludente, segregadora e desigual, e por mais que ainda tenhamos problemáticas acerca dessas questões, atualmente busca-se amenizar os danos causados a sujeitos marginalizados frente a ocupação de uma vaga no ensino superior.

As políticas de ações afirmativas têm como justificativa fundamental a existência de desigualdade sociais, que são entendidas como diferenças educacionais, econômicas e culturais entre grupos numa sociedade. A desigualdade social se define pela inexistência do seu contrário, a igualdade, que por sua vez está ligado à ideia de oportunidades de mobilidade social. De acordo com tal ideia, todos os indivíduos de uma sociedade, a princípio, têm as mesmas oportunidades de se desenvolver humana e socialmente e as diferenças no seu desenvolvimento se dão exclusivamente pelo mérito individual. (Cardoso, 2008).

A educação básica é um fator que irá influenciar diretamente no acesso dos estudantes no curso de graduação. Ao realizar o ENEM para ingressar no ensino superior o sujeito pertencente às camadas populares não possui nenhum tipo de privilégio que contribua para que ele possa conseguir a vaga que deseja. As cotas são fundamentais para tentar equiparar tal diferença existente entre os sujeitos que objetivam ocupar uma vaga em uma instituição pública de ensino superior.

Historicamente o ensino superior público brasileiro é marcado por duas características: pela grande concorrência em seus concursos vestibulares e pela maioria de seu público ser pertencente ao topo da pirâmide social. A isso se pode atribuir duas razões. A primeira é que os alunos que possuem maiores recursos financeiros para se preparar para os exames vestibulares acabam por ocupar as vagas nas universidades públicas. A segunda pode ser atribuída ao fato de que o sistema de educação pública nacional é marcado pela precariedade. O aluno que usufrui do ensino público brasileiro, via de regra, faz parte da classe social menos privilegiada da sociedade e acaba sofrendo as consequências de um ensino deficitário. (Souza; Brandalise, 2017).

Como já explanado no capítulo II, a política de cotas é uma lei que direciona parte das vagas oferecidas nos cursos a pessoas historicamente em situação de vulnerabilidade, que não possuem uma base sólida que contribua para “disputar” uma vaga com outro sujeito que obtém mais chances para se preparar para essa etapa. Essa lei busca garantir a equidade nas universidades e com isso a promoção da democratização da educação.

A participação de sujeitos cotistas nas respostas dadas ao questionário, evidencia claramente que esses estudantes ingressaram na universidade pela política de cotas, mas é necessário compreender que ainda há muita resistência dentro do próprio campo universitário sobre a política de cotas e como as universidades estão preparadas para receber esse tipo de perfil. Por mais que essa política pública busque promover a equidade do acesso nas universidades, as desigualdades estão relacionadas ao perfil desses sujeitos cotistas.

Segundo Silva e Almeida (2024) pode-se pensar na desigualdade social a partir de diversos fatores causadores, isto é, a partir de diversos pontos de vista e contextos pelos quais ela é percebida -a desigualdade econômica, a desigualdade de gênero e a desigualdade racial são exemplos que, frequentemente, se cruzam. E nas universidades todos aspectos estão presentes, aspectos que não se coibem quando é garantido o acesso a pessoas marginalizadas no ensino superior. A lei de cotas é fundamental, entretanto a sua existência não produz um manual de como a universidade precisa se preparar para receber diferentes tipos de sujeitos, sendo a universidade mais um espaço desafiador que esses estudantes precisam encarar nas desigualdades, sejam elas quais forem.

A política de cotas consegue, em parte, democratizar a educação superior, oportunizando que a classe popular possa estar inserida em um curso de graduação, assim, mudando sua realidade de vida. As cotas devem ser legítimas e é necessário que possamos evidenciar essa política social como uma ação primordial para nova configuração das universidades, tendo instituições mais inclusivas e abertas a todos.

Categoria 2: Assistência Estudantil

A assistência estudantil configura-se como um conjunto de ações ligadas à permanência de sujeitos durante sua formação superior. Através da assistência estudantil muitos estudantes, principalmente os estudantes cotistas, conseguem garantir sua permanência no curso de ensino superior. As ações de assistência estudantil fazem parte de políticas sociais que visam garantir que estudantes menos favorecidos sejam contemplados de alguma forma com algum tipo de bolsa financeira na tentativa de garantir a sua permanência na instituição de ensino. Na UFRRJ o acesso pela política de cotas não garante que aquele estudante seja contemplado com algum tipo de assistência estudantil, desta forma foi feito o seguinte questionamento:

2) Você recebe algum tipo de assistência estudantil? Se sim, qual?

Dos 5 estudantes participantes, 2 não possuem nenhum tipo de assistência estudantil. Permanecer na universidade sem apoio da própria universidade muitas vezes é difícil, muitos estudantes da universidade pública precisam conciliar trabalho e estudo, e muitas vezes não podem contar com a família, estes por não terem recursos suficientes que possam garantir que o estudante permaneça na universidade.

[...] estudantes originários de famílias de classes populares, cujos pais fazem parte da população de baixa renda, têm dificuldades em financiar seus estudos, já que contam com um pequeno apoio familiar para esse fim. Permanecer, para esses alunos, é uma luta travada a cada semestre. (Zago, 2006 apud Rosa, 2014).

Dos 5 estudantes somente os estudantes *D* e *E* recebem auxílios, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 7

Estudantes	Respostas
A	Sou bolsista PDAI ⁷ , através do estágio remunerado do CTUR.
B	Não, nenhuma.
C	Não.
D	Sim, auxílio moradia.
E	Sim, bolsa passagem e bolsa material didático.

⁷ Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional,

Os auxílios que esses estudantes recebem são auxílios custeados pela própria universidade, de acordo com a verba da instituição, vinda do Governo Federal. O estudante *D* recebe auxílio moradia, que é um auxílio que tem como objetivo oferecer custeio parcial das despesas relacionadas à moradia. Muitos estudantes acabam mudando para mais perto da universidade, pois moram longe, até mesmo em outras cidades.

Segundo o site da UFRRJ⁸ *esta modalidade de auxílio é destinada a estudantes com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário-mínimo e meio (valor vigente no país), regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais nos campus de Seropédica, Nova Iguaçu e de Três Rios, tendo por finalidade auxiliar com as despesas parciais provenientes de gastos com moradia estudantil (república, pensionato e outros). Este auxílio corresponde ao crédito de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, observando os critérios previstos em Edital para renovação semestral.*

Esse auxílio ajuda a garantir que o estudante resida durante seu curso de graduação mais perto da universidade.

O estudante *E* recebe dois tipos de auxílio, sendo eles: Auxílio transporte (informado pelo estudante como “bolsa passagem”), é um auxílio destinado a estudantes de baixa renda, que contribui para o custeio parcial da passagem de estudantes que moram distantes da universidade. O estudante recebe também: Auxílio didático- pedagógico (informado pelo estudante como “bolsa material didático”), destinado a custear parcialmente a compra de materiais para estudos. Tais auxílios são informados no site da UFRRJ, contendo as seguintes informações:

- Auxílio Transporte⁹: Esta modalidade de auxílio é destinada a estudantes com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário-mínimo e meio (valor vigente no país), regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais nos campus Seropédica, Nova Iguaçu e de Três Rios, tendo por finalidade auxiliar no custeio parcial das despesas com transporte. Este auxílio corresponde ao crédito de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, depositado na conta corrente em nome do estudante, a ser pago nos meses letivos, observando os critérios previstos em Edital para renovação semestral.

⁸ Disponível em: [UFRRJ](#). Acesso em:15/12/2024.

⁹ Disponível em: [UFRRJ](#) Acesso em: 15/12/2024.

- Auxílio didático-pedagógico¹⁰: Esta modalidade de auxílio é destinada a estudantes com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário-mínimo e meio (valor vigente no país) regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais nos campi de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios, tendo por finalidade auxiliar no custeio das despesas com a compra de material didático e pedagógico em única parcela, tendo como referência de pagamento o mês da assinatura do termo de compromisso.

A estudante *A* é bolsista do Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional (PDAI)¹¹. Esta modalidade de bolsa é concedida no âmbito do Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional (PDAI). Este programa tem por finalidade o apoio financeiro a estudantes da UFRRJ, regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, sem prejuízo de demais requisitos fixados pela instituição em ato próprio.

Essas bolsas e auxílios são de suma importância para vida acadêmica desses estudantes, através desses incentivos esses estudantes podem garantir de uma certa forma a sua permanência no curso de graduação.

A assistência estudantil está ligada diretamente à permanência desses estudantes na universidade. O estudante em vulnerabilidade socioeconômica precisa lidar com muitas questões que impactam diretamente em sua formação e desta forma contar com recursos que irão colaborar com sua formação, pode favorecer muito a sua permanência na instituição.

A assistência estudantil objetiva o provimento dos recursos que são necessários para transpor obstáculos e demais impedimentos do bom desempenho acadêmico, criando condições para que ele tenha o desenvolvimento efetivo com boa atuação, reduzindo o abandono e trancamento de matrícula (Vasconcelos, 2010 apud Fava; Cintra, 2022).

Há uma preocupação latente em relação à segurança desses estudantes na universidade. Nas respostas do questionário foi constatado que 2 estudantes não recebem nenhum tipo de auxílio o que causa uma reflexão, já que 1 desses 2 estudantes, o estudante *B*, ingressou na universidade pela cota socioeconômica, o que sugere que esse sujeito ocupa uma posição econômica de vulnerabilidade. Provavelmente não conseguiu nenhuma bolsa e nenhum auxílio por haver outros estudantes em uma situação de maior vulnerabilidade, entretanto essa resposta mostra a fragilidade existente em relação à

¹⁰ Disponível em: [UFRRJ](#) Acesso em: 15/12/2024.

¹¹ Disponível em: [Programa de desenvolvimento acadêmico institucional](#) Acesso em: 15/12/2024.

assistência estudantil e o quantitativo de estudantes contemplados por essa política estudantil.

Vargas (2010) afirma que se as probabilidades de acesso são menores para os estudantes oriundos das classes populares, por sua vez, o risco de evasão e retenção é maior para estes indivíduos do que para aqueles pertencentes às classes médias e altas, o que ratifica a necessidade da assistência estudantil.

Garantir que estudantes, principalmente estudantes cotistas, recebam um suporte durante sua formação é fundamental e colabora para a formação desses sujeitos. É de extrema importância que estudantes pertencentes a camadas sociais mais precarizadas possam contar com bolsas e auxílios que os ajudem a permanecer no ensino superior.

Pimentel e Silva (2025) afirmam que avançar na construção e fortalecimento de uma educação inclusiva é fundamental, o que exige o aprimoramento e ampliação das iniciativas da assistência estudantil, garantindo que mais estudantes possam ser atendidos por essa política pública. Uma das muitas preocupações que se relacionam com a universidade e com sujeitos de classes populares é a evasão, já que a dedicação à formação tem que estar conciliada com outras demandas, sobrecarregando muito o tempo de formação.

A assistência estudantil é uma grande problemática evidenciada nesta pesquisa, sendo trazida como um recurso capaz de promover a equidade educacional entre os sujeitos que ocupam a universidade, tendo em vista que essa assistência busca atender estudantes que vivenciam dificuldades múltiplas frente a diferentes tipos de exclusão. A assistência estudantil é, na maioria dos casos, pautada nas questões financeiras, em bolsa de apoio estudantil, que auxiliam nas demandas dos estudantes que são assistidos por esse tipo de benefício.

Reconhecida como uma política pública, a assistência estudantil desempenha um importante papel ao minimizar os obstáculos encontrados pelos estudantes na sua trajetória acadêmica. A partir de ações específicas, essa política busca assegurar a permanência e o êxito acadêmico, contribuindo para redução das desigualdades sociais e fortalecendo a inclusão pela educação (Pimentel; Silva, 2025).

Muitos são os desafios encontrados durante a formação acadêmica, e contar com a assistência estudantil é fundamental para que menos impactos sejam gerados durante a formação de sujeitos em situação de vulnerabilidade. Essa política consegue minimizar as desigualdades vivenciadas durante o percurso formativo de estudantes das classes

populares dentro das universidades públicas, dificuldades que são resultados das desigualdades existentes entre as diferentes classes sociais.

Categoria 3: Dificuldades Acadêmicas

A universidade, historicamente, foi um espaço em que apenas um determinado tipo de grupo social tinha acesso, a classe dominante detentora de poder. As instituições de ensino superior começaram a receber diferentes classes sociais com o passar do tempo, a partir da luta das classes populares e da conquista de políticas públicas que contemplaram esta reivindicação, embora a garantia de vagas a estudantes de camadas populares através das políticas sociais, entre elas a de cotas, ainda não tenha conseguido superar todas as desigualdades existentes.

O acesso dos estudantes cotistas dado pela cota socioeconômica tem uma grande relação com as dificuldades financeiras, emocionais e os desafios que serão encontrados após a formação desses estudantes, vertentes que impactam diretamente na permanência desses indivíduos no curso de graduação. O recorte dado pelo curso de Pedagogia é uma realidade presente em muitos outros cursos de graduação, desta forma, duas perguntas se encaixam nessa categoria, sendo elas:

- 3) Você já pensou em desistir do curso de Pedagogia? Se sim, por quê?
- 5) Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?

Na primeira pergunta, 3 dos 5 estudantes que responderam ao questionário relataram que já pensaram em desistir do curso de Pedagogia. Os principais motivos identificados foram as dificuldades financeiras, os vários desafios da profissão e a saúde mental, como mostra o quadro:

Quadro 8

Estudantes	Respostas
A	Sim. Por dificuldades financeiras e por conhecer os vários desafios da profissão em diversos âmbitos.
B	Já, foi devido a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho (faço estágio remunerado).
C	Sim, por motivos financeiros e relacionados à saúde mental.
D	Não.
E	Não.

As dificuldades financeiras estão relacionadas diretamente com os sujeitos das classes populares, e na universidade essa é uma questão muito presente. Um dos estudantes, o estudante *B* relatou que: “*Já, foi devido a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho (faço estágio remunerado)*”, isso demonstra que essa quase desistência do curso tem a ver com a dificuldade econômica que o estudante vivencia, uma vez que precisa de uma remuneração durante sua formação. Essa dificuldade está ligada principalmente às desigualdades sociais vivenciadas por esses sujeitos e a esfera social que esse estudante ocupa, uma vez que se esse indivíduo fosse de uma classe social dominante essa dificuldade não seria uma questão ligada à desistência do curso.

[...] a desigualdade social é um fenômeno complexo, histórico e multideterminado, que envolve diversas dimensões que se imbricam dialeticamente, como a econômica, que se refere à distribuição da riqueza e ao acesso aos bens sociais; a dimensão histórica e cultural, constituída por aspectos que marcam as relações sociais entre os indivíduos, como gênero e raça; e, ainda, pela dimensão subjetiva que faz referência aos aspectos de natureza simbólica que compõem a dialética do fenômeno. (Simões; Bock,2025).

Essa possível desistência também está ligada às estruturas sociais existentes em nossa sociedade, já que as classes sociais vulneráveis tendem a lidar com muitas dificuldades que se interligam ao fator socioeconômico.

A outra pergunta que se encaixa nessa categoria é a pergunta de número 5, em que 2 estudantes evidenciaram que suas dificuldades financeiras compõem um dos principais empecilhos encontrados, respondendo à pergunta da seguinte forma:

Minhas principais dificuldades de acesso e permanência sempre estiveram relacionadas à questão financeira e a questões de cunho emocional/ psicológicas, sendo essas duas questões interligadas- *Estudante A*.

O acesso e os obstáculos, sem sombra de dúvida, é a insegurança de conseguir se manter dentro do espaço acadêmico. Sabe-se que embora seja público, ainda é necessário de recursos para se manter dentro da universidade. É dinheiro para o *bandex*¹², do lanche da cantina quando não se tem tempo para bandejar¹³ ou até mesmo, quando chego atrasada, é a passagem e principalmente, o ônibus. A passagem é cara, vive lotado e demora muito, eu por exemplo, preciso sair de casa 15h e pouca para conseguir chegar na Rural- *Estudante B*.

¹² Forma que os estudantes universitários usam para se referir ao restaurante universitário da UFRRJ.

¹³ Forma que os estudantes universitários usam para se referir ao ato de comer, momento da refeição.

Essas respostas reafirmam que as dificuldades econômicas são um fator que precisa ser evidenciado e elucidado, reafirmando a necessidade que os estudantes cotistas têm da assistência estudantil, na tentativa de diminuir as dificuldades vivenciadas. A assistência estudantil surge como uma solução para diminuir os impactos econômicos vivenciados por estudantes cotistas durante sua formação.

Existem diversas problemáticas que evidenciam que estudantes pensam em desistir de suas formações, e a dificuldade financeira se torna mais latente pois engloba diversas questões que se intensificam pela falta de recursos financeiros.

As dificuldades financeiras do estudante universitário merecem atenção, especialmente quando as condições básicas de manutenção não são atendidas. A falta de infraestrutura básica de moradia e ambiente de estudo, a necessidade de trabalhar para sustentar a família, dificuldades para o deslocamento à universidade, má alimentação e indisponibilidade de deixar o(s) filho(s) aos cuidados de outra pessoa quando vai às aulas podem impactar na dedicação aos estudos e comprometer a permanência no curso (Correia; Gonçalves; Pile, 2003 apud Andrade; Teixeira, 2017).

Desistir de uma formação por questões financeiras é mais comum do que pensamos. Muitos indivíduos acabam optando por sair da universidade e buscar outras oportunidades mais rentáveis. Muitos sujeitos pertencentes às classes populares ao concluirão o ensino médio, última etapa da educação básica, migram para o mercado de trabalho na tentativa de melhorar de vida. Essas pessoas veem o emprego como uma oportunidade e muitos acabam renunciando à formação superior.

Ainda que exista muitas pessoas que buscam a oportunidade através do trabalho, há sujeitos das classes populares que acessam a universidade com o mesmo objetivo que os que não acessam, a oportunidade de ter uma vida melhor a partir de uma formação superior, entretanto esses estudantes precisam muitas vezes ter mais de uma jornada. Além de estudar, muitos indivíduos precisam trabalhar e precisam conciliar mais atividades no seu dia a dia. Essas atividades geram uma sobrecarga e faz com que esses estudantes não consigam se dedicar totalmente aos estudos, o que pode prejudicar o seu rendimento. Muitos acabam reprovando em matérias, não conseguem manter uma boa frequência e até adoecem por terem uma rotina intensa e pesada. Tudo isso está ligado também a preocupação financeira, o estudante que precisa trabalhar enquanto estuda com toda certeza precisa conciliar essas atividades.

Tais fatores podem prejudicar a formação superior; por vezes, as responsabilidades do estudante promovem mais cansaço e sono inadequado. E, em alguns casos, por motivos financeiros e sociais, o

estudante precisa frequentar o ensino básico em escolas com pouca qualidade de formação, comprometendo sua capacidade de rendimento acadêmico posterior (Sousa, 1993 apud Andrade; Teixeira, 2017).

Evidenciar que as dificuldades financeiras são um fator que pode contribuir para desistência do ensino superior é preocupante e gera uma alerta sobre como as universidades conseguem contribuir para que esses estudantes possam continuar cursando suas graduações.

A saúde mental é uma das grandes preocupações da atualidade, e ao ser relacionada com o ensino superior é necessário que se tenha um olhar reflexivo sobre essa questão. Muitos estudantes precisam lidar com transtornos que são desenvolvidos durante suas formações, e a possibilidade de desistir do curso pode estar ligado diretamente a esses transtornos. A UFRRJ disponibiliza assistência psicológica aos estudantes, configurando-se como uma ferramenta relevante no combate à evasão. No entanto, apenas um dos estudantes que responderam ao questionário utiliza esse tipo de assistência.

As discussões acerca da saúde mental no meio acadêmico concentram-se principalmente em estudos de prevalência de transtornos de ansiedade e depressão, além de discutirem os impactos do sofrimento mental sobre o bem-estar e a qualidade de vida dos discentes, tais como: diminuição da autoestima, isolamento, perturbação do sono, dificuldades de concentração e memorização, faltas, repetência, abandono do curso, aumento de comportamentos autolesivos, uso de álcool e outras drogas e até mesmo tentativas de suicídio (Silveira et al., 2011; Venturini e Goulart, 2016 apud Lima, Costa Vasconcelos, Lourenço; 2022).

Segundo Brown (2016) apud Castro (2017) as universidades precisam aumentar os investimentos em serviços e programas relacionados à orientação, acompanhamento, aconselhamento e encaminhamento de estudantes, identificando quais as necessidades dentro de suas políticas atuais relacionadas, tendo em vista que a saúde mental é uma das problemáticas que influenciam a desistência do curso de graduação, principalmente das classes populares que precisam vivenciar diversos desafios além no ensino superior.

Além de outras vulnerabilidades sociais, os sujeitos pertencentes a camadas sociais menos favorecidas conseguem evidenciar como a saúde mental pode afetar no processo de formação superior. Em uma das perguntas dessa categoria, sobre pensar em desistir do curso de graduação e o motivo, um dos estudantes respondeu o questionário da seguinte maneira: “*Sim, por motivos financeiros e relacionados à saúde mental*” - estudante c. Entretanto esse fator não está ligado somente a desistência do curso, mas

também como um obstáculo para permanecer na universidade, como relata uma das estudantes, que faz uso do serviço psicológico oferecido pela universidade.

Minhas principais dificuldades de acesso e permanência sempre estiveram relacionadas à questão financeira e a *questões de cunho emocional/psicológicas - Estudante A.*

Essa dificuldade é mais comum do que podemos imaginar e há uma possibilidade de causas que geram uma sobrecarga emocional nos estudantes, principalmente sujeitos que precisaram lidar com outras dificuldades antes de acessarem a universidade. As classes populares lidam com muitas questões acerca das desigualdades sociais, um fator que contribui intensamente para a saúde mental desses sujeitos, que vivem uma vida de preocupação frente a vários conflitos que envolvem a questão financeira, de moradia, de alimentação e outras.

Silva; Fonseca; Barroso; Martins; Farias; Ribeiro (2025) fazem um alerta acerca de como a universidade lida com as questões emocionais dos estudantes:

Em que condições de saúde os estudantes vulneráveis socioeconomicamente chegam à universidade? Como as universidades têm trabalhado questões referentes à saúde mental? A atuação institucional tem sido preventiva ou são ações pontuais para amenizar crises? Estas ações têm contribuído para a garantia do percurso acadêmico dos estudantes que apresentam agravos de saúde mental?

Durante a graduação é necessário que a universidade tenha um olhar mais atento e que o serviço de assistência psicológica seja mais difundido, chegando a todos, principalmente aos estudantes em situação de vulnerabilidade. A saúde mental é trazida como uma das dificuldades enxergada pelos estudantes em permanecer na graduação, uma problemática muita atual e enfrentada por muitos estudantes.

Além dos estudantes vivenciarem dificuldades durante seu processo de formação superior há muitos receios que norteiam os desafios que serão encontrados após a formação desses estudantes. Os sujeitos cotistas, oriundos das classes populares, ao acessarem a universidade enxergam uma possibilidade de mudar de vida através de sua formação. A formação é uma grande conquista para esse indivíduo e após a formação o principal objetivo é encontrar um emprego que traga retorno de todos os anos de dedicação, entretanto sabemos que muitos são os percalços encontrados após a finalização de um curso de graduação, ainda mais para pessoas que ocupam uma esfera social inferiorizada.

Em um dos questionamentos sobre pensar em desistir do curso de Pedagogia um estudante cotista relatou que já pensou em desistir e o motivo está ligado aos desafios da profissão, como relatado abaixo:

“Sim. Por dificuldades financeiras e por conhecer os vários desafios da profissão em diversos âmbitos” - Estudante A.

Ao vivenciar a oportunidade de estar em um curso de graduação o estudante cotista coloca muita expectativa em sua formação, pois ali é a grande oportunidade que esse sujeito tem em mudar de vida e ocupar uma esfera melhor na sociedade. A formação traz consigo a esperança de viver novas conquistas, e isso está ligado a estrutura econômica de nossa sociedade, entretanto o pensamento de desistir do curso também está ligado aos desafios encontrados na profissão após a formação. Essa fala do estudante evidencia que ainda que a formação acadêmica possa proporcionar uma nova ocupação social esse sujeito reconhece que haverá muitos outros desafios após essa fase.

Segundo Volpato; Baumer; Azeredo; Dominguini (2011) às dificuldades e os problemas no mundo atual, enfrentados pelo professor, podem estar além da sala de aula, além do ambiente fechado onde se encontram frente a frente professores e alunos. Essas dificuldades geram reflexões aos estudantes que ainda não atuam diretamente como professor, mas já vivenciam a prática seja através dos estágios ou de outros ambientes formativos.

Por outro lado, os desafios podem estar ligados a vários fatores, como o exercício da profissão fora e dentro da sala de aula, a remuneração, a desvalorização e outros, o que configura um pensamento voltado para desistência do curso. De acordo com Prado, Coutinho, Reis, Villalba (2013) o contexto social na contemporaneidade impõe à prática educativa um número de demandas muito grande, levando assim o educador do século XXI a repensar a sua atuação em sala de aula e os enormes desafios profissionais que enfrenta a fim de atender às exigências do contexto atual. Assim, é possível entender os receios acerca do futuro em processo de formação, tendo em vista que a docência está cada vez mais desafiadora e faz com que muitos sujeitos reflitam sobre sua permanência no curso de graduação.

Categoria 4: Permanência

A permanência é um dos eixos centrais dessa pesquisa e é necessário evidenciar que essa problemática é destacada pelos sujeitos. Para estudantes de classes populares permanecer em uma universidade é um grande desafio, ainda que seja uma universidade pública, como o caso da UFRRJ. A permanência envolve diversas questões e nessa categoria a pergunta relacionada a permanência foi:

- 4) Você trabalha? Se sim, você destina parte de sua renda para custear sua permanência na universidade?

Dos 5 estudantes que participaram do questionário, 4 estudantes trabalham e fazem uso da renda para permanecer na universidade, como aponta a tabela com as respostas dos estudantes:

Quadro 9

Estudantes	Respostas
A	Sim. Sim.
B	Trabalho, faço estágio remunerado e minha renda é justamente para me manter dentro da universidade, com alimentação e necessidades básicas em caso de emergência.
C	Não.
D	Faço estágio e utilizo parte do dinheiro para pagar o aluguel (tive que me mudar para Seropédica por causa da universidade).
E	Trabalho e faço uso da minha renda para permanência.

Podemos observar, segundo as respostas, que somente o estudante C não trabalha, entretanto todos os outros sujeitos trabalham e fazem uso da renda do seu trabalho para permanecer na universidade. O curso de Pedagogia é um curso noturno e muitos estudantes acabam vivenciando a universidade somente na sala de aula, sem explorar a universidade de forma completa, isso se dá principalmente pelas outras atividades que esses sujeitos precisam desenvolver, especialmente trabalhar.

De acordo com Portes (2006, p. 227) apud Ganam; Pinezi (2021), é possível dizer que:

Se a condição econômica não é determinante das ações e práticas do estudante pobre - em um passado e em um presente -, ela é um componente real, atuante, mobilizador de sentimentos que comumente produzem sofrimento neste tipo de estudante e ameaçam sua permanência na instituição.

O trabalho nessa categoria surge como uma atividade fundamental para garantir a permanência desses estudantes no curso de graduação, uma vez que usam esses recursos financeiros para se manterem no curso de graduação

A pergunta usada nessa categoria tenta visibilizar uma problemática que é a realidade de muitos estudantes, a necessidade de conciliar trabalho e estudo e ainda destinar parte do salário para se manter na universidade. O trabalho remunerado é uma das alternativas que muitos estudantes acabam optando e através dessa atividade esses sujeitos conseguem permanecer no ensino superior.

A sociedade em que vivemos a maior parte da riqueza está sob o domínio de uma minoria, fato que traz inúmeras consequências em relação a dificuldade de inserção e permanência dos estudantes nos espaços universitários. Muitos alunos desprovidos de recursos financeiros não têm como arcar com os estudos, pois mesmo em Universidades públicas, é preciso comprar livros, reproduzir textos, translado para pesquisas de campo, refeições, entre outras despesas, fazendo com que estes precisem trabalhar enquanto estudam. (Simão, 2016).

Ter que trabalhar para permanecer na universidade evidencia novamente as desigualdades que existem em nossa sociedade. A busca pela inclusão de diferentes tipos de sujeitos em um espaço de formação possui ainda um diálogo frágil com a permanência desses estudantes nesse espaço. O capital econômico é uma questão presente na relação entre as classes populares e a universidade, que influencia diretamente na ocupação desses estudantes nas universidades públicas.

Segundo Vieira (2022) as políticas públicas de Educação foram definitivas para o acesso e permanência de camadas mais pobres ao ensino superior no Brasil, principalmente a partir dos anos de 2003 a 2011.

Mesmo que o Governo Federal tenha lançado políticas públicas para que pessoas de baixa renda tenham acesso facilitado ao ensino superior, tal fato não garante que este mesmo aluno tenha uma trajetória de estudos facilitada, pois além de ter que trabalhar para se sustentar e ajudar na renda familiar, ele precisará trabalhar para manter os gastos que envolvem este estudo. Deste modo, o acesso nem sempre é decisivo para que o aluno conclua o ensino superior. Nem todos os alunos que entram via SISU na universidade pública são alcançados por políticas de permanência ofertados pelo Governo Federal, portanto estes mesmos alunos precisam trabalhar para poderem estudar. (Marques; Silva, 2017 apud Vieira, 2022).

Como já trazida essa discussão diversas vezes nesse trabalho, o acesso e a permanência estão ligados. Essa pesquisa evidencia principalmente que a garantia de uma

vaga, seja ela pela política de cotas, não garante que esse estudante tenha sua permanência assegurada. Essa é a principal problemática levantada nessa categoria, que demonstra que muitos estudantes precisam lutar para estar no ensino superior.

A permanência dos estudantes nos cursos, além de ser uma questão inerente à gestão das instituições de educação superior, é também componente do processo de inclusão social. (...) não basta assegurar o acesso à educação superior, pois além das dificuldades socioeconômicas, os próprios processos escolares contribuem para que o estudante não conclua seus estudos. As condições para que os alunos provenientes de famílias mais pobres possam frequentar o ensino superior e ter um bom desempenho nessa etapa de formação, quando muitos até deixam de estudar para assegurar o sustento familiar, precisam ser também objeto de políticas educacionais (Peixoto, 2008 apud Pinto, 2018).

As dificuldades acerca de se manter na universidade são múltiplas e muitos estudantes buscam alternativas para permanecer no ensino superior. Ainda que existam políticas públicas que assegurem a formação de sujeitos em situação de vulnerabilidade é de suma importância que se intensifiquem e que outros estudantes sejam contemplados.

Categoria 5: Falta de oportunidade a um ensino de qualidade

A falta de oportunidade a um ensino de qualidade reflete diretamente no acesso de sujeitos na universidade, uma vez que a entrada na universidade se dá após a conclusão do ensino médio, e isso reflete diretamente no acesso de sujeitos que tiveram uma educação precarizada a vida toda, sujeitos que são negligenciados e não possuem a mesma oportunidade que outros sujeitos de classes sociais privilegiadas. Essa categoria faz referência a seguinte pergunta:

- 5) Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?

Ao responder essa pergunta os estudantes *C* e *D* responderam da seguinte forma:

Falta de oportunidades de ter um ensino de qualidade. *Estudante C.*

Como maior dificuldade para o acesso à universidade, acredito que as deficiências no ensino básico público, que não oferecem uma base sólida para o vestibular. Já para a permanência, uma das maiores dificuldades é a sobrecarga de tarefas acadêmicas. *Estudante D.*

Ficou evidenciado que a precarização do ensino foi uma das problemáticas destacadas por esses estudantes. O acesso à universidade é uma etapa posterior à educação básica e na UFRRJ é dada pela realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e para que o estudante consiga uma boa nota ao realizar esse exame ele precisa estar preparado.

As políticas educacionais são fundamentais uma vez que buscam colaborar para a melhoria da educação, oferecendo mais qualidade para todos os sujeitos, e contribuindo para que as classes populares possam ter acesso a um direito comum.

[...] a política educacional brasileira desde o final da Ditadura (1985) até os dias de hoje se apresenta com características condensadas nas seguintes palavras: filantropia, protelação, fragmentação e improvisação” (Saviani, 2020 apud Saluceste; Alves; Santos,2024).

Sendo assim observamos a precarização geral da educação em todo o país, já que no Brasil as reformas educacionais tendem a ocorrer mediante as crises nacionais e internacionais do sistema capitalista, dessa forma a educação é deixada para segundo plano por muitos dirigentes políticos (Piana, 2009 apud Saluceste; Alves; Santos,2024).

Feitosa (2020) afirma que as Políticas de Ação Afirmativa – ou “políticas de discriminação positiva” como são chamadas por vezes – são medidas que criam tratamentos preferenciais a certos grupos minoritários em situação de desvantagem social, funcionando para que haja a devida proteção ao princípio da igualdade material. Esses “tratamentos especiais” são reparações sociais que buscam diminuir as desigualdades vivenciadas e enfrentadas por esses sujeitos. Na educação há diversas desvantagens que podemos encontrar ao compararmos as diferentes realidades de ensino ofertado pela educação básica pública em relação à educação privada. Uma educação básica precarizada leva a múltiplas deficiências educacionais, o que gera uma desigualdade quando diferentes sujeitos buscam pelas mesmas oportunidades.

Segundo Cury (2008) a função social da educação assume a igualdade como pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam.

Uma educação básica de qualidade é capaz de promover muitos resultados positivos, um deles o acesso à universidade. A falta de uma educação de qualidade impacta muito a vida de um estudante, principalmente ao prestar um vestibular e ter que concorrer com outras pessoas que tiveram outras oportunidades. Assim, é necessário que

haja mais investimento na educação básica e que haja uma preocupação maior sobre a formação dos estudantes pertencentes às camadas mais populares, a fim de que estudantes em situação de vulnerabilidade se sintam prontos para acessar o ensino superior.

A educação é um bem inalienável da humanidade, uma vez que sua principal finalidade é a de reprodução do ser social. A ela cabe colocar em funcionamento a potencialidade humana de criação e repasse das suas descobertas às gerações posteriores. Porém, tal significado tem se perdido em meio à sociabilidade capitalista em crise estrutural, que para recuperar sua margem de lucro apodera-se e perverte mesmo os bens humanos mais essenciais, como a educação. (Alves, Gonçalves; 2019).

A falta de oportunidade a um ensino básico de qualidade está ligada diretamente à construção social de nossa sociedade. É sabido que a criação da universidade tinha como objetivo receber sujeitos de classes dominantes, um modelo pensado principalmente para manter as classes sociais em diferentes esferas sociais, ou seja, uma forma de manter a desigualdade intelectual. A educação é uma arma de grande poder para as classes populares, mas a falta de um ensino de qualidade contribui para que esses sujeitos não ocupem outras esferas sociais e não rompam o modelo econômico e social vigente . O capitalismo promove essa desigualdade educacional, garantindo que sujeitos de classes sociais favorecidas tenham acesso a um ensino de qualidade, mantendo as desigualdades.

A mercantilização, segundo Alves e Gonçalves (2019), pode ser considerada a maior característica da sociedade capitalista, pois tudo pode transformar (e transformar-se) em mercadoria, e isso não se difere da educação. A educação, vista como uma mercadoria, torna-se moeda de troca, dando acesso ao conhecimento apenas às classes dominantes, perpetuando as diferenciações e desigualdades sociais.

A falta de qualidade na educação básica para as classes menos favorecidas se dá principalmente pelos interesses que existem em oferecer um determinado tipo de ensino a um determinado sujeito. Permanecemos oferecendo educação diferenciada para classes sociais diferenciadas, o que acarreta a reprodução social, sem incremento a possibilidades de mudanças sociais.

A educação no sistema capitalista corresponde a uma educação voltada para atender às necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação ampliada. Produção da riqueza e homens são postos, sob o capital, numa relação invertida: não é a produção da riqueza material que está a serviço dos homens, mas o contrário: o que se produz não é para a coletividade, mas para alguns que se tornaram historicamente proprietários dos meios de produção e de subsistência. Estes buscam, em nome de um suposto desenvolvimento econômico, decidir quais os destinos da sociedade, bem como ela deve ser organizada, como deve pensar, como deve agir. (Freres; Rabelo; Segundo, 2008 apud Santos, 2020).

A formação universitária tem potencial de rompimento estrutural, já que ao acessar esse espaço o indivíduo começa a vivenciar novas experiências que não foram oportunizadas em um outro cenário educacional.

As ações afirmativas, assim, são um meio para tensionar essas desigualdades no que tange ao acesso ao ensino superior.

Os membros das classes desfavorecidas que, contrariando as probabilidades estatísticas, conseguem ingressar no ensino superior apresentam vantagens sociais que os distinguem dos demais de sua categoria social. Isso, contudo, não é suficiente para poupá-los de uma inserção marginal na universidade. Esses estudantes, devido ao seu escasso volume de capitais, ocupam as posições inferiores no campo universitário e tendem a enfrentar dificuldades no cumprimento das atividades acadêmicas, além dos problemas no financiamento dos estudos e na inserção social e simbólica, tudo em decorrência de sua condição de classe (Pereira; Passos, 2007).

A educação é uma “arma” poderosa que muitos não desejam que qualquer pessoa tenha acesso. Através do sistema educacional os sujeitos rompem as visões limitadas e começam a ter um pensamento crítico sobre como a sociedade é estruturada e quais são os interesses das classes dominantes. A educação básica fragilizada resulta em diferentes problemáticas, principalmente na ratificação das desigualdades sociais encontradas em nossa sociedade.

A educação é compreendida como um meio essencial para a emancipação humana, pois promove o desenvolvimento intelectual, cultural e social dos indivíduos, além de estimular suas potencialidades. Através da educação, busca-se a formação de cidadãos com pensamento crítico e plena consciência de seus direitos e deveres (Pimentel; Silva, 2025).

Assim, conforme os autores utilizados nesta pesquisa, podemos afirmar que o capitalismo é um dos fatores que influencia diretamente no tipo de educação que cada sujeito irá receber, de acordo com a realidade vivenciada. Quem tem mais capital tende a receber melhores condições de vida e isso se relaciona diretamente com a educação, já que não é interesse da classe dominante que sujeitos marginalizados acessem uma educação que possibilite uma mudança de vida e uma nova posição social.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as leituras que realizamos em conexão com as vozes dos estudantes que, gentilmente, aceitaram participar da pesquisa, podemos fazer algumas considerações, reflexos da ampliação de nossa perspectiva acerca do assunto estudado, qual seja, o acesso e a permanência de estudantes cotistas em um curso de graduação.

Iniciamos afirmando que o sistema econômico capitalista contribui diretamente para a difusão das desigualdades e isso fica muito evidenciado nas universidades, ainda que públicas. As classes sociais se diferenciam de acordo com suas características socioeconômicas e o sistema econômico contribui para a perpetuação dessas desigualdades

Na UFRRJ, local de nossa pesquisa, há diversos tipos de assistências prestadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas, ao que parece, ainda não são suficientes para garantir a permanência dos estudantes. Quando debatemos essa problemática dentro do espaço acadêmico estamos indagando algo muito relevante para sociedade, já que as instituições precisam estudar e propor formas que colaborem diretamente com esses estudantes que lidam com as dificuldades de permanecerem em cursos de graduação. As classes populares são as camadas mais afetadas em relação ao acesso e à permanência no ensino superior.

A política social, as políticas afirmativas de cotas, os auxílios e as bolsas que os estudantes têm direito são fatores fundamentais para toda sociedade, entretanto ainda há muitas limitações, que evidenciam que as políticas públicas precisam ser melhoradas. Ao falarmos sobre universidade podemos compreender que as políticas sociais têm um impacto relevante na vida de sujeitos que pertencem a camadas sociais populares, que vivenciam uma educação precarizada e que por muito tempo tiveram a universidade como um espaço distante de suas realidades.

Foi possível identificar e analisar quais os principais obstáculos para o acesso e a permanência de estudantes no curso de Pedagogia da UFRRJ Campus Seropédica. A pesquisa buscou ouvir estudantes que vivenciam essa realidade, sendo estudantes cotistas pertencentes a camadas populares. Foram encontrados diversos desafios ligados ao ingresso desses sujeitos no curso de graduação e a continuidade do curso de formação. Foi possível compreender que os estudantes matriculados no curso de Pedagogia vivenciam diversas situações ligadas a dificuldades em permanecer na universidade, como a falta de recursos financeiros, principalmente.

Conseguimos compreender que a questão financeira configura um conflito vivenciado pelos estudantes. Se manter na universidade, ainda que seja uma universidade pública, é desafiador e requer que muitos estudantes busquem uma fonte de renda para ajudar nessa situação. Muitos sujeitos precisam conciliar mais de uma atividade na tentativa de não abandonar a universidade, isso gera um desgaste físico e emocional nesses indivíduos. A permanência é uma preocupação de muitos estudantes, que acabam buscando recursos para continuar dentro da universidade.

O acesso das classes populares em instituições de ensino superior vem aumentando cada vez mais e isso se dá principalmente por conta das políticas de cotas, que garantem que estudantes em situação de vulnerabilidade ocupem uma vaga no ensino superior. Foi possível visibilizar nessa pesquisa que muitos estudantes acessam a universidade através de alguma cota e que compreendem a importância dessa política pública. Foi possível compreender que esses estudantes antes de ingressarem no ensino superior tiveram que lidar com a falta de uma educação básica de qualidade, e isso é uma grande problemática pois não oportuniza que esse estudante consiga estar no mesmo nível que outro estudante que teve essa oportunidade na hora de prestar o vestibular.

As dificuldades encontradas durante a coleta de dados evidenciaram também que muitos estudantes cotistas podem ter escolhido não participar por questões diversas. Ainda que se tenha feito diversas buscas é notória que esses sujeitos podem possuir diversos motivos para não darem voz às suas lutas enfrentadas durante a formação superior. O preconceito, o estigma social, e outras problemáticas podem ter colaborado para que esses sujeitos não se sentissem à vontade para estar presente nas falas desse trabalho, que visibilizam as inúmeras barreiras encontradas e vivenciadas por esses estudantes. Vale ressaltar que ainda que essas pessoas estejam ocupando um novo lugar fora da sua realidade de vulnerabilidade, romper barreiras históricas enfrentadas além da universidade não é tarefa fácil, quando observamos os entraves individuais e mesmo coletivos. Os estudantes cotistas em sua maioria optaram por não participar dos questionários, o que demonstra que ainda que sua vida esteja se modificando há conflitos que colaboram para que essas pessoas se isolem desse novo contexto encontrado no ensino superior.

É possível compreender que ainda há muitas barreiras entre esses estudantes e a academia, o que contribui para que esse sujeito não se sinta pertencente ao espaço. Ainda que haja as políticas públicas de inclusão, é necessário entender como esse estudante se sente nesse espaço e ouvir como enxerga essa inclusão. Os medos, os receios, os olhares

que julgam, os problemas enfrentados, parecem ainda muito fortes e presentes na universidade. Há a preocupação e a mobilização para incluir sujeitos em situação de vulnerabilidade em espaços de formação superior, mas ao que parece, a universidade ainda não está preparada para acolher de fato os estudantes cotistas enfrentando de forma decisiva a desigualdade e a própria vulnerabilidade.

A não participação dos estudantes e as poucas respostas recebidas durante a pesquisa, podem indicar questões para além do que foi dito, ou seja, esses estudantes têm se sentido confortáveis para assumirem que ingressaram na universidade pela via das cotas? Será que essa visibilidade poderia trazer questões relacionadas a preconceitos de raça, distinção de classe, afastamento, exclusão e outras questões sombrias dentro de um contexto de formação? Essas são perguntas que surgiram a partir do esforço que fizemos para entrevistar os estudantes e a imensa dificuldade que tivemos de encontrá-los. Ao que parece, optam por permanecerem na invisibilidade. Essa não exposição pode revelar sentimento de exclusão, vergonha ou invisibilidade. E, a universidade por sua vez, em não revelar quem são esses estudantes cotistas, consegue visibilizar a tentativa em manter a igualdade entre os sujeitos a partir da matrícula no curso de graduação. O anonimato dos cotistas pode ser uma tentativa da própria universidade em não promover a distinção entre os estudantes, mas que acaba ignorando a equidade que precisa existir nesse espaço de formação.

A dificuldade que os alunos enfrentam em se identificarem como cotistas pode estar relacionada a diversos fatores, especialmente no que diz respeito à percepção destes estudantes em relação aos seus colegas. O sentimento de não pertencimento a esse espaço pode se tornar uma questão forte e permanente durante a formação acadêmica, o que pode despertar medos como o de não conseguir alcançar os objetivos da formação superior, por exemplo. A invisibilidade desses sujeitos pode ser vista como um mecanismo de proteção dentro do ambiente acadêmico, o afastando de situações que possam gerar desconforto ou julgamentos.

As diversas dificuldades relatadas ainda que por poucos estudantes conseguem evidenciar os conflitos encontrados por esses cotistas durante sua formação, como as dificuldades econômicas, a saúde mental, os desafios da profissão após a formação, as dificuldades e a necessidade em ter que conciliar a formação com outras tarefas. Há muitos desafios que foram trazidos por esses estudantes, ainda que de forma subjetivas que esclarecem como a universidade ainda não se tornou um espaço confortável, em que as desigualdades não geram preconceitos.

Os relatos dos estudantes cotistas foram essenciais para essa pesquisa pois através deles foi possível compreender as desigualdades sociais que encontramos na instituição de ensino e como esses estudantes do curso de Pedagogia vivenciam essa questão. Nesse sentido há a desigualdade em compreender que durante a formação alguns estudantes possuem oportunidades diferentes de estudantes cotistas, por exemplo.

A UFRRJ é um pequeno recorte que demonstra essa realidade vivida por muitos estudantes. A dificuldade financeira, as diversas atividades que precisam ser conciliadas com a graduação, a distância e outros fatores contribuem para que muitos estudantes pensem em desistir do curso. Nessa pesquisa trouxemos o curso de Pedagogia, um curso noturno, mas que consegue evidenciar as desigualdades presentes na universidade.

O acesso de sujeitos das classes populares se torna difícil uma vez que esses sujeitos não possuem oportunidades efetivas de uma educação de qualidade. Muitos estudantes pertencentes a camadas sociais de vulnerabilidade não possuem as oportunidades necessárias para que consigam prestar um vestibular e concorrer a uma vaga com uma pessoa que possui todas as oportunidades para ingressar no ensino superior. O acesso através das políticas de cotas é fundamental para que sujeitos que não possuem oportunidades dignas possam estar na universidade.

Em relação à permanência foi possível identificar que alguns estudantes recebem bolsas ou algum tipo de auxílio, mas isso ainda não é a realidade de todos. Há sujeitos que ingressaram na universidade pela política socioeconômica, mas não são contemplados por nenhum tipo de ajuda financeira que contribua para a sua permanência. Isso visibiliza que por mais que os estudantes tenham a oportunidade de acessar a universidade pela política de cotas a permanência desses sujeitos não é garantida.

Como limitação deste estudo, destaca-se o número reduzido de respondentes, o que pode comprometer a generalização dos resultados para outras realidades e cursos no amplo e diverso contexto brasileiro. Além disso, a elevada taxa de recusas e a dificuldade em acessar informações institucionais sobre estudantes cotistas dificultaram a obtenção ágil dos dados. Diante disso, recomenda-se a realização de novos estudos sobre a temática, com diferentes abordagens metodológicas, incluindo pesquisas observacionais de corte que possibilitem um acompanhamento longitudinal dos estudantes ao longo da graduação, permitindo uma compreensão mais aprofundada de seus desafios, expectativas e da relação com o processo de ensino-aprendizagem.

Essa pesquisa é de suma importância social e acadêmica, pois através desse trabalho podemos evidenciar que embora haja políticas públicas que visam integrar a

classe popular no espaço universitário, ainda é necessário ter um olhar mais atento ao que tange as políticas públicas que não são universais e que promovem a exclusão no ensino superior. As universidades ainda continuam sendo elitistas e promovendo desigualdades, ainda que as políticas sociais busquem amenizar as diferenças existentes tentando incluir sujeitos pertencentes a classe popular em um espaço de formação superior.

Apesar dos avanços legais, ainda existem diversos desafios para transformar as políticas em ações que sejam efetivas para os estudantes cotistas, fazendo com que esses sujeitos estejam inseridos na universidade e se sintam pertencentes a esse espaço. As políticas sociais são fundamentais para a promoção da diversidade no espaço acadêmico, entretanto tais ações precisam se intensificar e contemplar os estudantes de forma universal, garantindo que a ocupação desses indivíduos nesse espaço de formação seja acolhedora e efetiva.

Desta maneira, entende-se que este trabalho pode contribuir com formas de enfrentamento de evasão estudantil, dando visibilidade a vozes que merecem destaque dentro campus, compreendendo tanto as ações de políticas afirmativas quanto o papel da UFRRJ como instituição pública, gratuita e de qualidade.

6- REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcilene Dias Bruno; OLIVEIRA, João Ferreira. “*Educação superior no brasil: políticas públicas educacionais de acesso ante as desigualdades sociais*”. Bahia, 2024.

ALVES, Estefanni Mairla; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. “*Educação como Mercadoria: Desafios da Educação Superior em Meio ao Capitalismo em Crise*”. ©Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas, SP, 2019

ANDRADE, Ana Maria Jung; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. “*Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários*”. Campinas, 2017.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo; CHAGAS, Denise Maria Moreira. ”*Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro*”. Ceará, 2019.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves. “*Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social?*”. Campinas, 2013.

- BACKES, José Licínio. “*O acesso das classes populares à universidade: implicações para a construção de sua identidade cultural*”. GT Educação Popular, UCDB, s/d.
- BARDIN, Laurence. “*Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro*”. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATISTA, Neusa Chaves. “*Cotas para o acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior*”. Porto Alegre, 2018.
- BAQUEIRO, Diciola Figueirêdo de Andrade. “*Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho discente*”. Salvador, 2015.
- BEISIEGEL, Celso de Rui . “Educação popular e ensino superior em Paulo Freire”. São Paulo, 2018.
- BERSANI, Humberto. “*Racismo estrutural e o direito à educação*”, Viçosa, MG, Rev. Educ. Perspec. 2018.
- Blog da Pedagogia UFRRJ. Disponível em: <https://pedagogiadaufrrj.blogspot.com/>
Acesso em: 20/07/2023.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “*Educação Popular*”, São Paulo. Editora Brasiliense, s/d.
- BORGES, Eduardo Henrique Narciso; GOUVÉA, Adriane Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. “*Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras*”. Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.29.1, jan./jun., 2022.
- BORGHI, Idalina Souza Mascarenhas. “*Uma margem outra: itinerâncias de jovens das classes populares na educação superior*”. Salvador, 2013.
- BORJA, Bruno. “*Cultura popular no capitalismo dependente: entre resistências e incorporações*”. Temporalis, Brasília, 2023.
- BRITO, Thaís Mara Teixeira; PEDROSO, Gustavo José de Toledo. “*Moda e classes sociais: elementos da sociedade capitalista*”. Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2023.
- BRITO, Vera Lúcia Fernandes. “*Universidade pública e emancipação de classes: desafios relacionados ao capitalismo dependente e as perspectivas à luz das políticas de Ações afirmativas*”. Vitória da Conquista –Bahia –Brasil, v. 9, n. 16, p. 498–529, maio, 2024.
- Casa Civil, 2014. Disponível em:
<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/dezembro/acesso-de-estudantes-pobres-a-universidade-publica-cresce-400-entre-2004-e-2013-diz-ibge>.
Acesso em: 13/08/2023. “*Acesso de estudantes pobres à universidade pública cresce 400% entre 2004 e 2013, diz IBGE*”.
- CALADO, Lucas Barbosa. “*Desigualdade Social*”, Presidente Prudente/ São Paulo, 2015. CARDOSO, Raiane Lóss. “Juventude e Ensino Superior: impactos da inserção

universitária na vida de estudantes de classes populares”. São Paulo. Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal, 201; pp. 33-50.

CARDOSO, Claudete Batista. “Efeitos da política de cotas na universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão”. Brasília, 2008.

CARVALHO, Michelle Guimarães Gontijo de; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque ; CATANI, Afrânio Mendes. “*O que é capitalismo*”. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, s/d.

Pianovski. “*O ensino superior poderia ser considerado um direito fundamental?*”. 2019.

Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024. Disponível em: [L14914](#). Acesso em: 02/06/2025.

CASTRO, Vinícius Rennó. “*Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior*”. Revista Gestão em Foco - Edição nº 9 – Ano: 2017.

CÔCO, Valedte; SOARES, Letícia Cavassana; BRAGANÇA, Nelma Suely; CORBUCCI, Paulo Roberto. “*Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil*”, 2014.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. “A história da UFRRJ e as marcas deixadas na educação pública de Seropédica”, UFRRJ, s/d.

CUPOLILLO, A.V.; MAJEROWICZ, N.; SILVA, R. P. P. “*Acesso aos cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: análise crítica e comparativa dos processos de seleção e suas capacidades e limites inclusivos e democráticos*”. In: SISS, A.; MONTEIRO, A.; DUPRET, L. (orgs.). **Educação e debates etnicoraciais**. Rio de Janeiro: Quartet: Leafro, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil.” A educação básica como direito”. Minas Gerais, 2008.

DEMO, Pedro. “*Política social, educação e cidadania*”. Campinas- São Paulo, 2007.

DEBERT, Guita Grin. “*O significado da Velhice na Sociedade Brasileira*”. São Paulo, 2000.

DIAS, Lorrany Conceição.” *O papel pedagógico no âmbito da assistência estudantil para a permanência na universidade federal do norte do Tocantins*”. Tocantinópolis, 2013.

DIAS, Regina Lúcia Cerqueira; SILVA, Izabela Mathias dos Santos Silva. “*O acesso e a Permanência das Classes Populares na Universidade Pública: trajetória escolar de uma estudante da Universidade Federal Fluminense*”. Universidade Federal Fluminense, 2018.

Dicionário Online de Português. Significado de “Marginalizada”. Disponível em: [Marginalizada - Dicio, Dicionário Online de Português](#). Acesso em: 10/11/2024.

DRUCK, Graça. “*A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões**”. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

EQUIPE 13 DE MAIO. “*Classe contra classe: economia política e ideologia*”. São Paulo: Loyola, 1989.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social*. Editora Brasiliense, 1991.

FAVA, Helder de Lima; CINTRA, Renato Fabiano. “*Indicadores na Assistência Estudantil: Análise nas Universidades Federais Brasileiras*”. Revista Ciências Administrativas, 28: e12649, 2022.

FEITOSA, Renato Lima Silva. “A escola pública como fator de preferência na lei de cotas: implicações sobre o princípio da igualdade”. Brasília, 2020.

FREITAS, Antônio Alberto da Silva Monteiro. “*Acesso à Universidade: os alunos do ensino superior privado*”. Bahia, 2005.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. “*Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil*”. Uberaba, MG, 2021.

GERMANO, Maria Eduarda Alves. “*PERMANÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO NA UFRJ: Uma análise da Pró-Reitoria de políticas estudantis - PR7*”. Rio de Janeiro, 2024.

GIL, Antonio Carlos. “*Métodos e técnicas de pesquisa social*”. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2008.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes; BONACELLI, Maria Beatriz Machado. “*Repensando o Papel da Universidade no Século XXI: Demandas e Desafios*”. Paraná, 2013.

GISI, Maria Lourdes. “*A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência*”. Paraná, 2005.

GOMES, Caio Cesar Piffero. “*O papel social da universidade*”. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil, 2014.

GOMES, Juaciara Barrozo. “*O Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica, em Questão: Narrativas e Percepções de seus Egressos*”. Rio de Janeiro, 2021.

GROOPPO, L. A. *Dialética das juventudes modernas e contemporâneas*. Revista de Educação da Cogeime, São Paulo, ano 13, n. 25, p. 9-25, dez., 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “*Estrutura e formação das classes sociais na Bahia*”. *Caderno CRH 1 (2)*, 1987.

GUIMARÃES, Augusto. “*Quais são as causas da evasão no Ensino Superior?*”. CRM Educacional, 2018.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; FILLHO, Antonio Euzébios. “*Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora*”. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2005.

HENRIQUE, Ricardo; SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. “*Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia, e grupos sociais populares*”. Rio de Janeiro, 2006.

HERINGER, Rosana. ”*Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico*”. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2018.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. “*A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira*”. Brasília, 2017.

JUNIOR, Alcides Domingues Leite. “*O que é capitalismo*”, 2020.

KOSLINSKI, Mariane Campelo; ALVES, Fátima; RANGE, Wolfram Johannes. “*Desigualdades educacionais em contextos urbanos: um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro*”. Educ. Soc. vol.34 no.125 Campinas Oct./Dec. 2013.

Legislação Informatizada – Dados da Norma. LEI Nº 5.465, DE 3 DE JULHO DE 1968 Lei do Boi (1968). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-norma-pl.html>. Acesso em: 30/06/2025.

LEITE, Janete Luzia. “*Política de cotas no Brasil: política social?*”, 2011.

LEONARDI, Fabricio Gobetti; ROSA, Anderson da Silva; ANDREAZZA, Rosemarie. “*O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do ensino superior público federal: disputas políticas e efeitos sócio-históricos*”. Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas, SP, 2025.

LIMA, Paulo Gomes. “*Ações afirmativas como eixo de inclusão de classes sociais menos favorecidas à universidade brasileira: um terceiro olhar entre pontos e contrapontos*”. Campinas, 2009.

LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco; FERRO, Lígia “*As classes populares*”. Lisboa, 2027.

LIMA, Vivian Daniele; COSTA, Ailana Garcia Meira; VASCONCELOS, Maria Luiza Iennaco; LOURENÇO, Lelio Moura. “*Saúde mental no ensino superior: revisão de literatura*”. Interação em Psicologia | vol 26 | n 3, 2022.

MACEDO, Geórgia Dantas. ”*A eficácia do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do sistema de cotas na UFPB*”. JOÃO PESSOA, PB. Dezembro, 2017.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. “*Metodologia qualitativa de pesquisa*”. São Paulo, 1994.

MACHADO, Ednéia Maria; KYOSEN, Renato Obikawa. “*Política e Política Social*”. CPG/UEL, s/d.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva. “*Permanência universitária: quando o pedagógico se une ao econômico*”. São Carlos, 2020.

MATTOSO, Cecília Lima de Queiros. “*Classes sociais e o comportamento das classes c e d: um levantamento bibliográfico*”. R. Ci. Humanas, v.4, n.2, p.127-138, dez. 2004. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas>. Acesso em: 01/08.

MELO, Yasmim Marques; GOMES, Sandra. “*Igualdade e Equidade na Intencionalidade de Políticas Educacionais: O caso de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no Brasil*”. Arquivos analíticos de políticas educativas, 2024.

Ministério da Educação; INEP. “*Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades*”. Disponível em: [Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep](#). Acesso em:01/06/2025.

Ministério da Educação; Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnaes#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%Aancia,de%20ensino%20superior%20\(IFES\)](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnaes#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%Aancia,de%20ensino%20superior%20(IFES)). Acesso em: 18/07/2024.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana Maria. “*Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco*”, 2012.

MENDA, Cynthia Castiel; MELO, Jade Calage. “*Assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: permanência dos estudantes em foco*”. Educação por escrito, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2024.

Nova Escola. “*Quem estuda para ser Professor no Brasil*”. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18064/quem-estuda-para-ser-professor-no-brasil> Acesso em: 27/07/2023.

NUNES, Mallu Stephanie de Almeida; RAMOS, Wilsa Maria. “*Experiências subjetivas de uma estudante ingressante pelo sistema de cotas na universidade pública brasileira*”. Rio de Janeiro, 2024.

NUNES, Neusa Maria de Serqueira; GOMES, Juliana da Silva; RANGEL, Tauã Lima Verdan. “*Educação e igualdade de oportunidades: o papel da política de cotas no ensino superior*”. Cachoeiro de Itapemirim, v. 6, n. 1, 2024.

NUNEZ, Elizabeth Ivone Santos; ALMEIDA, Nerilton Vidal. “*A produção do fracasso escolar: desigualdades estruturais e exclusão no sistema educacional brasileiro*”. Revista Tópicos, 2024.

OLIVEIRA, Tatiana Carla Silva Soares. “*Formação acadêmica e profissional: as tessituras do técnico-administrativo em educação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*”. Seropédica, 2022.

OTRANTO, Celia Regina. “A Autonomia Universitária no Brasil: Dádiva legal ou construção coletiva? O caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro”. 1. ed. Edur, UFRRJ, 2009.

PEREIRA, Samara Cristina Silva; PASSOS Guiomar de Oliveira. “*Desigualdade de acesso e permanência a universidade: trajetórias escolares de estudantes das classes populares*”. Linguagens, Educação e Sociedade. Teresina, Ano12, n. 16, p. 19 32, jan./jun. 2007.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; REIS, Kelly Cristina. “*Estudo da evasão universitária em contextos emergentes: desafios à permanência estudantil*”. Mato Grosso, 2020.

PERRUSO, Marco Antonio. “*Educação Popular, pensamento social e classes populares no Brasil*”. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política, Volume 7, número 2, julho a dezembro de 2016.

PIMENTEL, Marcos Rocha; SILVA, André Luiz da Motta. “*O papel da assistência estudantil no IFMS: desafios e aprimoramentos no PAES*”. Revista Aracê, São José dos Pinhais, 2025.

PINTO, Giselle. “2018. J. Sinop/MT/Brasil, v. 8, n. 1, p. 163-177, jan./jun, 2018. PRADO, Alcindo Ferreira; COUTINHO, Jecilene Barreto; REIS, Osvaldineide Pereira de Oliveira; VILLALBA, Osvaldo Arsenio. “*Ser professor na contemporaneidade: desafios da profissão*”, 2013.

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, “*Bolsas e Auxílios ao Estudante*”, 2015. Disponível em: <https://portal.ufrrj.br/pro-reitoria-de-assuntos-estudantis/bolsas/> Acesso em: 19/07/2023.

REUNI; Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/> Acesso em: 19/11/2024.

RITTER, Carolina; TANIKATO, Grace Vale Freitag. “*Assistência estudantil nas universidades públicas federais: desafios na construção da permanência de estudantes*”. Florianópolis, 2024.

RODRIGUES, Thársyla Barreto. “*Juventudes universitárias: as contribuições dos estudantes para o espaço acadêmico a partir do programa pet educação do campo e movimentos sociais*”. Seropédica, Rio de Janeiro, 2020.

ROLEMBERG, Gabriel. “*Capitalismo dependente e classes sociais: as relações políticas e econômicas da grande burguesia interna brasileira*”. Rio de Janeiro, 2024.

ROSA, Claudia Cristina B. de Barros; MARTINS, Suely Aparecida. “*Políticas públicas de cotas para ingresso no ensino superior: O caso da UTFPR- Campus Francisco Beltrão*”. Paraná, 2021.

ROSA, Lucília Batista de Santa. “*Dificuldades de Permanência de Alunos vinculados à Assistência Estudantil no IFBA de Jacobina*”. Salvador, 2014.

SADRONI, Paulo. “O que é mais-valia”. Editora Brasiliense, 1982.

SALUCESTE, Fernanda Biscaino; ALVES, Bianca da Silva; SANTOS, Gabriela Teixeira. “*Políticas educacionais do Estado de São Paulo na contemporaneidade: aprofundamento da precarização do ensino público*”. Botucatu, 2024.

SANTOS, J.A.F. Classe social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

SANTOS, José Deribaldo Gomes; SANTOS, Layslândia de Souza; LOPES, Jefferson Nogueira. “*As reformas estruturais do capitalismo na educação escolar e as disputas em torno do projeto de Ensino Médio: a lei n.º13.415/2017 em debate*”. Periódico Horizontes –USF –Itatiba, SP –Brasil, 2024.

SANTOS, José Raimundo de Jesus. “*Juventude, Universidade e Conhecimento. O agir prático das juventudes nos fazeres da universidade*”. Salvador, 2016.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. “*Classe social e desigualdade de gênero no Brasil*”. Minas Gerais, 2008.

SANTOS, Roseane Santana. “*Educação, sociedade capitalista e estado*”. Educação em Debate, Fortaleza, 2020.

SANTOS, Valdeluce Nascimento; AYRES, Genny Magna de Jesus Mota; ROCHA, Ercules Machado; REIS, Cacilda Ferreira. CONCEIÇÃO, Carolaine Vitória Mota. “*ACESSO E PERMANÊNCIA DOS(AS) ESTUDANTES COTISTAS QUILOMBOLAS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: notas para discussão*”. Rio de Janeiro, 2024.

SAVIANI, Dermeval. “*Da LDB (1996) Ao novo PNE (2014- 2024). Por uma outra política educacional*”. Campinas, 2007.

SCHEINVAR, E.; CORDEIRO, D. Juventude em “risco social”? Dilemas e perspectivas por entre as pedras das políticas públicas dirigidas aos jovens. Ines, Rio de Janeiro, n. 27, p. 55-63, jan./jul. 2007.

SCHWARTZMAN, SIMON; FILHO, Roberto Lobo Silva; COELHO, Rooney R. A. “*Por uma tipologia do ensino superior brasileiro: teste de conceito*”. *Estudos avançados* 35 (101), 2021.

SEABRA, Teresa. “*Desigualdades escolares e desigualdades sociais*”. 2009.

SENNEL, Andressa de; MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira. “*Políticas Sociais no Brasil: Uma reflexão preliminar social policies in Brazil: a Preliminary Reflection*”. S/d.

SILVA, Amanda de Morais; ALMEIDA, Daiana Ferreira. “*A tomada de decisão na política de cotas no brasil: obstáculos e lacunas*”. Pernambuco, 2024.

SILVA, Andreza de Oliveira. “*Acesso, permanência e formação dos estudantes de licenciatura em ciências sociais da ufcg/cdsa*”. Sumé- PB, 2016.

SILVA, Daniel Neves. “*Idade Moderna*”. Escola Brasil. Disponível em: [Idade Moderna: resumo, características, acontecimentos](#). Acesso em: 02/11/2024.

SILVA, Eliane Maria; DUVERNOY, Doriele Silva de Andrade Costa. “*Democratização do ensino superior: o papel da Universidade de Pernambuco na promoção da equidade social*”. Anais da Semana Universitária da UPE, Recife, 2024.

SILVA, Flávia Alves; FONSECA, Simone Farias; BARROSO, Eloisa Pereira; MARTINS, Luana Chaves; FARIA, Daniela Gomes; RIBEIRO, Raquel da Silva. “*Saúde mental: a universidade desafiada a agir para garantir a permanência estudantil num contexto de adoecimento*”. Revista de Gestão e Secretariado – São José dos Pinhais, Paraná, 2025.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. “*Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu*”. Prog Pós-Grado CioInf., v.1, n.2, p.24-36, jul./dez. 1995.

SILVA, Odair Vieira. “*A idade moderna e a ruptura cultural com a tradição medieval: reflexões sobre o renascimento e a reforma religiosa*”. Revista científica eletrônica da Pedagogia, 2017.

SIMÃO, Tatiana Oliveira. “Reflexões sobre como conciliar trabalho e estudo no ensino superior”. Cajazeiras, 2016.

SIMÕES, Gabrielle Capinam da Silva; BOCK Ana Mercês Bahia. “*A dimensão subjetiva da desigualdade social no ensino superior*”. Rev. Edu. Foco, Juiz de Fora, 2025.

SINGER, Paul. “*Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*”. Editora Moderna, São Paulo, 1993.

SINGER, Paul. “*Economia solidária versus economia capitalista*”, 2021.

SOUZA, de Anabel Cristina Nascimento da Silva “*A população negra e o acesso ao ensino superior: política de cotas raciais em três Universidades: UFF, UERJ, UFRRJ*”. Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

SOUZA, Andreliza Cristina de Souza; BRANDALISE, Mary Ângela. “*Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores*”. Campinas, 2017.

SOUZA, Joelma Viana Almeida de. SOUZA, Alberto Dantas de. “*Classe Popular e a educação*”. Sergipe, 2011.

SOBRINHO, José Dias. “*Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão*”. Educ. Soc. vol.31 no.113 Campinas Oct./Dec. 2010.

SOUZA, Renan Arjona; Souza, Nádia Maria Pereira. “*A luta pela educação na Baixada Fluminense-RJ: o contexto de expansão do Ensino Superior*”. Colóquio— Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RN - v. 15, n. 1, jan./jun. 2018.

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. “*Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência*”. Rev. katálysis vol.19 no.1 Florianópolis Jan./June 2016.

TODERO, Marissandra. “*Educação popular na escola pública: desafios para a formação continuada de professores(as)*”. Chapecó, 2022.

TONEGUTTI, Claudio Antonio, MARTINEZ, Milena. “A Universidade nova, o Reuni e a queda da Universidade Pública”, Universidade Federal do Paraná, s/a.

UEFFORT, Francisco G. “*Classes populares e desenvolvimento social (Contribuição ao estudo do "populismo")*”. Santiago, 1968.

Universidade Federal Rural de Pernambuco - Ministério da Educação.

Política de Cotas completa 10 anos de transformação social pela educação (2022).

Disponível: <https://ufrpe.br/br/content/pol%C3%ADtica-de-cotas-completa-10-anos-de-transforma%C3%A7ao-social-pela-educa%C3%A7ao>

Acesso em: 01/08.

URQUIZA, Marconi de Albuquereque; MARQUES, Denilson Bezerra. “*Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica*”. Londrina, v. 16, n. 1, p. 115-144, jan./jun. 2016.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. “*Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG*”. Sorocaba, 2010.

VILELA, Lara; TACHIBANA, Thiago Yudi; FILHO, Naercio Menezes; KOMATSU, Bruno. “*As Cotas Nas Universidades Públicas Diminuem a Qualidade Dos ingressantes*”. São Paulo, 2017.

VOLPATO, Gildo; BAUMER, Édina Regina; AZEREDO, Jéferson Luiz, DOMINGUINI, Lucas. “*Desafios da profissão e problemas na formação de professor*

na percepção de acadêmicos de Artes Visuais e Matemática” Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 223-245, jul./dez. 2011.

ZAGO, Nadir. “*Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*”. Rev. Bras. Educ. vol.11 no.32 Rio de Janeiro May/Aug. 2006.

Anexo

Questionário: Participação de estudantes cotistas do curso de Pedagogia Campus Seropédica dos períodos 2021.1 a 2023.1

PARTICIPANTE A

Idade: 27 anos

Curso: Licenciatura em Pedagogia- Campus Seropédica

Período: 2022.1

DADOS PESSOAIS

Em qual escola você cursou sua educação básica?

- (X) Escola pública
- () Escola privada
- () Escola pública/ privada

Qual sua raça/etnia?

- (X) Branca
- () Preta
- () Parda
- () Amarela
- () Indígena

Como você se identifica em relação à identidade de gênero?

- (X) Cisgênero
- () Transgênero
- () Não binário

Com qual classe social você se identifica de acordo com seu status social?

- () Classe A: 2,8% (renda mensal domiciliar superior a R\$ 22 mil).
- () Classe B: 13,2% (renda mensal domiciliar entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil).
- () Classe C: 33,3% (renda mensal domiciliar entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil).

(X) Classes D/E: 50,7% (renda mensal domiciliar até R\$ 2,9 mil).

Em qual região sua residência está localizada?

- () Zona norte
() Zona sul
() Zona oeste
(X) Baixada Fluminense
() Outras especifique _____

Com quantas pessoas você reside?

- () Sozinho/a
(X) 1
() 2
() 3
() 4 ou mais

Quantas pessoas de seu núcleo familiar possuem o ensino superior completo ou ingressaram em instituições de ensino superior?

- () Sou a primeira a ingressar em um curso de graduação
() 1 pessoa
(X) 2 pessoas
() 3 pessoas
() 4 ou mais

DADOS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA

Você estudou em escola pública durante toda a sua vida escolar?

- (X) Sim
() Não

Você fez algum pré-vestibular?

- (X) Sim
() Não

Como se deu seu acesso a Universidade?

- () Ampla concorrência
(X) Política de cotas

Você frequenta a universidade em outros períodos além do noturno?

- (X) Sim
() Não

Você utiliza o Restaurante Universitário (RU)?

- () Sim

(X) Não

Sabendo que a assistência psicológica é necessária para todo sujeito e que a universidade oferece esse tipo de atendimento, você enquanto estudante faz uso desse tipo de assistência?

(X) Sim

() Não

QUESTIONÁRIO

Qual a sua idade?

27

O curso de Pedagogia foi sua primeira opção de curso?

Não. Anteriormente queria cursar psicologia, mas mudei de ideia ao conhecer a grade curricular de Pedagogia.

O seu acesso à universidade foi dado logo após a conclusão do seu ensino médio?

Não. Trabalhei por 2 anos antes de ingressar na universidade.

Por qual tipo de cota você teve acesso à universidade?

Cota de renda e escola pública.

Em qual ano você iniciou seus estudos no curso de Pedagogia- UFRRJ?

2022.

Em qual período do curso você está?

6º (sexto)

Você participa de algum projeto, grupo de pesquisa ou programa? Se sim, qual?

Sim. Grupo de Pesquisa sobre Alfabetização, com a professora Andrea.

Você recebe algum tipo de assistência estudantil? Se sim, qual?

Sou bolsista PDAI, através do estágio remunerado do CTUR.

Você já pensou em desistir do curso de Pedagogia? Se sim, por quê?

Sim. Por dificuldades financeiras e por conhecer os vários desafios da profissão em diversos âmbitos.

Você já foi reprovado (a) em alguma disciplina? Se sim, qual(is)?

Não.

Você adquiriu alguma dívida relacionada à sua graduação?

Não.

Você já teve problemas de relacionamento na universidade? Acredita que foi por ser cotista?

Não.

Já deixou de frequentar as aulas por falta de recursos financeiros?

Sim.

Você acha que a universidade deveria oferecer outras bolsas para permanência dos estudantes?

Sim!

Você trabalha? Se sim, você destina parte de sua renda para custear sua permanência na universidade?

Sim. Sim.

Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?

Minhas principais dificuldades de acesso e permanência sempre estiveram relacionadas à questão financeira e a questões de cunho emocional/ psicológicas, sendo essas duas questões interligadas.

PARTICIPANTE B

Idade: 23 anos

Curso: Licenciatura em Pedagogia- Campus Seropédica

Período: 2023.1

DADOS PESSOAIS

Em qual escola você cursou sua educação básica?

- Escola pública
- Escola privada
- Escola pública/ privada

Qual sua raça/etnia?

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena

Como você se identifica em relação à identidade de gênero?

- Cisgênero

- Transgênero
 Não binário

Com qual classe social você se identifica de acordo com seu status social?

- Classe A: 2,8% (renda mensal domiciliar superior a R\$ 22 mil).
 Classe B: 13,2% (renda mensal domiciliar entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil).
 Classe C: 33,3% (renda mensal domiciliar entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil).
 Classes D/E: 50,7% (renda mensal domiciliar até R\$2,9 mil).

Em qual região sua residência está localizada?

- Zona norte
 Zona sul
 Zona oeste
 Baixada Fluminense
 Outras especifique _____

Com quantas pessoas você reside?

- Sozinho/a
 1
 2
 3
 4 ou mais

Quantas pessoas de seu núcleo familiar possuem o ensino superior completo ou ingressaram em instituições de ensino superior?

- Sou a primeira a ingressar em um curso de graduação
 1 pessoa
 2 pessoas
 3 pessoas
 4 ou mais

Obs: a terceira pessoa só entrou em uma instituição de ensino superior porque eu e meu irmão mais novo entramos na Rural, acho que de certa forma, a entrada na universidade influenciou no início da carreira acadêmica dele.

DADOS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA

Você estudou em escola pública durante toda a sua vida escolar?

- Sim
 Não

Você fez algum pré-vestibular?

- Sim

Não

Como se deu seu acesso a Universidade?

- Ampla concorrência
 Política de cotas

Você frequenta a universidade em outros períodos além do noturno?

- Sim
 Não

Você utiliza o Restaurante Universitário (RU)?

- Sim
 Não

Sabendo que a assistência psicológica é necessária para todo sujeito e que a universidade oferece esse tipo de atendimento, você enquanto estudante faz uso desse tipo de assistência?

- Sim
 Não

QUESTIONÁRIO

Qual a sua idade?

23 anos.

O curso de Pedagogia foi sua primeira opção de curso?

Sim!

O seu acesso à universidade foi dado logo após a conclusão do seu ensino médio?

Não, me formei em 2019 e só entrei na universidade em 2023.

Por qual tipo de cota você teve acesso à universidade?

Socioeconômica.

Em qual ano você iniciou seus estudos no curso de Pedagogia- UFRRJ?

2023.1

Em qual período do curso você está?

4º período.

Você participa de algum projeto, grupo de pesquisa ou programa? Se sim, qual?

Não, nenhum.

Você recebe algum tipo de assistência estudantil? Se sim, qual?

Não, nenhuma.

Você já pensou em desistir do curso de Pedagogia? Se sim, por quê?
Já, foi devido a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho (faço estágio remunerado).

Você já foi reprovado (a) em alguma disciplina? Se sim, qual(is)?
Não.

Você adquiriu alguma dívida relacionada à sua graduação?
Não.

Você já teve problemas de relacionamento na universidade? Acredita que foi por ser cotista?
Não, nunca tive.

Já deixou de frequentar as aulas por falta de recursos financeiros?
Até o presente momento não, pois conto com ajuda de outras pessoas.

Você acha que a universidade deveria oferecer outras bolsas para permanência dos estudantes?
Sim, com certeza. O que tem é pouco e não atende todos que precisam.

Você trabalha? Se sim, você destina parte de sua renda para custear sua permanência na universidade?
Trabalho, faço estágio remunerado e minha renda é justamente para me manter dentro da universidade, com alimentação e necessidades básicas em caso de emergência.

Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?
O acesso e os obstáculos, sem sombra de dúvida, é a insegurança de conseguir se manter dentro do espaço acadêmico. Sabe-se que embora seja público, ainda é necessário de recursos para se manter dentro da universidade. É dinheiro para o bandex, do lanche da cantina quando não se tem tempo para bandejar ou até mesmo, quando chego atrasada, é a passagem e principalmente, o ônibus. A passagem é cara, vive lotado e demora muito, eu por exemplo, preciso sair de casa 15h e pouca para conseguir chegar na Rural.

PARTICIPANTE C

Idade: 24 anos

Curso: Licenciatura em Pedagogia- Campus Seropédica

Período: 2022.1

DADOS PESSOAIS

Em qual escola você cursou sua educação básica?

- Escola pública
- Escola privada
- Escola pública/ privada

Qual sua raça/etnia?

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena

Como você se identifica em relação à identidade de gênero?

- Cisgênero
- Transgênero
- Não binário

Com qual classe social você se identifica de acordo com seu status social?

- Classe A: 2,8% (renda mensal domiciliar superior a R\$ 22 mil).
- Classe B: 13,2% (renda mensal domiciliar entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil).
- Classe C: 33,3% (renda mensal domiciliar entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil).
- Classes D/E: 50,7% (renda mensal domiciliar até R\$ 2,9 mil).

Em qual região sua residência está localizada?

- Zona norte
- Zona sul
- Zona oeste
- Baixada Fluminense
- Outras especifique _____

Com quantas pessoas você reside?

- Sozinho
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

Quantas pessoas de seu núcleo familiar possuem o ensino superior completo ou ingressaram em instituições de ensino superior?

- Sou a primeira a ingressar em um curso de graduação
- 1 pessoa
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 ou mais

DADOS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA

Você estudou em escola pública durante toda a sua vida escolar?

- Sim
- Não

Você fez algum pré-vestibular?

- Sim
- Não

Como se deu seu acesso a Universidade?

- Ampla concorrência
- Política de cotas

Você frequenta a universidade em outros períodos além do noturno?

- Sim
- Não

Você utiliza o Restaurante Universitário (RU)?

- Sim
- Não

Sabendo que a assistência psicológica é necessária para todo sujeito e que a universidade oferece esse tipo de atendimento, você enquanto estudante faz uso desse tipo de assistência?

- Sim
- Não

QUESTIONÁRIO

Qual a sua idade?

24 anos.

O curso de Pedagogia foi sua primeira opção de curso?

Sim.

O seu acesso à universidade foi dado logo após a conclusão do seu ensino médio?

Não.

Por qual tipo de cota você teve acesso à universidade?

Escola Pública + PPI

Em qual ano você iniciou seus estudos no curso de Pedagogia- UFRRJ?

2022

Em qual período do curso você está?

6º período.

Você participa de algum projeto, grupo de pesquisa ou programa? Se sim, qual?

Não.

Você recebe algum tipo de assistência estudantil? Se sim, qual?

Não.

Você já pensou em desistir do curso de Pedagogia? Se sim, por quê?

Sim, por motivos financeiros e relacionados à saúde mental.

Você já foi reprovado (a) em alguma disciplina? Se sim, qual(is)?
Não.

Você adquiriu alguma dívida relacionada à sua graduação?
Sim.

Você já teve problemas de relacionamento na universidade? Acredita que foi por ser cotista?
Não.

Já deixou de frequentar as aulas por falta de recursos financeiros?
Sim.

Você acha que a universidade deveria oferecer outras bolsas para permanência dos estudantes?
Sim.

Você trabalha? Se sim, você destina parte de sua renda para custear sua permanência na universidade?
Não.

Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?
Falta de oportunidades de ter um ensino de qualidade.

PARTICIPANTE D

Idade: 23 anos

Curso: Licenciatura em Pedagogia- Campus Seropédica

Período: 2022.1

DADOS PESSOAIS

Em qual escola você cursou sua educação básica?

- (x) Escola pública
- () Escola privada
- () Escola pública/ privada

Qual sua raça/etnia?

- () Branca
- (x) Preta
- () Parda
- () Amarela
- () Indígena

Como você se identifica em relação à identidade de gênero?

- (x) Cisgênero
- () Transgênero

Não binário

Com qual classe social você se identifica de acordo com seu status social?

- Classe A: 2,8% (renda mensal domiciliar superior a R\$ 22 mil).
- Classe B: 13,2% (renda mensal domiciliar entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil).
- Classe C: 33,3% (renda mensal domiciliar entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil).
- Classes D/E: 50,7% (renda mensal domiciliar até R\$ 2,9 mil).

Em qual região sua residência está localizada?

- Zona norte
- Zona sul
- Zona oeste
- Baixada Fluminense
- Outras especifique _____

Com quantas pessoas você reside?

- Sozinho/a
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

Quantas pessoas de seu núcleo familiar possuem o ensino superior completo ou ingressaram em instituições de ensino superior?

- Sou a primeira a ingressar em um curso de graduação
- 1 pessoa
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 ou mais

DADOS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA

Você estudou em escola pública durante toda a sua vida escolar?

- Sim
- Não

Você fez algum pré-vestibular?

- Sim
- Não

Como se deu seu acesso a Universidade?

- Ampla concorrência
- Política de cotas

Você frequenta a universidade em outros períodos além do noturno?

(x) Sim

() Não

Você utiliza o Restaurante Universitário (RU)?

() Sim

(x) Não

Sabendo que a assistência psicológica é necessária para todo sujeito e que a universidade oferece esse tipo de atendimento, você enquanto estudante faz uso desse tipo de assistência?

() Sim

(x) Não

QUESTIONÁRIO

Qual a sua idade?

23

O curso de Pedagogia foi sua primeira opção de curso?

Não

O seu acesso à universidade foi dado logo após a conclusão do seu ensino médio?

Não

Por qual tipo de cota você teve acesso à universidade?

Racial e socioeconômica

Em qual ano você iniciou seus estudos no curso de Pedagogia- UFRRJ?

2022

Em qual período do curso você está?

6º período

Você participa de algum projeto, grupo de pesquisa ou programa? Se sim, qual?

Sim. Faço parte de um grupo de pesquisa e do PIBID

Você recebe algum tipo de assistência estudantil? Se sim, qual?

Sim. Auxílio moradia

Você já pensou em desistir do curso de Pedagogia? Se sim, por quê?

Não

Você já foi reprovado (a) em alguma disciplina? Se sim, qual(is)?

Não

Você adquiriu alguma dívida relacionada à sua graduação?

Não

Você já teve problemas de relacionamento na universidade? Acredita que foi por ser cotista?

Não

Já deixou de frequentar as aulas por falta de recursos financeiros?

Não

Você acha que a universidade deveria oferecer outras bolsas para permanência dos estudantes?

Sim

Você trabalha? Se sim, você destina parte de sua renda para custear sua permanência na universidade?

Faço estágio e utilizo parte do dinheiro para pagar o aluguel (tive que me mudar para Seropédica por causa da universidade).

Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?

Como maior dificuldade para o acesso à universidade, acredito que as deficiências no ensino básico público, que não oferecem uma base sólida para o vestibular. Já para a permanência, uma das maiores dificuldades é a sobrecarga de tarefas acadêmicas.

PARTICIPANTE E

Idade: 26 anos

Curso: Licenciatura em Pedagogia- Campus Seropédica

Período: 2021.1

DADOS PESSOAIS

Em qual escola você cursou sua educação básica?

- () Escola pública
- () Escola privada
- (x) Escola pública/ privada

Qual sua raça/etnia?

- (x) Branca
- () Preta
- () Parda
- () Amarela
- () Indígena

Como você se identifica em relação à identidade de gênero?

- Cisgênero
 Transgênero
 Não binário

Com qual classe social você se identifica de acordo com seu status social?

- Classe A: 2,8% (renda mensal domiciliar superior a R\$ 22 mil).
 Classe B: 13,2% (renda mensal domiciliar entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil).
 Classe C: 33,3% (renda mensal domiciliar entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil).
 Classes D/E: 50,7% (renda mensal domiciliar até R\$ 2,9 mil).

Em qual região sua residência está localizada?

- Zona norte
 Zona sul
 Zona oeste
 Baixada Fluminense
 Outras especifique _____

Com quantas pessoas você reside?

- Sozinho/a
 1
 2
 3
 4 ou mais

Quantas pessoas de seu núcleo familiar possuem o ensino superior completo ou ingressaram em instituições de ensino superior?

- Sou a primeira a ingressar em um curso de graduação
 1 pessoa
 2 pessoas
 3 pessoas
 4 ou mais

DADOS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA

Você estudou em escola pública durante toda a sua vida escolar?

- Sim
 Não

Você fez algum pré-vestibular?

- Sim
 Não

Como se deu seu acesso a Universidade?

- Ampla concorrência
 Política de cotas

Você frequenta a universidade em outros períodos além do noturno?

() Sim
(x) Não

Você utiliza o Restaurante Universitário (RU)?

(x) Sim
() Não

Sabendo que a assistência psicológica é necessária para todo sujeito e que a universidade oferece esse tipo de atendimento, você enquanto estudante faz uso desse tipo de assistência?

() Sim
(x) Não

QUESTIONÁRIO

Qual a sua idade?

26 anos.

O curso de Pedagogia foi sua primeira opção de curso?

Não.

O seu acesso à universidade foi dado logo após a conclusão do seu ensino médio?

Não.

Por qual tipo de cota você teve acesso à universidade?

Cota socioeconômica.

Em qual ano você iniciou seus estudos no curso de Pedagogia- UFRRJ?

2021.1

Em qual período do curso você está?
oitavo.

Você participa de algum projeto, grupo de pesquisa ou programa? Se sim, qual?

sim, PIBID.

Você recebe algum tipo de assistência estudantil? Se sim, qual?
Sim, bolsa passagem e bolsa material didático.

Você já pensou em desistir do curso de Pedagogia? Se sim, por quê?
não.

Você já foi reprovado (a) em alguma disciplina? Se sim, qual(is)?
não.

Você adquiriu alguma dívida relacionada à sua graduação?
não.

Você já teve problemas de relacionamento na universidade? Acredita que foi por ser cotista?

Nunca tive problemas.

Já deixou de frequentar as aulas por falta de recursos financeiros?
sim.

Você acha que a universidade deveria oferecer outras bolsas para permanência dos estudantes?
sim!

Você trabalha? Se sim, você destina parte de sua renda para custear sua permanência na universidade?
trabalho e faço uso de minha renda para permanência.

Na sua opinião quais foram as principais dificuldades para o seu acesso à universidade e quais são os obstáculos à sua permanência?

O principal é a distância, onde eu moro (Realengo, zona oeste), é distante rural e algumas disciplinas (principalmente optativas) que sua maioria são ofertadas em outro turno me impossibilitou de terminar a graduação no período hábil, fazendo com que eu puxe um período extra só para cumprir a carga horária optativa.

Parecer: Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior: uma análise no curso de Pedagogia da UFRRJ no Campus Seropédica

Pesquisador: THARSYLA BARRETO RODRIGUES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 78191824.9.0000.0311

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.773.404

Apresentação do Projeto:

Apresentação do projeto:

O(A) pesquisador(a) relata:

A política social, as políticas afirmativas de cotas, os auxílios e as bolsas que os estudantes têm direito são fatores fundamentais para toda sociedade. Buscaremos investigar e compreender como essa problemática se expressa entre os estudantes cotistas do curso de Pedagogia da UFRRJ no Campus Seropédica. Se o acesso é garantido através da política de cotas, por que a permanência se limita a apenas alguns, não sendo garantida para todos os estudantes que ingressaram na universidade por meio desta lei?

Como justificativa os autores relatam que escolha desse tema busca evidenciar como os estudantes de classes populares enfrentam as dificuldades dentro das universidades, como esses sujeitos, estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia, lidam com essa questão. Além disso, é importante dar visibilidade à temática, considerando que o problema pode ser extrapolado para outras populações e grupos universitários de diferentes regiões do país.

O(A) pesquisador(a) apresenta a seguinte equipe de pesquisa:

Endereço:	BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro:	ZONA RURAL
UF:	RJ
Município:	SEROPEDICA
Telefone:	(21)2681-4749
CEP:	23.897-000
E-mail:	elicacep@ufrj.br



UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRJ)

Continuação do Parecer: 6 773 404

113.249.117-78 CLAUDIO OLIVEIRA DA GAMA
790.646.397-87 AMPARO VILLA CUPOLILLO

Trata-se de um projeto de Estudo Qualitativo com uso de entrevista e questionário com 67 estudantes cotistas.

Metodologia de análise:

Utilizaremos como método para análise de dados coletados a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016).

Desfecho primário:

Identificar quais são as questões que dificultam a permanência dos estudantes do curso de Pedagogia, e como as políticas públicas afirmativas colaboraram para que esses sujeitos permaneçam no espaço institucional.

Critérios de inclusão:

não relatado

Critérios de exclusão:

não relatado

Objetivo da Pesquisa:

O(A) proponente descreve como objetivos:

Objetivo geral/primário:

Identificar e analisar os principais obstáculos para o acesso e a permanência de estudantes no curso de Pedagogia da UFRRJ Campus Seropédica.

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2ºandar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:**

**UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)**



Continuação do Parecer: 6.773.404

Objetivos específicos/secundários: (se couber)

Evidenciar as desigualdades sociais encontradas dentro do espaço institucional, vivenciadas pelos alunos no curso de Pedagogia; Compreender como as classes populares do curso de Pedagogia enxergam o espaço institucional. Problematizar o acesso e a permanência desse grupo social dentro da Universidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O(A) proponente descreve:

Riscos:

Desconforto em responder alguma pergunta, entretanto será tomada providências e cautelas para evitar ou reduzir efeitos e condições adversas.

Benefícios:

Contribuir para o espaço institucional. Através dessa pesquisa será possível compreender quais dificuldades estão relacionadas ao acesso e a permanência dos estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e como as políticas públicas podem auxiliar esses estudantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em caso de documentação aprovada:

O protocolo de pesquisa apresentado possui os elementos necessários à apreciação ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos apresentados no protocolo de pesquisa pelo(a) proponente não possuem pendência, segundo as normas vigentes.

Recomendações:

Recomenda-se que o pesquisador acompanhe a tramitação do projeto de pesquisa na

Endereço:	BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro:	ZONA RURAL

CEP: 23.897-000

UF: RJ **Município:** SEROPEDICA

Telefone: (21)2681-4749

E-mail: elicacep@ufrj.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)**



Continuação do Parecer: 6.773.404

Plataforma Brasil com regularidade, atentando-se às diferentes fases do processo e seus prazos:

- a) quando da aprovação, o pesquisador deverá submeter relatórios parciais a cada semestre;
- b) quando da necessidade de emendas ou notificações no projeto, consultar a Norma Operacional 001/2013 - Procedimentos para Submissão e Tramitação de Projetos.
- c) quando da finalização do projeto, submeter relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A adequação à RESOLUÇÃO N° 466 de 12 de dezembro de 2012, foi plenamente atendida pelo(a) pesquisador(a).

A adequação à RESOLUÇÃO N° 510 de 24 de maio de 2016, foi plenamente atendida pelo(a) pesquisador(a).

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2262749.pdf	13/03/2024 16:03:37		Aceito
Outros	Termo.pdf	13/03/2024 16:02:44	THARSYLA BARRETO RODRIGUES	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2262749.pdf	21/02/2024 19:55:11		Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	21/02/2024 19:54:25	THARSYLA BARRETO RODRIGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	20/02/2024 20:19:56	THARSYLA BARRETO RODRIGUES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_THARSYLA_assinado.pdf	20/02/2024 20:18:45	THARSYLA BARRETO RODRIGUES	Aceito

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar

Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000

UF: RJ **Município:** SEROPEDICA

Telefone: (21)2681-4749

E-mail: eticacep@ufrj.br

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



Continuação do Parecer: 6.773.404

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SEROPEDICA, 18 de Abril de 2024

Assinado por:
Valeria Nascimento Lebeis Pires
(Coordenador(a))

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2ºandar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:** elicacep@ufrj.br

TCLE

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 PPGEA- Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “*Acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior: Uma análise no curso de Pedagogia da UFRRJ- Campus Seropédica*”. O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os principais obstáculos para o acesso e a permanência de estudantes no curso de Pedagogia da UFRRJ Campus Seropédica. O (a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Thársyla Barreto Rodrigues, estudante do Programa de Pós graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a).

As informações serão obtidas da seguinte forma: *Através de um questionário para que seja respondido de acordo com suas vivências e será realizada uma entrevista com cada sujeito afim de compreender suas experiências individuais.*

A sua participação envolve os seguintes riscos previsíveis: *Desconforto em responder algum tipo de pergunta que será feita, entretanto o participante pode determinar se irá responder ou não a pergunta.*

A sua participação pode ajudar o pesquisador a entender melhor *quais são as dificuldades enfrentadas por estudantes cotistas do curso de pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Campus Seropédica, em relação ao acesso e sua permanência no curso de graduação. Entender como os estudantes cotistas se sentem nesse espaço institucional e como as políticas públicas de assistência estudantil auxiliam nesse processo.*

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão resarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o resarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que ficará disponível no Programa de Pós graduação em Educação Agrícola.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) através do celular 21 969043985, pelo e-mail tharsylabarreto@ufrj.br, e endereço profissional/institucional UFRRJ, Seropédica- RJ, 23890-000.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE: 78191824.9.0000.0311.

O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

CAMPUS SEROPÉDICA
 Programa de Pós graduação em Educação Agrícola da UFRRJ
 BR 465 - Km 7 - Seropédica - RJ - Brasil
 CEP 23897-000 Telefone: (21) 3787-3741

 <small>Rubrica do Pesquisador Principal</small>	 <small>Rubrica do(a) Participante da Pesquisa</small>
---	---

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 PPGEA- Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do Participante: Emanuelle Silveira Gonçalves
 Assinatura: Emanuelle S. Gonçalves
 Local: Seropédica
 Data: 05/12/24

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Thássyla Barreto Rodrigues
 Assinatura: Thássyla Barreto Rodrigues
 Local: Seropédica - UFRJ
 Data: 05/12/2024

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante. Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores).

Nome: Túlio Resen Pires
 Assinatura: Túlio Resen Pires

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

CAMPUS SEROPÉDICA
 Programa de Pós graduação em Educação Agrícola da UFRJ
 BR 465 - Km 7 - Seropédica - RJ - Brasil
 CEP 23897-000 Telefone: (21) 3787-3741

 Rubrica do Pesquisador Principal	 Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
---	---



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “*Acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior: Uma análise no curso de Pedagogia da UFRRJ- Campus Seropédica*”. O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os principais obstáculos para o acesso e a permanência de estudantes no curso de Pedagogia da UFRRJ Campus Seropédica. O (a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Thársyla Barreto Rodrigues, estudante do Programa de Pós graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a).

As informações serão obtidas da seguinte forma: *Através de um questionário para que seja respondido de acordo com suas vivências e será realizada uma entrevista com cada sujeito afim de compreender suas experiências individuais.*

A sua participação envolve os seguintes riscos previsíveis: *Desconforto em responder algum tipo de pergunta que será feita, entretanto o participante pode determinar se irá responder ou não a pergunta.*

A sua participação pode ajudar o pesquisador a entender melhor *quais são as dificuldades enfrentadas por estudantes cotistas do curso de pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Campus Seropédica, em relação ao acesso e sua permanência no curso de graduação. Entender como os estudantes cotistas se sentem nesse espaço institucional e como as políticas públicas de assistência estudantil auxiliam nesse processo.*

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão resarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que ficará disponível no Programa de Pós graduação em Educação Agrícola.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) através do celular 21 969043985, pelo e-mail tharsylabarreto@ufrj.com, e endereço profissional/institucional UFRRJ, Seropédica- RJ, 23890-000.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE: 78191824.9.0000.0311.

O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

CAMPUS SEROPÉDICA
 Programa de Pós graduação em Educação Agrícola da UFRRJ
 BR 465 - Km 7 - Seropédica - RJ - Brasil
 CEP 23897-000 Telefone: (21) 3787-3741

 <small>Rubrica do Pesquisador Principal</small>	 <small>Rubrica do(a) Participante da Pesquisa</small>
---	--

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 PPGEA- Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do Participante: DÉBORA CORTES RIBEIRO

Assinatura: Débora Cortes Ribeiro

Local: SEROPÉDICA - UFRRJ

Data: 05/12/24

Declaração do pesquisador

Declaro que obteve de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Thássyla Barreto Rodrigues

Assinatura: Thássyla Barreto Rodrigues

Local: Seropédica - UFRRJ

Data: 05/12/2024

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante. Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores).

Nome: Isabella Silva Bugarim

Assinatura: Isabella Silva Bugarim

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

CAMPUS SEROPÉDICA
 Programa de Pós graduação em Educação Agrícola da UFRRJ
 BR 465 - Km 7 - Seropédica - RJ - Brasil
 CEP 23897-000 Telefone: (21) 3787-3741

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “*Acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior: Uma análise no curso de Pedagogia da UFRRJ- Campus Seropédica*”. O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os principais obstáculos para o acesso e a permanência de estudantes no curso de Pedagogia da UFRRJ Campus Seropédica. O (a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Thársyla Barreto Rodrigues, *estudante do Programa de Pós graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.*

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a).

As informações serão obtidas da seguinte forma: *Através de um questionário para que seja respondido de acordo com suas vivências e será realizada uma entrevista com cada sujeito afim de compreender suas experiências individuais.*

A sua participação envolve os seguintes riscos previsíveis: *Desconforto em responder algum tipo de pergunta que será feita, entretanto o participante pode determinar se irá responder ou não a pergunta.*

A sua participação pode ajudar o pesquisador a entender melhor *quais são as dificuldades enfrentadas por estudantes cotistas do curso de pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Campus Seropédica, em relação ao acesso e sua permanência no curso de graduação. Entender como os estudantes cotistas se sentem nesse espaço institucional e como as políticas públicas de assistência estudantil auxiliam nesse processo.*

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão resarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o resarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que ficará disponível no Programa de Pós graduação em Educação Agrícola.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) através do celular 21 969043985, pelo e-mail tharsylabarreto@ufrj.br, e endereço profissional/institucional UFRRJ, Seropédica- RJ, 23890-000.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE: 78191824.9.0000.0311.

O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Agronomia
PPGEA- Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do Participante: Kettlyn Carolaine Rezende Fabiano Reis

Documento assinado digitalmente

Assinatura: gov.br
KETTLYN CAROLAINA REZENDE FABIANO REIS
Data: 11/12/2024 10:24:48-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

Local: Seropédica/ UFRRJ Data:

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Thársyla Barreto Rodrigues

Assinatura:

Local: Seropédica/ UFRRJ Data: 05/12/2024

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante. Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores).

Nome: Lucas dos Santos Gomes

Assinatura:

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

CAMPUS SEROPÉDICA
Programa de Pós graduação em Educação Agrícola da UFRRJ
BR 465 - Km 7 - Seropédica - RJ - Brasil
CEP 23897-000 Telefone: (21) 3787-3741

Documento assinado digitalmente
 gov.br
KETTLYN CAROLAINA REZENDE FABIANO REIS
Data: 11/12/2024 10:24:48-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Rubrica do Pesquisador Principal | Rubrica do(a) Participante da Pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “*Acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior: Uma análise no curso de Pedagogia da UFRRJ- Campus Seropédica*”. O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os principais obstáculos para o acesso e a permanência de estudantes no curso de Pedagogia da UFRRJ Campus Seropédica. O(a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Thársyla Barreto Rodrigues, estudante do Programa de Pós graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a).

As informações serão obtidas da seguinte forma: *Através de um questionário para que seja respondido de acordo com suas vivências e será realizada uma entrevista com cada sujeito afim de compreender suas experiências individuais.*

A sua participação envolve os seguintes riscos previsíveis: *Desconforto em responder algum tipo de pergunta que será feita, entretanto o participante pode determinar se irá responder ou não a pergunta.*

A sua participação pode ajudar o pesquisador a entender melhor *quais são as dificuldades enfrentadas por estudantes cotistas do curso de pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Campus Seropédica, em relação ao acesso e sua permanência no curso de graduação. Entender como os estudantes cotistas se sentem nesse espaço institucional e como as políticas públicas de assistência estudiantil auxiliam nesse processo.*

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão resarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que ficará disponível no Programa de Pós graduação em Educação Agrícola.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) através do celular 21 969043985, pelo e-mail tharsylabarreto@ufrj.com, e endereço profissional/institucional UFRRJ, Seropédica- RJ, 23890-000.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE: 78191824.9.0000.0311.

O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.



Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do Participante: Leonardo Aléixo Pires

Assinatura:

Documento assinado digitalmente

Local: gov.br

LEONARDO ALEXO PIRES

Data: _____

Data: 04/12/2024 21:40:33-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Thássyla Barreto Rodrigues

Assinatura: Thássyla Barreto Rodrigues

Local: Seropédica - UFRJ

Data: 04/12/2024

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante. Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores).

Nome: Lucas dos Santos Gomes

Assinatura: [Assinatura]

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “*Acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior: Uma análise no curso de Pedagogia da UFRRJ– Campus Seropédica*”. O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os principais obstáculos para o acesso e a permanência de estudantes no curso de Pedagogia da UFRRJ Campus Seropédica. O(a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Thársyla Barreto Rodrigues, *estudante do Programa de Pós graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.*

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a).

As informações serão obtidas da seguinte forma: *Através de um questionário para que seja respondido de acordo com suas vivências e será realizada uma entrevista com cada sujeito afim de compreender suas experiências individuais.*

A sua participação envolve os seguintes riscos previsíveis: *Desconforto em responder algum tipo de pergunta que será feita, entretanto o participante pode determinar se irá responder ou não a pergunta.*

A sua participação pode ajudar o pesquisador a entender melhor *quais são as dificuldades enfrentadas por estudantes cotistas do curso de pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Campus Seropédica, em relação ao acesso e sua permanência no curso de graduação. Entender como os estudantes cotistas se sentem nesse espaço institucional e como as políticas públicas de assistência estudantil auxiliam nesse processo.*

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão resarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que ficará disponível no Programa de Pós graduação em Educação Agrícola.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) através do celular 21 969043985, pelo e-mail tharsylabarreto@ufrrj.br, e endereço profissional/institucional UFRRJ, Seropédica- RJ, 23890-000.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE: 78191824.9.0000.0311.

O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

CAMPUS SEROPÉDICA
 Programa de Pós graduação em Educação Agrícola da UFRRJ
 BR 465 - Km 7 - Seropédica - RJ - Brasil
 CEP 23897-000 Telefone: (21) 3787-3741

Documento assinado digitalmente
RENATA AFONSO GONCALVES CHAVES
 Data: 05/12/2024 17:40:59-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
----------------------------------	--

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 PPGEA- Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do Participante: Renata Afonso Gonçalves Chaves

Assinatura:

Documento assinado digitalmente
gov.br
 RENATA AFONSO GONCALVES CHAVES
 Data: 05/12/2024 17:39:23-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Local: Seropédica/ UFRRJ Data:

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Thársyla Barreto Rodrigues

Assinatura: Thársyla Barreto Rodrigues

Local: Seropédica/ UFRRJ Data: 05/12/2024

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante. Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores).

Nome: Lucas dos Santos Gomes

Assinatura: [Assinatura]

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

CAMPUS SEROPÉDICA
 Programa de Pós graduação em Educação Agrícola da UFRRJ
 BR 465 - Km 7 - Seropédica - RJ - Brasil
 CEP 23897-000 Telefone: (21) 3787-3741

Documento assinado digitalmente
gov.br
 RENATA AFONSO GONCALVES CHAVES
 Data: 05/12/2024 17:37:44-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Rubrica do Pesquisador Principal

Rubrica do(a) Participante da Pesquisa